

ISSN: 1981-383X

Programa de Pós-graduação em História Comparada / UFRJ

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

2010

Ano 4

Volume 4

Número 2

Revista de História Comparada (2010) – Ano 4 – Volume 4 – Número 2 – ISSN: 1981-383X
Copyright© by Silvio de Almeida Carvalho Filho, Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, Fábio de Souza Lessa e
Leila Rodrigues da Silva (editores) *et alii*, 2010.

Revista de História Comparada. Programa de Pós-graduação em
História Comparada/UFRJ.
Ano 4, v. 4, n. 2.
Rio de Janeiro: PPGHC, 2010.
Semestral
ISSN: 1981-383X
História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-graduação em História Comparada.

Programa de Pós-graduação de História Comparada

Endereço: Largo de São Francisco de Paula n 1o., sala 311 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

BRASIL – CEP 20051-070

Tel.: 0 XX 21 2221-4049

Tel e Fax : 0 XX 21 22214049

Fax: 0 XX 21 2221-1470

E-mail: hcomparada@ifcs.ufrj.br

Site: <http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br>

Revisão:

Edson Moreira Guimarães Neto

Apoio Técnico:

Edson Moreira Guimarães Neto, Igor Lapsky, Rafael Pinheiro de Araújo,
Rodrigo Ballasteiro Pereira Thomaz

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

Número 2 - Volume 4 – 12 - 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Reitor: Prof. Dr. Aloísio Teixeira

INSTITUTO DE HISTÓRIA

Diretor: Prof. Dr. Fábio de Souza Lessa

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA

Coordenador: Profa. Dra. Gracilda Alves

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. Silvio de Almeida Carvalho Filho

Profª. Dra. Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva

Prof. Dr. Fábio de Souza Lessa.

Profª. Dra. Leila Rodrigues da Silva

COMITÊ DE APOIO TÉCNICO

Prof. Mestrando Edson Moreira Guimarães Neto

Prof Mestrando Igor Lapsky da Costa Francisco

Prof. Ms. Rafael Pinheiro de Araújo

Prof. Mestrando Rodrigo Ballasteiro Pereira Thomaz

CONSELHO CONSULTIVO

Alexandre Carneiro Cerqueira Lima (UFF)

Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus (UFF)

Anita Leocádia Prestes (UFRJ)

Diva do Couto Muniz (UnB)

Durval Muniz de Albuquerque Junior (UFRN)

Estevão Chaves de Rezende Martins (UNB)

Marcelo Cândido da Silva (USP)

Marilene Rosa Nogueiro da Silva (UERJ)

Norma Côrtes (UFRJ)

Paulo Gilberto Fagundes Vizentini (UFRGS)

Pedro Paulo de Abreu Funari (UNICAMP)

Renan Frighetto (UFPR)

Surama Conde Sá Pinto (UFRRJ)

Sumário

DOSSIÊ: Ação Política e Construção de Realidade

ANTÔNIO GRAMSCI E O OFÍCIO DO HISTORIADOR COMPROMETIDO COM AS LUTAS POPULARES P. 6

Anita Leocadia Prestes

LAS DERECHAS EN ARGENTINA, BRASIL Y CHILE (1945-1959): UNA PROPUESTA COMPARATIVA P. 19

Ernesto Bohoslavsky

CONDIÇÕES HISTÓRICAS PARA A FORMAÇÃO DA RÁDIO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO P. 43

Nigro Fernandes Solis

ARTIGOS

CORPOS QUE FALAM, CORPOS QUE CALAM: UM ESTUDO COMPARATIVO DAS PERSONAGENS RYMENHILD, DE *KING HORN*, E A DONZELA, DE *ARMER HEINRICH*, DE HARTMANN VON AUE P.72

Gabriela da Costa Cavalheiro e Daniele Gallindo Gonçalves Silva

APONTAMENTOS ACERCA DO DISCURSO AUTOBIOGRÁFICO NO DIÁRIO DE HERCULINE BARBIN P.95

Sarug Dagir Ribeiro

EXPERIMENTAÇÃO CIENTÍFICA COM ANIMAIS: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS COMITÊS DE ÉTICA P.107

Selson Garutti Bibiana Palma

RESENHA

UMA GENEALOGIA DA CIDADANIA DAS MULHERES ARGENTINASP.125

María Laura Osta Vázquez

**DOSSIÊ: AÇÃO
POLÍTICA E
CONSTRUÇÃO DE
REALIDADE**

ANTÔNIO GRAMSCI E O OFÍCIO DO HISTORIADOR COMPROMETIDO COM AS LUTAS POPULARES*

Anita Leocadia Prestes**

Resumo: *No texto aborda-se a questão de qual deve ser a postura do historiador comprometido com as lutas populares, com os interesses de classe dos explorados e oprimidos. Faz-se uma discussão a respeito do ofício de tal historiador e da sua prática diante da História Oficial, que se encontra consagrada e difundida principalmente nos livros escolares e na mídia.*

Afirma-se que o marxismo é a opção teórica que melhor consegue explicar racionalmente o funcionamento das sociedades humanas, principalmente na época atual. Destaca-se a importância do legado teórico de A. Gramsci para o ofício do historiador que pretende contribuir para a elaboração de uma história dos movimentos sociais no Brasil e, em particular das lutas dos comunistas brasileiros durante o século XX. Ressalta-se o papel dos intelectuais orgânicos (segundo Gramsci) – e, em particular, dos historiadores – junto aos movimentos populares.

São abordados vários momentos e diversos aspectos da história do PCB tendo como pressupostos teóricos categorias gramscianas como sociedade civil e sociedade política, consenso e hegemonia, guerra de posição e guerra de movimento, entre outras. É discutido o conceito de bloco histórico de Gramsci e sua aplicação para o entendimento da atuação política dos comunistas. Da mesma forma, tendo como base as indicações gramscianas sobre o conceito de partido político e a respeito da formação do grupo dirigente do Partido Comunista, apresenta-se uma proposta de explicação para as características assumidas pelo PCB a partir de sua Conferência da Mantiqueira, realizada em 1943.

O texto ressalta as inesgotáveis possibilidades que a contribuição teórica de Gramsci oferece para a elaboração de uma História comprometida com a evidência e, por isso mesmo, também com as aspirações de emancipação econômica, social e política de milhões de homens e mulheres explorados e oprimidos, com os objetivos dos movimentos sociais e das lutas populares por um mundo melhor, com justiça social e liberdade, por um futuro socialista.

Palavras-chave: *Gramsci; Ofício do Historiador; História do PCB; Bloco Histórico; Partido Comunista.*

Como é sabido, não existe História neutra ou História que seja uma mera reprodução dos fatos ocorridos em determinado momento histórico. O fato histórico é

* Texto apresentado no Seminário Internacional “Gramsci e os Movimentos Populares”, UFF, setembro/2010.

** Professora do Programa de Pós-graduação em História Comparada da UFRJ.

uma escolha do historiador, um recorte feito por ele e que reflete seu posicionamento diante do mundo e daquela realidade que está sendo por ele descrita. A História é uma construção, que pode ter maior ou menor compromisso com a evidência, mas na qual existe sempre uma carga indiscutível de subjetividade.

Numa sociedade atravessada, e movida, por conflitos sociais, ou seja, numa sociedade onde há explorados e exploradores, onde há classes antagônicas, a História Oficial é sempre uma construção que reflete os interesses dos grupos sociais dominantes. Em outras palavras, é uma construção das classes sociais que detém o poder e os meios de comunicação. E isso é verdade, mesmo quando tal situação está mascarada, não explicitada, quando não é evidente.

Qual deverá ser, portanto, a postura do historiador comprometido com as lutas populares, com os interesses de classe dos explorados e oprimidos? Como deverá ser o ofício de tal historiador? Qual deverá ser a prática desse historiador diante da História Oficial, que se encontra consagrada e difundida principalmente nos livros escolares e na mídia?

No meu entender, é o *marxismo* que melhor consegue responder aos grandes desafios postos perante a humanidade, que melhor consegue *explicar racionalmente* o funcionamento das sociedades humanas, principalmente na época atual, período pós Era dos Extremos, segundo a expressão cunhada por Eric Hobsbawm (HOBSBAWM, 1995)

O grande historiador francês Pierre Vilar escreveu que é necessário encontrar “no espaço e no tempo, o marco legítimo de modelo estrutural utilizável em história” e concluiu que “até o momento, o melhor marco parece ser o proposto por Marx: a noção de ‘modo de produção’”. Segundo Vilar, “um modo de produção é uma estrutura que expressa um tipo de realidade social total”, é o modelo capaz de assegurar uma explicação racional do funcionamento das sociedades humanas (VILAR, 1982, p.67). A meu ver, a partir desse modelo é possível aproximar-se de uma explicação científica das sociedades humanas.

Marx e Engels, os pais fundadores da teoria marxista, abriram caminho para que a História se tornasse uma “ciência em construção”, nas palavras de Pierre Vilar (VILAR, 1979, p.146-78), para que conceitos como *classe*, *luta de classes* e *Estado* adquirissem caráter científico. Se Lênin desenvolveu a teoria marxista na época do imperialismo e nas condições de um país atrasado como a Rússia czarista, coube ao

filósofo e dirigente revolucionário italiano Antônio Gramsci um papel extraordinário no que diz respeito à teorização do Estado, do poder e da política, numa situação diferente, existente no Ocidente europeu no primeiro pós-guerra. Tendo por base o conceito de *hegemonia*, elaborado e amplamente utilizado por Lênin, em particular em sua obra *O Estado e a Revolução* (LÊNIN, 1960, p.291-389), Gramsci o viria a desenvolver de forma criativa.

Torna-se, pois, indispensável abordar a teoria gramsciana do “*Estado ampliado*”. Segundo Christine Buci-Glucksmann, “a ampliação do conceito de Estado” constitui a maior contribuição teórico-política de Gramsci (BUCI-GLUCKSMANN, 1976, p.65).

Em que sentido podemos falar em “ampliação” do conceito de Estado por parte do filósofo italiano? De acordo com Guido Liguori, em duas direções principais:

1ª direção) Sem invalidar a tese marxista da determinação “em última instância” do Estado e da política pelos fatores econômicos, Gramsci percebeu a presença de uma nova relação entre política e economia como um dos traços peculiares do século XX. Em outras palavras, destacou a importância dos fenômenos relacionados com a *autonomia relativa* do Estado e da política, dentre os quais o fascismo adquiria grande destaque (LIGUORI, 2007, p.13-4).

2ª direção) A compreensão da nova relação entre “*sociedade política*” e “*sociedade civil*” (entendida esta como “lugar de consenso”), a que Gramsci chega formulando sua teoria da *hegemonia*. É uma relação – entre sociedade política e sociedade civil – que, segundo este autor, começa a mudar já no século XIX, para afirmar-se plenamente no século XX. Tal mudança é expressa pela metáfora espacial “Oriente-Occidente”, segundo a qual a Rússia seria o “Oriente” e a Europa Ocidental, o “Occidente” (Idem, p.14). No Oriente a sociedade civil seria débil, pouco desenvolvida, se comparada com a robustez da mesma no Ocidente.

Devo lembrar que, para Gramsci, o Estado pode ser examinado em dois grandes níveis: o que ele denomina de *sociedade civil*, isto é, o conjunto dos organismos vulgarmente chamados “privados”; e o da *sociedade política* ou Estado propriamente dito. A *sociedade civil* corresponde à função hegemônica que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e a *sociedade política* à função de dominação direta ou de comando que se exprime no Estado e no governo “jurídico” (GRAMSCI, 2001, V.2, p.20-1). Na

sociedade civil se elaboram as concepções do mundo, as ideologias e todas as atividades mais ou menos intelectuais pelas quais se amalgamam as diversas formas do consenso social, desde os jornais até os organismos religiosos ou escolares. Na sociedade civil se elabora o *consenso* em torno dos interesses dominantes na sociedade, tem lugar a *hegemonia* da classe dominante, que é transmitida e difundida junto aos grupos subalternos (Idem).

Resumindo, podemos afirmar que, segundo Gramsci, não existe uma separação orgânica entre *sociedade civil* e *sociedade política*. Tal separação é apenas metodológica. O importante é compreender que toda classe dominante exerce a dominação através da *coerção* (cujos aparelhos fazem parte da sociedade política) e também do *consenso* e da *hegemonia* (produzidos na *sociedade civil*). É na sociedade civil que tem lugar a luta ideológica entre diversas concepções do mundo, ou melhor, entre as ideologias dos grupos dominantes e as dos setores dominados e explorados. Para Gramsci, a sociedade civil é atravessada e movida pelas lutas de classes, tese oposta à de ideólogos burgueses, como é o caso de Norberto Bobbio, para quem a sociedade civil seria o lugar do *consenso*, compreendido por este autor como *entendimento*, numa concepção de caráter liberal, segundo a qual não existiriam interesses antagônicos em choque (LIGUORI, 2007, p.39-41).

É na sociedade civil que, de acordo com Gramsci, atuam os *intelectuais orgânicos*, aqueles intelectuais que expressam consciente ou inconscientemente os interesses dos diferentes grupos sociais existentes em cada sociedade. Segundo Gramsci, cada classe gera seus *intelectuais orgânicos*, ou produtores culturais, que atuam na *sociedade civil*, representando os interesses dos grupos dominantes nessa sociedade, e contribuem para que seja assegurada, através do consenso, a hegemonia desses setores. Para haver hegemonia, é necessário que haja aceitação e adesão dos setores subalternos ou dominados.

Voltando à produção da *História Oficial*, entendo que ela é construída pelos donos do poder (as classes dominantes), ou, segundo A.Gramsci, pelos seus *intelectuais orgânicos*. Em outras palavras, a História Oficial é expressão da ideologia dominante, ou seja, dos interesses das classes dominantes numa determinada sociedade dividida em classes antagônicas.

Por isso mesmo, a História Oficial frequentemente não atende ao compromisso do historiador com *a evidência*. Nas palavras de E. Hobsbawm, ao criticar o irracionalismo “pós-moderno”: “(...) é essencial que os historiadores defendam o fundamento de sua disciplina: a supremacia da evidência (...). Se a história é uma arte imaginativa, é uma arte que não inventa, mas organiza objetos encontrados”. (HOBBSAWM, 1998, p. 286-7; grifo meu).

Nos dias de hoje, a meu ver, a *luta ideológica* é a principal forma da luta de classes, que não deixará de existir enquanto perdurarem o capitalismo e a exploração do homem pelo homem. (A violência, ou coerção, estará sempre presente, como a Espada de Dâmocles, quando necessária na manutenção do poder.) As classes dominantes buscam *a hegemonia através do consenso*. Mas, quando necessário, apelam para a coerção.

Eis a razão por que a elaboração da *História Oficial* adquire uma importância crescente nas sociedades contemporâneas. Trata-se de proclamar e difundir *as vitórias e os sucessos* alcançados pelos donos do poder, de hoje e do passado, nos permanentes conflitos sociais presentes na história mundial. Trata-se de consagrar o capitalismo. Em contrapartida, os ideais e as lutas dos setores, que não obtiveram êxito em seus propósitos revolucionários e transformadores e, muitas vezes, sofreram duras derrotas, são, segundo a lógica da História Oficial, *esquecidos, silenciados, deturpados e combatidos*. Em nossas sociedades contemporâneas, são os *intelectuais orgânicos*, comprometidos com a burguesia que cumprem a função de produzir tal História Oficial. Dessa forma, são consagradas inúmeras *deformações* históricas, inúmeras inverdades históricas e silenciados numerosos acontecimentos que não são do interesse dos setores dominantes que sejam do conhecimento da grande maioria das pessoas e, em particular, das novas gerações.

Entretanto, a hegemonia das classes dominantes nunca é absoluta, pois a exploração capitalista e o agravamento dos conflitos sociais levam ao surgimento de *intelectuais orgânicos* comprometidos com os interesses dos trabalhadores, dos explorados e oprimidos. O historiador marxista E.P. Thompson escreve:

não posso aceitar a opinião (...) de que a hegemonia imponha um domínio total sobre os

governados – ou sobre todos aqueles que não são intelectuais – que atinge até mesmo o limite de sua experiência, e implanta em seus espíritos desde o seu nascimento categorias de subordinação, das quais são incapazes de libertar-se e, para cuja correção, sua experiência resulta impotente. (THOMPSON, 1984, p.60)

Observação fundamental para quem pretende contribuir para a elaboração de uma outra História, uma História comprometida com a *evidência*, uma História que possa ajudar a construir uma outra *hegemonia* ou, dito de outra maneira, uma *contra-hegemonia*. Uma História comprometida com a criação de propostas libertadoras e de emancipação da grande maioria dos homens e mulheres explorados, oprimidos e subordinados na sociedade capitalista em que vivemos. O historiador engajado em tal proposta poderá transformar-se num *intelectual orgânico* comprometido com os interesses populares, os interesses da maioria do povo brasileiro, se estiver atento para a postura militante que deve assumir diante da História Oficial, produzida pelos intelectuais orgânicos a serviço da burguesia.

Tendo como ponto de partida tais pressupostos, para mim, o ofício de historiador consiste no esforço permanente de contribuir para a elaboração de uma história dos movimentos sociais no Brasil e, em particular, das lutas dos comunistas brasileiros durante o século XX comprometida tanto com a evidência quanto com a perspectiva de uma solução revolucionária para o nosso povo. Nesse sentido, o legado de Gramsci é primordial.

Em meu último livro, recentemente publicado (PRESTES, 2010), resultante de ampla pesquisa em fontes diversificadas da atuação dos comunistas brasileiros no período 1945 a 1956/58 - e do papel de Luiz Carlos Prestes à frente do Partido Comunista durante esses anos -, as categorias gramscianas de *sociedade civil* e *sociedade política*, *consenso e hegemonia*, *guerra de posição* e *guerra de movimento*, entre outras, constituem referências teóricas de valor inestimável para os resultados a que pude chegar.

Vale a pena lembrar, por exemplo, que os comunistas brasileiros, assim como boa parte dos seus contemporâneos do movimento comunista internacional, sempre afirmaram em seus documentos que, na atuação política de seus partidos, uma das metas mais importantes seria a conquista da *hegemonia* da classe operária junto aos diferentes

setores sociais aliados nos processos revolucionários em pauta. Meta essa fundamental para que os objetivos revolucionários traçados pudessem ser efetivamente alcançados.

Como era entendida, entretanto, na maioria dos casos, tal luta pela hegemonia da classe operária? Ao não levar em conta o papel desempenhado pelo *consenso* e a *hegemonia* alcançados pelos *intelectuais orgânicos* das classes dominantes na *sociedade civil* (na concepção gramsciana de tais categorias), ao desconsiderar, frequentemente, o papel decisivo do *consenso* e da *hegemonia* construídos pela burguesia nas sociedades contemporâneas, os comunistas, muitas vezes, subestimaram a importância da luta ideológica. Ainda que esta fosse bastante enfatizada nos documentos partidários, ao não perceber a necessidade imperiosa, para o êxito de qualquer transformação revolucionária, da construção de uma *contra-hegemonia* revolucionária na *sociedade civil*, os dirigentes comunistas, por vezes, abdicaram, na prática, de um empenho real voltado para a formação de *intelectuais orgânicos* comprometidos com a elaboração de tal *contra-hegemonia* e com a luta pela sua conquista.

Na história do PCB, tais fatores contribuíram para que a ideologia burguesa alcançasse significativa penetração em suas fileiras. Desde a sua fundação, na década de 1920, o *nacionalismo*, sob diferentes formas, viria a tornar-se a concepção ideológica dominante entre os comunistas brasileiros. Como pude mostrar em meu referido livro:

A comparação entre as várias formas de nacionalismo que estiveram presentes em diversos momentos da trajetória política dos comunistas brasileiros contribui para que melhor se possa perceber a permanência nas fileiras do PCB da ideologia nacional-libertadora – ideologia esta que, encontrando ampla receptividade na sociedade brasileira dos anos 1950, sobrepôs-se à ideologia do proletariado, ou seja, contribuiu para que o PCB continuasse a ser, como antes, um partido progressista, movido pelos ideais nacionalistas e democráticos, cuja real implementação se tornara inviável devido às características do desenvolvimento capitalista brasileiro, subordinado e associado ao grande capital internacionalizado. (PRESTES, 2010, p.154)

Penso que, o desconhecimento da teoria gramsciana do *Estado ampliado* e de suas importantes implicações, em particular no que diz respeito à luta pela hegemonia na sociedade civil, contribuiu para que os dirigentes do PCB incorressem num sério risco, para os marxistas, advertido por E. Hobsbawm, de “*aceitar o nacionalismo como ideologia e programa, ao invés de encará-lo realisticamente como um fato, uma condição de sua luta como socialista*” (HOBSBAWM, 1980, p.310).

Conforme pude observar, ao pesquisar a trajetória dos comunistas brasileiros,

se o PCB, desde o início de sua formação, sofreu forte influência das idéias e das posturas nacionalistas presentes na sociedade brasileira da época, nos anos 1940-1950 – quando o nacionalismo se tornou um verdadeiros “divisor de águas” – a adesão do PCB às teses nacionalistas então em voga seria particularmente marcante. (PRESTES, 2010, p. 59)

E tais teses ficaram consagradas na literatura com a etiqueta de *nacional-desenvolvimentismo*.

A incompreensão da necessidade de elaborar um *projeto revolucionário* viável para a construção de uma *contra-hegemonia*, ou seja, capaz de conquistar e unificar amplos setores populares, formando um consenso de contestação ao consenso dominante - fabricado pelos intelectuais orgânicos da burguesia através principalmente do controle dos meios de comunicação de massa -, levou o PCB, na prática, a abandonar os objetivos revolucionários consagrados nos documentos partidários, a enveredar irremediavelmente pelo caminho do reformismo burguês. Na história do PCB, principalmente a partir dos anos 1950, o reformismo, se caracterizaria pela adesão à ideologia do nacional-desenvolvimentismo e a permanência da ilusão na possibilidade de alcançar um capitalismo autônomo em nosso país, com a colaboração de uma hipotética burguesia nacional.

A ausência de um projeto revolucionário viável para as condições do Brasil, contribuiu para que o PCB se mantivesse apegado durante décadas às formulações de uma revolução por etapas, explicitada numa estratégia nacional-libertadora, cuja inadequação à realidade do país acarretava a adoção por parte do partido de drásticas viradas táticas ora à “esquerda” ora à “direita” (PRESTES, A.L.,1980). Como

consequência, os comunistas brasileiros pouco contribuíram para uma efetiva acumulação de forças, conforme as diretrizes de grande parte dos documentos partidários. As categorias gramscianas de *guerra de posição* e *guerra de movimento* (ou assalto ao poder) nos ajudam a melhor compreender a política do PCB. Podemos dizer que uma estratégia política reformista e inadequada às condições do Brasil não ajudava os comunistas a acumularem forças num processo de *guerra de posição*, segundo Gramsci. Ao mesmo tempo, favorecia a afirmação de uma concepção golpista de assalto imediato ao poder, ou *guerra de movimento*, tática de sucesso improvável nas condições do mundo ocidental pós Primeira Guerra Mundial, conforme Gramsci explicitou nos *Cadernos do Cárcere*. Para o filósofo e dirigente comunista italiano, no mundo contemporâneo, em que a *sociedade política* está vinculada a uma robusta *sociedade civil*, a *guerra de posição* seria o caminho para acumular forças e preparar as condições para o sucesso dos revolucionários na conquista do poder, momento em que a *guerra de movimento* seria oportuna e necessária (GRAMSCI, 2000, v.3, p.255-7; 261-2).

Pude observar que na história do PCB, assim como na de grande parte dos seus congêneres em diversos continentes, a defesa de políticas de alianças com outros partidos políticos e com outras forças sociais e políticas pode ser considerada uma constante. Com certa frequência aparecem referências à necessidade de formar um *bloco histórico* de setores sociais possuidores de interesses e reivindicações comuns ou convergentes. Na realidade, trata-se da tentativa de formação de uma aliança baseada numa certa identidade de interesses econômicos. Entretanto, o conceito gramsciano de *bloco histórico* pressupõe o *momento político* dessa aliança. “Sua constituição está assentada em classes ou grupos concretos definidos pela sua situação na sociedade, mas as idéias cumprem um papel fundamental no que se refere à sua coesão.” Em outras palavras, no *bloco histórico*, há “uma estrutura social – as classes e grupos sociais – que depende diretamente das relações entre as forças produtivas; mas também há uma superestrutura ideológica e política” (BIGNAMI, s.d., p.27).

Gramsci escrevia nos *Cadernos do Cárcere* que, segundo Marx, “uma persuasão popular tem, com frequência, a mesma energia de uma força material”. Tal afirmação, segundo o filósofo italiano,

conduz ao fortalecimento da concepção de 'bloco histórico', no qual, precisamente, as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais. (GRAMSCI, 2001, v.1, p.238)

Os elementos citados da concepção gramsciana de *bloco histórico* permitem perceber o frequente empobrecimento de tal conceito no âmbito dos partidos comunistas.

Nas fileiras do PCB semelhante postura, por exemplo, teria como consequência a subestimação pelo trabalho ideológico de formação teórica e política não só dos seus quadros como também de lideranças populares. A incompreensão da necessidade de criar um *bloco histórico* contra-hegemônico, capaz de conduzir o processo revolucionário à vitória, condicionou o desarmamento ideológico e político dos comunistas diante do *bloco histórico* dominante e a inevitável capitulação frente ao reformismo burguês.

As indicações gramscianas sobre o conceito de *partido político* também são significativas, quando se quer escrever a história de um partido. Segundo Gramsci,

pode-se dizer que escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um seu aspecto característico. Um partido terá maior ou menor significado e peso precisamente na medida em que sua atividade particular tiver maior ou menor peso na determinação da história de um país. (GRAMSCI, 2000, v.3, p.87)

Tendo como base as considerações de Gramsci sobre a formação do *grupo dirigente* do Partido Comunista por ele fundado e dirigido, verifiquei que, para melhor compreender a orientação política posta em prática pelo PCB a partir dos anos 1940, seria necessário analisar a reestruturação por que passou, nesse período, a direção partidária. Gramsci escrevia que “*todos os problemas de organização são problemas políticos*” (GRAMSCI, 2004, v.2, p.348) e acrescentava: “É preciso criar no interior do Partido um núcleo (...) de companheiros que tenham o máximo de homogeneidade ideológica e, portanto, consigam imprimir à ação partidária um máximo de unidade de orientação” (Idem, p.129-30). A tal núcleo caberia o papel de garantir a “formação de

uma vanguarda proletária homogênea e ligada às massas” (Idem, p.351). Para Gramsci, a formação do *grupo dirigente* ou *núcleo dirigente* constituía um ponto de partida fundamental para a construção do Partido Comunista e, conseqüentemente, as características de tal grupo dirigente iriam definir o perfil da organização partidária em questão.

A pesquisa da história dos comunistas brasileiros por mim desenvolvida me levou à conclusão de que na Conferência da Mantiqueira do PCB, realizada em agosto de 1943, foi constituído um novo *grupo dirigente*, que, embora no decorrer dos anos, sofreria algumas modificações, seus elementos mais destacados foram os que orientaram a reconstrução do partido e o dotaram de um tipo de organização que correspondia aos objetivos políticos traçados naquela Conferência. O caráter nacional-libertador da política então aprovada seria sua marca registrada. As características do novo grupo dirigente iriam definir o perfil da organização partidária que viria a existir daí por diante. O berço do novo PCB, reconstruído após seu esfacelamento em 1940, seria a Conferência da Mantiqueira, e o seu novo perfil foi determinado pelo *núcleo dirigente* constituído nesse conclave.

Ao estudar a trajetória dos comunistas brasileiros, é possível perceber a atualidade das considerações gramscianas concernentes “à capacidade do partido reagir contra o espírito consuetudinário, isto é, contra as tendências a se mumificar e tornar anacrônico”. Gramsci escrevia:

Os partidos nascem e se constituem como organização para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para suas classes, mas nem sempre eles sabem adaptar-se às novas tarefas e às novas épocas, nem sempre sabem desenvolver-se de acordo com o desenvolvimento do conjunto das relações de força (...) no país em questão ou no campo internacional. (...) A burocracia é a força consuetudinária e conservadora mais perigosa; se ela chega a se constituir como um corpo solidário, voltado para si mesmo e independente da massa, o partido termina por se tornar anacrônico e, nos momentos de crise aguda, é esvaziado de seu conteúdo social e resta como que solto no ar. (GRAMSCI, 2000, v.3, p.61-2)

Palavras estas adequadas à caracterização da crise que atingiu o PCB no final dos anos 1970 e levou Luiz Carlos Prestes a lançar a “Carta aos Comunistas” de março de 1980 (PRESTES, L.C., 1980).

Os exemplos por mim mencionados são reveladores das inesgotáveis possibilidades que, através dos caminhos apontados pela contribuição teórica de Gramsci, se abrem para a elaboração de uma História comprometida com a evidência e, por isso mesmo, também com as aspirações de emancipação econômica, social e política de milhões de homens e mulheres explorados e oprimidos, com os objetivos dos movimentos sociais e das lutas populares por um mundo melhor, com justiça social e liberdade, que, a meu ver, só poderá ser conquistado com uma transformação radical, de caráter socialista.

ANTONIO GRAMSCI AND THE WORK OF THE HISTORIAN COMMITTED TO THE PEOPLE’S STRIF

Abstract: *In this text is addressed the question of which should be the posture of the historian committed with popular struggles and with the interests of the class of the exploited and oppressed people. The job of such historian and of his practice, as compared to Official History (prevalent and propagated mainly by school books and the media), is discussed.*

It is argued that Marxism is the theoretical option that better explains rationally the functioning of human societies, especially in the present times. The importance of the theoretical legacy of A. Gramsci for the job of the historian who intends to contribute to the development of a History of social movements in Brazil and, in particular, of the struggle of the Brazilian communists in the XX century, is examined. The role of the organic intellectuals (as defined by Gramsci) - and, in particular, of the historians – in popular movements is highlighted.

Several moments and aspects of the history of the Brazilian Communist Party (PCB) are addressed, having as theoretical basis gramscian categories such as civil society and political society, consensus and hegemony, war of position and war of movement, among others. The concept of historical block by Gramsci is discussed, as well as its application to the understanding of the current policies of the communists. In the same manner, having as basis the gramscian indications about the concept of political party, as well as the formation of the directing group of the Communist Party, an explanation is proposed for the characteristics acquired by the PCB, after the Mantiqueira Conference of 1943.

The innumerable possibilities that the theoretical contribution of Gramsci offers for a History committed with the evidence, and, therefore, also for the aspirations of economic, social and political emancipation of millions of men and women exploited and oppressed, with the designs of the social movements and of the popular struggles

for a better world, with social justice and liberty, for a socialist future, are highlighted in the text.

Keywords: Gramsci; Work of the Historian; History of the PCB; Historical Block; Communist Party.

Referências Bibliográficas:

BIGNAMI, A. **El pensamiento de Gramsci:** una introduccion. Buenos Aires: Editorial El Folleto, s.d.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e lo statu:** per uma teoria materialistica della filosofia. Roma: Riuniti,1976.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v.1.

_____. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, v.2.

_____. **Cadernos do cárcere.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v.3.

_____. **Escritos Políticos.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, v.2.

HOBBSBAWM, E. Nacionalismo e marxismo. *In:* J. PINSKY (Org.). **Questão nacional e marxismo.** São Paulo: Brasiliense, 1980, p.294-323.

_____. **Era dos extremos:** o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras,1995.

_____. **Sobre a história.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LENIN, V. I. **Obras escogidas en tres tomos.** Moscú: Progreso, 1960, v.2.

LIGUORI, G. **Roteiros para Gramsci.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

PRESTES, A. L. A que herança devem os comunistas renunciar? **Oitenta,** Porto Alegre, LP&M, nº 4, 1980.

_____. **Os comunistas brasileiros (1945-1956/58):** Luiz Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Brasiliense, 2010.

PRESTES, L.C. **Carta aos comunistas.** São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

THOMPSON, E. P. **Tradición, revuelta y consciência de clase;** estúdios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica, 1984.

VILAR, P. História marxista, história em construção. *In:* LE GOFF, J.; NORA, P. (Ed.). **História: novos problemas.** Rio de Janeiro: F.Alves, 1979, p.146-78.

_____. **Iniciación al vocabulario del análisis histórico.** Barcelona: Crítica, 1982.

LAS DERECHAS EN ARGENTINA, BRASIL Y CHILE (1945-1959): UNA PROPUESTA COMPARATIVA*

*Ernesto Bohoslavsky***

Resumo: *Este artigo procura fazer uma comparação entre partidos direitistas da Argentina, Brasil e Chile entre o final da segunda guerra mundial e a revolução cubana. São analisadas as posições ideológicas dos partidos e as suas negações (anticomunismo e antipopulismo). A principal hipótese é que a direita liberal tentou assimilar o populismo ao fascismo no pós-guerra imediato, mas posteriormente no Chile e no Brasil essa preocupação tomou a linha da guerra fria. No caso da Argentina, o antipopulismo (antiperonismo) monopolizou o imaginário e os medos da direita liberal durante muito tempo.*

Palavras-chave: *Direitas; Guerra Fria; Liberalismo.*

Este artículo intenta establecer las principales líneas de diferenciación y de cercanía entre organizaciones derechistas de Argentina, Brasil y Chile (ABC) en los años que van del final de la segunda guerra mundial al triunfo de la revolución cubana. Resumir quince años de pensamiento y prácticas de grupos de derecha de tres países es una tarea muy ardua y que debería involucrar a varios especialistas: de allí que este texto no posea pretensiones de exhaustividad sino de establecer grandes líneas comparativas para pensar problemas de historia política de América Latina. Se procura marcar los rasgos ideológicos más relevantes así como el despliegue del imaginario antipopulista y anticomunista por parte de dos actores derechistas: aquellos identificados con el liberalismo y los que estaban más afiliados a una perspectiva nacionalista y antiliberal. En la primera parte del artículo se presenta una discusión acerca de los problemas para estudiar e individualizar al pensamiento de las derechas en un nivel abstracto. La segunda sección plantea las principales transformaciones de las derechas en el ABC entre 1945 y 1959, discriminando entre las tendencias dominantes,

* Una versión preliminar de este texto fue discutida en el Coloquio “Experiencias nacionalistas desde la postguerra: América Latina-Europa”, realizado en el Centro Franco-Argentino de Altos Estudios de la Universidad de Buenos Aires, los días 21 y 22 de octubre de 2009, en Buenos Aires. Agradezco los comentarios allí formulados por Jacques Poloni-Simard y Jordi Canal y las posteriores sugerencias de Humberto Cuchetti.

** Doctor en historia. Universidad Nacional de General Sarmiento / CONICET. E-mail: ebohosla@ungs.edu.ar.

las residuales y las emergentes. Se intenta defender la idea de que en los años inmediatamente posteriores a la segunda guerra mundial (1945-1947) primó en las derechas liberal-conservadoras la preocupación por asimilar al populismo con el fascismo y el totalitarismo. A esa etapa le siguió otra en la cual se hicieron presentes muchas de las obsesiones, caracterizaciones y retóricas anticomunistas, que se ensamblaron y combinaron con las anteriores. Si hay que señalar rasgos nacionales más claros, podrían adelantarse los siguientes: a) que la preocupación anticomunista fue muy intensa entre las tradiciones derechistas chilenas; b) que las derechas brasileñas mostraron oscilaciones entre un polo y otro, fusionándolos a veces, en la creencia de que el *trabalhismo* o el varguismo eran la antesala o contracara del comunismo. Hasta 1964 el antipopulismo y el anticomunismo coparon la imaginación del liberalismo brasileño; c) que en Argentina la intensidad de las diatribas antipopulistas inhibió la llegada y apropiación de los discursos anticomunistas hasta la revolución cubana.

Aquí se parte de la idea de la necesidad de usar un enfoque histórico, comparativo y situacional, que permita apreciar dos cosas: en primer lugar, la multiplicidad y la especificidad de las derechas, los valores a los que se vincula, las ideas con las que se combina y los grupos políticos, sectores sociales y líderes políticos que las promueven; en segundo lugar, el hecho de que las fuerzas políticas y las ideologías se constituyen de manera conjunta, mirándose e impugnándose unas a otras. Un enfoque relacional pone en evidencia los procesos de co-construcción ideológica entre las distintas tradiciones ideológicas, que dan por resultado corrientes de ideas que pueden ser afiliadas por el analista al conservadurismo, el liberalismo, el fascismo, etc., pero que simultáneamente evidencian muchas particularidades y marcas específicas de su contexto de creación, circulación y recepción. Es decir, para percibir a las derechas es necesario atender al sistema político y a la distribución de todas las fuerzas políticas, y no sólo las que le interesan directamente al investigador.

¿Por qué el método comparativo? La historia comparada no apunta a acumular historias nacionales y a colocarlas unas junto a otras, de manera tal de sumar estudios de casos o desviaciones de un fenómeno “general” o abstracto (PRADO 2005, p.23), que deberían compartir todos esos casos si no quieren ser considerados aberrantes. Más bien la estrategia comparativa más útil es aquella que permite mirar uno, dos o más casos, a la luz de un tercero, preguntándose por qué las cosas fueron distintas en un lado y en

otro. Como expuso recientemente un colega en esta revista, la historia comparada permite la “iluminación recíproca” de dos realidades confrontadas, detectando las ausencias, las intensidades y los elementos compartidos (BARROS, 2007). De esta manera se puede desplegar una metodología eminentemente reconstructiva, dado que se desnaturaliza aquello la historiografía nacional(ista) ha tendido a familiarizar y naturalizar, esto es, la propia escala nacional (THEML; BUSTAMANTE, 2007; FREDERIC; SOPRANO, 2005). De allí que el efecto de la historia comparativa es, simultáneamente desprovincializador y liberador pues le quita obviedad a los procesos sociales (KOCKA, 2003, p.41).

I. La cosa: ¿qué es la derecha?

¿Hay algo que hace que la derecha sea la derecha? La discusión al respecto es muy extensa y no hay aquí espacio para recopilarla. Basta recordar que los esfuerzos que se han hecho para encontrar una esencia derechista que recorra desde Edmund Burke a Jean Marie Le Pen, han conducido a generalizaciones poco útiles para el trabajo historiográfico sobre casos concretos. Al respecto las posiciones son varias: a) los que entienden que no hay algo así como “la” derecha, sino distintas corrientes de ideas que están ubicadas *a la* derecha. Roger Eatwell (1990) planteó que no hay conceptos indiscutibles y universales que permitan identificar a las izquierdas y las derechas en todo momento y lugar; b) los que sostienen que hay que hablar en plural, es decir, “las derechas”. Asumir la multiplicidad de las tradiciones derechistas no resuelve el problema de la definición, sino que lo complica y lo desplaza, aunque al menos le hace más justicia a la experiencia histórica puesto que el paso al plural no es sólo una cuestión gramática sino conceptual. Así, esas tradiciones han sido clasificadas según criterios ideológicos en moderada, nueva, extrema, radical, clerical, etc. (EATWELL, 1990; REMOND, 1982).; c) los que piensan que las derechas deben ser entendidas pura y exclusivamente como reacciones defensivas frente a la potencia intrínsecamente igualitaria y liberadora de la izquierda (MCGEE DEUTSCH, 1999, p.3); d) por último, aquellos que postulan que sí hay una derecha, pero que discuten al señalar la piedra de toque, aquello que la hace ser la derecha. Así, para algunos autores la derecha es esencialmente la defensa del capitalismo y de la propiedad privada, del *statu quo* en

general y de la autoridad, mientras que lo particular de su rival, la izquierda, es la promoción de reformas sociales, de la participación y de la democracia. Norberto Bobbio (1995) ha planteado que habría mayor afinidad entre la izquierda y la búsqueda de la igualdad, mientras que la derecha se sentiría más cómoda con el respeto a las jerarquías sociales y a la libertad. Los críticos de estas ideas señalan que los jefes soviéticos no eran figuras muy inclinadas a las reformas sino que en las décadas de 1970 y 1980 eran férreos defensores de la ortodoxia. Asimismo, la noción de dictadura del proletariado no parecía muy cercana a la de participación, sino a la de aceptación de la única línea correcta decidida por la élite del Partido. Por otro lado, los neoliberales, en su versión más radical y libertaria, son entusiastas promotores de cambios y de transformaciones, así como desdeñosos con respecto a la legitimidad de las decisiones tomadas por las autoridades, entendidas eminentemente como amenazas a las sagradas libertades individuales.

Quizás pueda encontrarse cierta pista acerca de qué diferencia a izquierda de derecha en aquello que González Cuevas (2000, p.31) ha considerado sus respectivas antropologías. Izquierda y derecha diferirían no tanto en sus propuestas políticas sino en la forma en la que conciben a la naturaleza humana. Así, la izquierda descansaría sobre la convicción de que los hombres pueden auto-transformarse en un sentido positivo. Su optimismo se sustenta en el racionalismo y en la creencia de que la liberación humana es posible mediante ejercicios de perfeccionamiento, ingeniería social y búsqueda colectiva de las soluciones. Por el contrario, la derecha sería aquel conjunto de tradiciones ideológicas que insisten en el carácter potencialmente peligroso de los hombres. El escepticismo sobre la eficiencia de la racionalidad, la convicción de que las capacidades cognitivas y previsoras humanas son limitadas y que tienen un enorme potencial dañino, acompañan a muchas de las lecturas derechistas sobre la historia y, en mayor medida, sobre el futuro. Como postuló hace mucho Eugen Weber (1965:8), el humor de la derecha, especialmente de la extrema, suele ser pesimista, expresando temor, desilusión y resentimiento ante los cambios sociales. De allí que la derecha recele de la capacidad humana para comprender a ciencia cierta lo que ocurre y las reformas que se promueven: por ello sus propuestas políticas hacen referencia a la necesidad de instituciones, autoridades y costumbres que contengan y canalicen ese ímpetu naturalmente ciego y autodestructor (HIRSCHMAN, 1994). Otra manera de ver

el asunto es plantear que la derecha entiende que la mayor parte de las características de una persona o de un grupo de personas vienen, en gran medida, ya definidas al momento de su nacimiento, mientras que la izquierda atiende esencialmente al devenir y la auto-construcción humana. Así, aquello que para la derecha aparece como una imposibilidad humana de dejar de ser lo que se es, en la izquierda viene revestido de una maleabilidad igualmente intrínseca.

Entendidas así, las derechas son un conjunto de tradiciones ideológicas que comparten ese pesimismo sobre el género humano, pero que a la vez también se particularizan por las tradiciones y enemigos a los que se enfrentan. De allí que el vínculo que une a las tradiciones derechistas entre sí no es obligatoriamente de simpatía (GONZÁLEZ CUEVAS, 2000, p.18). Una forma útil de clasificarlas se basa en su capacidad para establecer hegemonía dentro de las familias derechistas. Así, en ese flujo complejo, ambiguo, multiforme y no necesariamente pacífico que son las derechas pueden identificarse tradiciones *dominantes* (controlan el grueso del electorado y los recursos políticos e ideológicos), *emergentes* (minoritarias y novedosas, desafiantes al *mainstream*) y *residuales*, que se encuentran en el ocaso de su influencia (GONZÁLEZ CUEVAS, 2000, p.37). A los fines analíticos aquí identificaremos dos derechas: una liberal, de espíritu empresarial y favorable a una mayor cercanía con Estados Unidos, y otra derecha antiliberal y nacionalista, más autoritaria y promotora de modelos más autárquicos de crecimiento económico.

II. Los actores: las transformaciones de las derechas del ABC

En los años que van desde la caída del régimen nazi a la entrada de Fidel Castro a La Habana, las derechas mutaron en Europa y en América en un doble movimiento: por un lado el liberalismo recobró muchos de sus fueros (incluyendo la revalorización de la democracia y una nueva vinculación con el reformismo), y por el otro lado, las derechas más extremas y vinculadas al fascismo perdieron parte de su fuerza, dejándole paso a una identidad anticomunista y antiliberal y -al menos formalmente- democrática. En la inmediata posguerra se consolidó la convicción en buena parte del arco político europeo de que para asegurar la paz eran necesarias ciertas reformas sociales de envergadura: de allí el respaldo electoral a los partidos políticos socialcristianos y

demócrata-cristianos. El clima de colaboración entre la URSS y Estados Unidos posibilitó hasta mediados de 1947 el crecimiento sindical y electoral del comunismo en Europa occidental y la supervivencia de partidos no comunistas en Europa oriental. Se evidenció avance electoral del comunismo dentro y fuera del Viejo Continente, lo cual no era ajeno al prestigio alcanzado por el Ejército Rojo y las guerrillas triunfantes. En Grecia, Francia, Italia, Brasil y Chile, sólo por mencionar algunos países, el PC demostró en la inmediata posguerra un fuerte enraizamiento político y social. Por entonces, como plantea Halperin Donghi (1987, p.415), “la posibilidad de experiencias socialistas en suelo americano parecía aún remota” y la creación de un aparato anticomunista era achacada a la “manía persecutoria que entonces aquejaba a la potencia hegemónica” y a su voluntad de controlar más de cerca a los países de la región.

II.a. Del reformismo liberal antifascista al antipopulismo conservador (1943-1947)

Desde mediados de la década de 1930 y hasta 1947 muchos conflictos políticos en el ABC se vivieron y se representaron en buena medida ligados a las perspectivas o las peripecias de la guerra: mientras duró la contienda, muchos actores políticos intentaron mostrar su causa como comparable, enfrentada, equivalente o superpuesta con la de los Aliados. Por entonces la tradición de derecha dominante era liberal: se auto-identificaba con la democracia y le asignaba a sus enemigos –en el poder o no- el mote de demagogos, fascistas, totalitarios o caudillos. Perón, Vargas y las sucesivas alianzas gobernantes en Chile durante la guerra fueron acusados de estar vinculados al Eje, al autoritarismo, a la corrupción y/o a al populismo. En cuanto a la forma organizativa de esa derecha liberal, encontramos diferencias al interior del ABC hacia 1945. Por un lado había partidos políticos de alcance nacional con fuerte presencia parlamentaria y respaldo electoral, como la União Democrática Nacional (UDN) en Brasil y los partidos Conservador y Liberal en Chile, pero por el otro lado, en Argentina esas posturas eran sostenidas más abiertamente por organizaciones empresariales industriales y agro-ganaderas y medios periodísticos, pero no había partidos de derecha liberal de relevancia.

A lo largo de la experiencia democrática brasileña (1945-1964) la UDN fue casi siempre la segunda fuerza más votada y obtuvo varias gobernaciones. Incluso en 1960 impuso en las urnas a su candidato presidencial, Jânio Quadros. Aunque interpelaba directamente a las clases medias urbanas a través de sus discursos, en términos de intereses económicos también expresaba los puntos de vista de latifundistas e industriales vinculados al capital foráneo. Según Benevides (2001), desde su fundación en abril de 1945 la UDN actuó como una confederación de partidos, figuras y corrientes de opinión poco coherente. Ponía el acento de su retórica en la defensa del liberalismo clásico, en un ferviente antipopulismo y una fuerte moralización de su discurso político (ALBERTI, 1998, p.33-65). Auto-imaginado en la posguerra como el “partido da redemocratização” (BENEVIDES 1981, p.11), la UDN se pudo mantener unida mientras fue creíble la asimilación de Vargas con el fascismo (ALBERTI, 1998; BENEVIDES, 1981). En la mirada udenista, el comunismo y el varguismo eran dos caras de un mismo fenómeno, el totalitarismo.¹ Cuando la UDN creyó liberarse del fantasma de Vargas en 1954 con su suicidio, en 1961 debió lidiar muy fastidiosamente con uno de sus herederos, João Goulart, variante más radicalizada del *trabalhismo*. A partir de 1962 diversas corrientes de la derecha empresarial comenzaron a asimilar a Goulart con el comunismo, y a desarrollar una tarea de zapa que llevó al golpe de Estado (MOTTA, 2002).

El otro gran partido de derecha de la época fue el Partido Social Democrático, agrupación conformada en 1945 por los interventores varguistas para salvaguardar su posición frente al proceso de democratización en ciernes (HIPOLITO, 1985). El PSD abrazó el modelo desarrollista e intensificó el proceso de industrialización y de expansión del Estado. Actuó a veces en combinación con el udenismo y otras con el Partido Trabalhista Brasileiro. A lo largo de la década de 1950 la UDN y el PSD poseían muchos puntos en común en lo referido a la necesidad de promover la llegada de inversores extranjeros, de eliminar al comunismo y de acelerar la industrialización. Su postura en lo que se refiere a los problemas rurales no difería en gran medida de la que sostenían la UDN y los latifundistas. Sin embargo, udenistas y pesedistas discrepaban a la hora de evaluar la experiencia varguista, de la cual la primera era feroz crítica y el segundo hijo directo.

En el caso de Chile, conservadores y liberales dominaron la política chilena hasta finales de la década de 1930 e incluso después de ello tuvieron un notable caudal electoral: obtuvieron la presidencia en 1958 y en 1964 (esta vez apoyando a los demócrata-cristianos) y en 1970 fueron derrotados por Salvador Allende por un margen bastante estrecho. Tanto al Partido Conservador -plenamente articulado a la Iglesia y al social-cristianismo- como al Partido Liberal, les bastaba con el ejercicio de sus mecanismos tradicionales para retener el poder (cohecho, lealtad electoral de los trabajadores y arrendatarios rurales, redes clientelares urbanas, voto católico, cooptación de autoridades, etc.). Sofía Correa (2005, p.82 ss.) ha destacado que la capacidad de adaptación y la auto-confianza de esa derecha tradicional le permitieron a la derecha liberal-conservadora mantener altas cuotas de poder hasta la década de 1960. Esa fortaleza política, la continuidad y legitimidad de la democracia y la presencia de ideologías reformistas e izquierdistas en sectores del Ejército le quitaron capacidad de maniobra a la derecha extrema en Chile (CORREA SUTIL, 2005, p.67). Las presidencias de Ibáñez (1952-1958) y de Jorge Alessandri (1958-1964) marcaron el tipo de proyecto económico-político dominante en la derecha chilena: neoliberalismo, apertura a inversiones extranjeras y límite a la acción empresarial del Estado (lo cual inhibió el despliegue de políticas desarrollistas comparables a las de Arturo Frondizi en Argentina y las de Juscelino Kubitschek en Brasil). Por el contrario, el proyecto político llevado adelante por la derecha liberal en Chile entre finales de los años cincuenta y mediados de los sesenta es de “modernización capitalista” (CORREA SUTIL, 2005, cap. VI). El perfil empresarial de esa derecha liberal entroncó a finales de la década de 1960 con las emergentes tradiciones corporativistas provenientes del llamado “gremialismo” estudiantil liderado por Jaime Guzmán y los jóvenes economistas formados en Chicago (CRISTI, 2000; MONCADA DURRUTI, 2009; VALDIVIA, 2009).

En Argentina, entre el ascenso de Perón en 1946 y la caída de Frondizi en 1962 no hubo un partido que se reconociera explícitamente como de derecha y que tuviera un poder y una representatividad comparables a los que se aprecian en Chile y Brasil. De hecho, constituye parte del sentido común de la reflexión historiográfica y política en Argentina que uno de los graves problemas nacionales del siglo XX ha sido la falta de un partido orgánico de derecha que pudiera “establecer conexiones orgánicas

suficientemente fuertes con la burguesía industrial, comercial y financiera, además de los grupos agro-exportadores, tradicionalmente conservadores” (SENKMAN, 2001, p.277). La recurrencia de las intervenciones de las Fuerzas armadas y las proscripciones de los partidos mayoritarios (el radicalismo primero, el peronismo después) habla a las claras de las dificultades para generar hegemonía por parte de los partidos que representaban los intereses de los sectores sociales dominantes. Y aunque después de 1955 emergió una nueva derecha en Argentina, de inspiración liberal y empresaria, comparable con el perfil del Partido Liberal y la figura de Jorge Alessandri en Chile (SENKMAN, 2001, p.275-320), no se constituyó un partido orgánico de derecha.

Esta corriente encontró espacio en gobiernos democráticos y dictatoriales, especialmente en el Ministerio de Economía, la Secretaría de Agricultura y el Banco Central. Entre ellos primaban los economistas, ingenieros y funcionarios, mientras que las corrientes nacionalistas y antiliberales reclutaban principalmente escritores y abogados. En su promoción de un capitalismo autoritario, entendían que la garantía de la libertad económica era la obligación del Estado, y que esa libertad debía tener prioridad por sobre otras. La convicción de que sólo las economías de mercado y la presencia de inversiones extranjeras podían asegurar el crecimiento impulsaba a estos ideólogos a promover la libre empresa, la desregulación (selectiva) de la economía y el acercamiento a Estados Unidos. De acuerdo a Lewis (2001, p.323 ss.), esta derecha liberal tenía dos alas: una extremista que estaba a favor de un régimen militar extendido en el tiempo, y otra moderada, que propiciaba alguna forma de participación política restringida. De allí la justificación que ofrecían de los regímenes de participación política restringida o nula (sea a través del autoritarismo o del voto calificado).

Esta corriente entendía que el grueso de las decisiones debía ser potestad de tecnócratas, principalmente economistas, que necesitaban quedar liberados de las presiones espurias provenientes del mundo de la política y de los intereses sectoriales organizados (un eufemismo usado para referirse a los sindicatos). Los pequeños partidos y centros de estudios afiliados a estas tradiciones liberales tenían una única característica en común:

Su pánico permanente ante la posibilidad de retorno del peronismo, al que percibían, a pesar de su proscripción, como una amenaza latente [...] Subsistían obsesionados con la represión del enemigo populista a medida

que avanzaba y fracasaba la estrategia de alianzas políticas para domesticar al sindicalismo peronista. (SENKMAN, 2001, p.2278)

República sí, democracia no, podría ser la síntesis de esta ideología que acabó dando posteriormente lugar a las expresiones más neoliberales (MORRESI, 2008, p.41-6). Esta derecha liberal se mantuvo emergente hasta mediados de la década de 1970, momento en el que se consolidó en el centro del escenario político e ideológico, desplazando a las figuras provenientes de tradiciones nacionalistas y católicas con las que había tanto competido como colaborado en distintos gabinetes de regímenes democráticos (1958-1962) o dictatoriales (1966-1973; 1976-1983).

II.b. Las derechas antiliberales: retroceso en Brasil y Chile, firmeza en Argentina

Los nacionalistas argentinos, la Aliança Integralista Brasileira y el Movimiento Nacional Socialista de Chile que en la década de 1930 habían impulsado proyectos de transformación social y política inspirados en el fascismo, debieron buscar después de la guerra impulso (y financiación) en otros lugares. Se convirtieron en parte de una tradición residual sin presencia relevante en las calles, pero que siguió aportando a lo largo del período figuras individuales al mundo intelectual y a áreas del gobierno en distintos gobiernos. El fuerte peso de la derecha liberal en Brasil y Chile le quitó margen de maniobra y atracción a esas voces más radicalizadas. Aunque muchos de ellos se siguieron organizando como partidos políticos y competían en las contiendas electorales, estas figuras a las que Christian Buchrucker (2002) llamó “nostálgicos del nuevo orden”, no dejaron de despotricar contra la “politiquería” y la “demagogia partidocrática” y de participar en conspiraciones e intentos de golpes de Estado.

El Partido da Representação Popular fue formado en 1945 por los antiguos miembros del integralismo, el movimiento católico-fascista liderado por Plinio Salgado. Su relevancia electoral fue casi muy baja, y lo propio puede decirse de su capacidad para incidir en los gobiernos nacionales, incluso en la dictadura instaurada en 1964 (BERTONHA, 2009). En el caso del PRP se ha destacado el carácter obsesivo de su anticomunismo, presente en su política exterior, en su programa de gobierno, en sus actividades de espionaje y en su propuesta de una “contra-reforma moral e intelectual” (GRASSI CALIL, 2005, p.791). Luego de la disolución obligatoria de los partidos por

el AI-2 de 1965, muchos de los hombres del PRP pasaron a la oficialista ARENA (GRASSI CALIL, 2010). A su vez, también es destacar el peso del vínculo de ese anticomunismo con la Iglesia católica e incluso con una defensa ecuménica de la fe frente a un diabolizado ateísmo soviético (RODEGHERO, 1988).

En el caso de Chile, el estancamiento del impulso desarrollista del Frente Popular y la inflación crearon condiciones a finales de la década de 1940 para que, en el nuevo clima de la guerra fría, parecieran más atractivos los discursos antidemocráticos (CORREA SUTIL, 2005, p.147; VALDIVIA, 1995a). El hartazgo frente a las permanentes transacciones parlamentarias y cambios de gabinete y las denuncias de corrupción y fraude permitieron la llegada de fuerzas que no habían tenido responsabilidad de gobierno, como el Partido Agrario-Laborista (PAL), que se convirtió en el partido más votado en las elecciones presidenciales de 1952, apoyando al general Carlos Ibáñez del Campo. En el PAL confluyeron muchos ex-miembros y dirigentes del Movimiento Nacional Socialista de Chile y promotores de ideas corporativistas. A ellos se les sumaron los voceros del anticomunismo más recalcitrante, como la Acción Chilena Anticomunista y el grupo Estanquero. Si bien Ibáñez del Campo ganó las elecciones, una vez en el poder las medidas radicales promovidas por el PAL debieron quedar archivadas ante la necesidad de obtener mayorías parlamentarias que incluían a los liberales. De hecho, durante la presidencia de Ibáñez (1952-1958) no lograron convencer de sus proyectos de marchar hacia una “democracia orgánica”, no ya al grueso de la sociedad, sino a la mayoría de los diputados del PAL. Los intentos estatizantes de algunos ministros nacionalistas como Prat o Tarud fracasaron en su intento de doblegar la resistencia empresarial y dieron paso a tácticas más ortodoxas, sugeridas por la firma norteamericana Klein & Saks (CORREA SUTIL, 2005, p.165 ss.).

Muchos nacionalistas argentinos creyeron encontrar en el régimen peronista algo parecido a lo que venían reclamando desde inicios de la década de 1930, esto es, una combinación de promoción del bienestar social de las masas, política exterior independiente, organización corporativa de las relaciones entre capital y trabajo, patronazgo católico de la educación y rechazo ideológico al liberalismo, al comunismo, al imperialismo y a la “oligarquía” (LVOVICH, 2003; MC GEE, 1999). Sin embargo, recelaban del personalismo de Perón, de un uso pragmático y flexible de

las ideas, de una relación demasiado directa con las masas, de la corrupción, de los acuerdos firmados con empresas petroleras extranjeras y del peso que tenía Evita Perón en el palacio presidencial y en las decisiones oficiales (WALTER, 2001). De hecho, los grupos provenientes del nacionalismo autoritario católico se dividieron frente al fenómeno peronista: hubo quienes ingresaron decididamente en el nuevo movimiento, como el padre Virgilio Filippo, pero también otros como los hermanos Julio y Rodolfo Irazusta, que se mantuvieron muy alejados y críticos. Es evidente que Perón se sirvió de muchas de las ideas y hombres de ese nacionalismo (SPEKTOROWSKI, 1991; 2003), pero dejó de lado otras nociones que le resultaban incómodas o innecesarias. En todo caso, la larga alianza de Perón y la Iglesia facilitó el ingreso de nacionalistas a órganos del Estado, pero el agrio conflicto que posteriormente se desató entre el presidente y la cúpula eclesiástica en 1954 le alienó al régimen sus apoyos más decididamente católicos (CAIMARI, 1995).

Tras el golpe de Estado de 1955, cobró fuerza una derecha de tinte nacionalista y antiliberal, que lo mismo buscaba apoyo dentro del antiperonismo que entre los peronistas. Esas voces más estridentes y autoritarias parecen haber tenido mayor desarrollo en la década de 1960 y 1970, en muchos casos más empeñadas en combatir físicamente a los comunistas que a sus ideas. Algunos de esos grupos de derecha antiliberal expresaban un punto de vista muy reaccionario como la Guardia Restauradora Nacionalista, pero otros hicieron un recorrido que los condujo al peronismo revolucionario y la admiración por la revolución cubana (GALVÁN, 2007; PADRÓN, 2007). Su rechazo a la economía de mercado sin regulación, su fortísima impronta de catolicismo integrista y la promoción del hispanismo (en el sentido franquista del término) los acercaba a las corrientes nacionalistas de la década de 1930 y 1940 más de lo que admitían (LVOVICH, 2006). En términos de presencia dentro del Estado, los hombres provenientes de estas tradiciones podían encontrarse en las áreas “políticas” como el Ministerio del Interior y el de Relaciones Exteriores. Asimismo, dado su interés en orientar la cultura argentina según una serie de valores tradicionales, era frecuente también hallarlos en las áreas educativas (LEWIS, 2001). Esta corriente de ideas apoyaba la creación de una economía más bien cerrada y de una sociedad re-cristianizada y organizada políticamente a través de acuerdos corporativos de cúpula, entre los que algunos incluían a los jefes sindicales peronistas. Este campo de ideas se

mostraba como la más influyente de las caras de la derecha argentina hasta 1975, enfrentada hasta entonces con la emergente tradición neoliberal.

II.c. El lugar del comunismo y del anticomunismo

Antes se mencionaba la necesidad de un enfoque relacional, esto es, que pusiera de manifiesto los procesos de construcción ideológica entre distintos actores. La utilidad de este enfoque queda de manifiesta cuando se analiza el vínculo entre la tradición derechista liberal y el comunismo en el ABC entre 1945 y 1959. Aquí las situaciones son bastante disímiles en los tres países según se mire la política de alianzas y de enfrentamientos del PC y su ubicación con respecto al Estado en cada país, así como los procesos políticos y sociales asociados a la conflictividad obrera en el final de la segunda guerra mundial.

En el caso argentino, el impacto del anticomunismo entre las figuras de derecha liberal parece haber sido menor en comparación con Brasil y Chile. El empresariado no le temía al comunismo sino que veía con aprehensión al peronismo y a su decisión de intervenir en la economía, reorientando beneficios hacia los trabajadores urbanos. El peronismo consumía el grueso de las preocupaciones e intereses de los derechistas, mientras que el PC fue considerado como un aliado táctico y un partido democrático más, e incluso entusiasta promotor de un camino nacional de desarrollo industrial. Tal como quedó expuesto en el desinterés ante la propuesta de alianza de clases que les formuló el coronel Perón en la Bolsa de Comercio en agosto de 1944, el miedo de los empresarios no estaba enfocado en el PCA que en febrero de 1946 obtuvo menos del 1,5% de los sufragios para la Cámara baja. Se percibía que la conflictividad sindical desatada desde 1945 ante la inminencia del fin de la guerra no sólo había sido canalizada por el nuevo caudillo militar establecido en la Casa rosada, sino –y sobre todo- que esta figura era la única que tenía la capacidad para activarla según sus necesidades políticas.

¿Cómo se llegó a esta situación? De nuevo hay que mirar a los procesos desarrollados durante la guerra, y la “internacionalización” de la política nacional. La proscripción del PCA por la dictadura instaurada en junio de 1943 lo asimiló al resto de las agrupaciones partidarias nacionales, también prohibidas. Así, un régimen militar con

fuertes rasgos del catolicismo integrista y que sostuvo durante un año la neutralidad del país en el conflicto bélico, tenía enfrente a una oposición multipartidaria compuesta, entre otras fuerzas, por el comunismo. La identificación de los comunistas, radicales y socialistas con los Aliados les generaba un espacio ideológico compartido, a la vez que le asignaba una supuesta identidad pro-Eje a la dictadura. La conformación de la opositora Unión Democrática en 1945 fue la desembocadura para esa experiencia de colaboración multipartidaria desarrollada bajo el paraguas del antifascismo (BISSO, 2005). El deseo de mantener unido a ese frente antiperonista –maltrecho tras la rápida disolución de la Unidad Democrática en 1946– primaba por sobre las posibles influencias que ejerciera la presión anticomunista proveniente de Washington (BOHOSLAVSKY, 2009).

En cambio, tanto en Brasil como en Chile durante 1947 y 1948 se constituyeron fuertes corrientes de opinión en la prensa y los partidos derechistas tendientes a repudiar la presencia (real o imaginada) de los comunistas (VALDIVIA, 1995b, p.11). En ambos países el poder legislativo aprobó leyes destinadas a reducir la participación de los comunistas en la vida política nacional, sea por la vía de la finalización compulsiva de los mandatos de sus representantes parlamentarios o por su expulsión del padrón electoral. En algunos casos estas expresiones se adelantaron a la escalada de enfrentamientos entre las superpotencias, lo cual remite a causas más nacionales que globales (MOTTA, 2002, p.3 ss.). Las disposiciones persecutorias contra el PCB se iniciaron antes de que Truman hiciera explícita la noción de que Washington y Moscú tenían divergencias insalvables: incluso la embajada norteamericana en Rio de Janeiro consideró “precipitada” la decisión de romper relaciones con la URSS en octubre de 1947 (MOTTA, 2002, p.3).

El Partido Comunista chileno estuvo entre 1938 y 1946 dentro de la alianza gobernante integrada también por el socialismo y el radicalismo. En 1946 participó del frente electoral que impuso a Gabriel González Videla como primer mandatario. La oposición derechista observó asombrada que el candidato apoyado por el comunismo venció tanto al candidato liberal (Alessandri) como al conservador socialcristiano (Cruz-Coke). Por entonces, el PCCh tenía más del 10% de los votos, que le habían brindado 15 diputados y 3 senadores (entre ellos Pablo Neruda). Ese avance electoral del comunismo coincidió con un alza de la conflictividad sindical, que había estado

contenida en los años anteriores como gesto de colaboración con el esfuerzo aliado. La agitación sindical minera e industrial se incrementó notoriamente sobre el final de la guerra, entre otras cosas por el renacido enfrentamiento entre socialistas y comunistas: en 1944 intervinieron 26.000 obreros en 60 huelgas, mientras que en 1945 unas 512 huelgas convocaron a 80.000 participantes (CORREA SUTIL, 2005, p.113).

El presidente González Videla consideró que incluyendo al PCCh en su gabinete aminoraría o neutralizaría esa conflictividad (BRAVO RÍOS, 1955, p.186). Sin embargo, la presencia de altos funcionarios y ministros comunistas (por primera vez en la historia de Sudamérica) generó tensiones sociales y políticas y terminó haciendo más incoherente el desarrollo del gobierno, dado que el PCCh simultáneamente participaba del gabinete y alentaba las presiones sociales. Los ministros comunistas duraron sólo cinco meses en el gabinete. Las razones de su salida fueron de distinta naturaleza. Por un lado, por el temor del Partido radical (el del presidente) ante el crecimiento electoral del comunismo, que iba absorbiendo una parte del electorado que tradicionalmente lo apoyaba. Por otro lado, por el rechazo de los latifundistas a la sindicalización rural que llevaba adelante el PCCh. Finalmente porque Estados Unidos presionó para que González Videla se deshiciera de esos ministros a cambio de seguir recibiendo ayuda financiera (HALPERIN, 1965, p.53). Otros actores políticos también exigieron que el presidente se deshiciera de los ministros comunistas: la Acción Chilena Anticomunista, orientada por Jorge Prat y el grupo de los Estanqueros (VALDIVIA, 1995b, p.31; 1995a, p.13; BOHOSLAVSKY, 2006; RUIZ, 1992). La Iglesia y los partidos Conservador y Liberal también hicieron llegar sus expresiones de repudio a la presencia del comunismo en el gabinete después de 1946. En un debate parlamentario de julio de 1948, el diputado y expresidente liberal Arturo Alessandri incentivaba a los “partidos democráticos” a sumarse a la cruzada anticomunista para salvar a la civilización occidental:

Cuando la libertad y la dignidad del ser humano están en peligro, no hay base para discusión ni nada distinto que elegir. Entre la vida y la muerte de una civilización, no hay espacio para un tercer camino. Debemos afianzar los lazos entre los partidos democráticos y convencernos de que lo que está en juego es la existencia de nuestra vida libre. Hay dos rutas perfectamente delineadas: una que conduce a la plenitud de la expresión de la personalidad humana y eso significa el reconocimiento de todos sus nobles y altos atributos espirituales, de lo más sagrado que tiene el hombre: la

libertad, y otra, que lo lleva, por el falaz espejismo de una mejor vida material, a la más horrible y deprimente esclavitud: la subyugación del hombre por un estado despótico, carcelario e inhumano, para quien la cultura y el individuo como inteligencia, libre albedrío y alma sólo merecen desdén y menosprecio. (CÁMARA DE DIPUTADOS, 194, p.1102)

González Videla ilegalizó al PCCh en 1948, utilizando como excusa una huelga de mineros (ANGELL, 1997, p.97; BRAVO RÍOS, 1955, p.189). La ley de “Defensa Permanente de la democracia” fue aprobada por los conservadores, los liberales, el PAL, algunos socialistas y la mayor parte del gobernante Partido Radical. En su contra se alinearon el PCCh, la Falange Nacional (que en 1957 pasó a ser el Partido Demócrata Cristiano), algunos socialistas y radicales. La ley, conocida en el mundo de izquierda como “Ley maldita” canceló el registro partidario del PCCh, permitió el encarcelamiento de sus dirigentes y borró del padrón electoral a sus afiliados (y a los sospechados de serlo). La ley se mantuvo en vigencia por diez años, y tanto González Videla como posteriormente el presidente Ibáñez, se sirvieron de ella para deshacerse de conflictos sindicales en los cuales denunciaban la presencia del comunismo.

El Partido comunista brasileño quedó ilegalizado en 1935 a causa de la organización frustrada de una *revolta*. La cercanía de Vargas con el Tercer Reich y la proclamación de una constitución inspirada en la Polonia de Pilsudsky hizo que hasta 1942 los comunistas no dudaran en señalar a Vargas como un émulo de Hitler. Sin embargo, la reorientación de la política exterior brasileña al sumarse a la guerra junto a los Aliados, forzó al PCB a adoptar una posición por lo menos neutral frente a Vargas. La cúpula del partido acompañó la ampliación de la legislación laboral producida sobre el final del *Estado Novo* y apoyó en 1945 la propuesta de Vargas de llamar a una asamblea constituyente. Debido a esa cercanía con el dictador y su resistencia a condenar *in toto* la experiencia varguista, quedó alejado de la coalición opositora liderada por la UDN. Sin embargo, el PCB aprovechó su vuelta a la legalidad para participar de las elecciones en diciembre de 1945, en las que su candidato presidencial alcanzó el 10% de los votos y se constituyó en la cuarta fuerza política del país. Quince candidatos comunistas consiguieron ingresar como diputados (entre ellos Jorge Amado) y Luis Carlos Prestes como senador. En 1947 el PCB amplió su bancada a 17 miembros y se convirtió en el partido más importante en la Câmara Municipal del Distrito Federal. Así, durante 1946 y 1947, el PCB no formaba parte del nuevo gobierno del presidente

Dutra ni de la bancada más importante de la oposición, pero tenía una presencia parlamentaria relevante y atractivo entre los trabajadores industriales.

Si bien el miedo a la expansión del comunismo en Brasil era desmedido² puesto que su poder estaba lejos de ser comparable al del varguismo, reflejaba la convicción de líderes liberales, sindicalistas *trabalhistas* y empresarios de que el electorado se estaba orientando hacia la izquierda y de que los choques sociales iban a aumentar. En efecto, el gobierno de Eurico Dutra (1946-1950) se enfrentó con vehemencia a la expansión de la conflictividad sindical y prohibió el derecho de huelga antes de que entrara en vigencia la nueva constitución. El Ministerio de Trabajo intervino varios sindicatos y cerró la recientemente creada Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil. El 7 de mayo de 1947 la justicia federal suspendió el registro legal del PCB (ANÓNIMO, 1947) y en enero de 1948 cesó el mandato de todos los representantes comunistas. El debate parlamentario que permitió la “cassação dos deputados do PC” fue muy arduo y no estuvo exento de desatar un escándalo de proporciones en el recinto por la presencia de diputados armados (ALVEZ DE ABREU; RAPOSO, 1981, p.43 e 256). Parlamentarios oficialistas y de la opositora UDN asumieron el discurso anticomunista y justificaron la vulneración de las garantías individuales en la medida en la que se consideraban amenazados el orden social y la civilización brasileña (CAMARGO et al. 1983, p.128; POMAR, 2002). Pero también hubo diputados y afiliados de la UDN que rechazaron la medida, amparados en su ideario liberal-republicano, por entender que se vulneraban derechos básicos.³ Como expresaba uno de los dirigentes que estuvo en la UDN desde sus comienzos, la ley conllevaba el intento de un grupo dictatorial (los herederos de Vargas) de proscribir a otro grupo dictatorial (el comunismo): “Não é possível que a liberdade que reconquistamos, depois de uma longa guerra batalhada em sua defesa, seja novamente sacrificada pelos remanescentes da ditadura, na sua luta contra ditatorialistas de outro gênero”.⁴

III. Conclusiones

Desde 1943 las elites liberales y conservadoras de Brasil y Argentina tenían la certeza de que se acercaba el final de la contienda y, con ella, el de muchos de los

regímenes autoritarios que habían signado al mundo y la región desde la crisis de 1929. Es por ello que a través de actos y declaraciones desafiantes plantearon la necesidad de re-democratizar la vida política. Proclamas como el *Manifesto dos mineiros* de octubre 1943 y la Marcha de la Constitución y la Libertad de septiembre de 1945 en Buenos Aires, clamaban por el regreso a la normalidad institucional, enmarcando a este proceso nacional como parte de una tendencia global hacia la eliminación de las dictaduras (CPDOC-FGV, 1981). Como expresó el diario *La Prensa* de Buenos Aires, dos días después de la caída de Getúlio Vargas, el ocaso de los regímenes autoritarios venía augurado con el final de la guerra:

El dictador del Brasil que acaba de ser depuesto, fue saludado alguna vez – y no hace de esto mucho tiempo, como el primer caudillo americano de tipo moderno. Entendemos que se quería significar con esto que el doctor Vargas se diferenciaba de los hombres que, hasta su advenimiento al poder, habían hecho política y gobierno personales en este continente y se asemejaba a los dictadores europeos del siglo actual, tan admirados por los que parecen nacidos para mandar o ser mandados arbitrariamente, y que han tenido triste fin después de haber encarnecido, arruinado y destruido a sus respectivas patrias. (LA PRENSA, 1945)

Sin embargo, el optimismo que mostraban la gran prensa paulista y bonaerense y la oposición liberal-republicana en Argentina y Brasil en 1945, en el sentido de que el final de la guerra traería automáticamente el desplazamiento de las figuras y organizaciones vinculadas a las dictaduras, era una declaración voluntarista más que una profecía. Esa línea ideológica inicial insistía en la caracterización de los regímenes y candidatos “populistas” como sus enemigos. Los candidatos auto-identificados como los únicos demócratas convencidos, el brigadier Gomes en Brasil y el radical Tamborini en Argentina, embanderados con el antifascismo y apoyados por los principales periódicos, radios -e incluso cadena de televisión- fueron derrotados en elecciones limpias. Así, la oposición liberal que acreditaba resistencia contra las dictaduras en ambos países, veía con asombro que el nuevo régimen político democrático inaugurado en 1946 iba a ser dirigido por un militar que hasta meses atrás había sido ministro del régimen *de facto*: el coronel Juan Perón en un caso y el general Eurico Dutra en el otro.

El abandono de la lógica de enfrentamiento de la segunda guerra y su reemplazo por la proveniente del choque entre Moscú y Washington, generó realineamientos en los

escenarios nacionales a partir de 1947. La identidad antifascista y antipopulista que había asumido años atrás la derecha liberal fue dejando paso a otra en la cual el anticomunismo tenía un papel más relevante (aunque no excluyente). La forma en la que esas identidades negativas se vincularon (o no) con el anticomunismo, es parte de la historia nacional de las derechas en el ABC. La buena recepción del anticomunismo de la guerra fría en Brasil y Chile estuvo vinculada al re-lanzamiento de reclamos sindicales, reprimidos hasta entonces. Millones de trabajadores aspiraban a que muchos de los sacrificios que le fueron exigidos por el gobierno nacional y por el Partido comunista en nombre del esfuerzo de guerra de los Aliados, se trocaran por beneficios materiales concretos y legislación laboral más protectora. Por ello el fin de la “unión nacional” y la reducción de la represión policial (intensa en el *Estado Novo*) generaron un recrudescimiento de los conflictos sociales y estimularon muchos miedos anticomunistas entre empresarios y partidos de derecha en Brasil y Chile. Allí las derechas liberales y conservadoras se orientaron hacia Estados Unidos, la libre empresa y el anticomunismo. En ambos países se aprobaron leyes para dejar fuera de la vida política al comunismo, por entenderlo ajeno a las reglas democráticas y a las tradiciones cívicas nacionales. Esa proscripción generó fuertes debates al interior de las bancadas de la UDN en Brasil y del Partido Conservador en Chile, dado que algunos parlamentarios se oponían a esa decisión.

Sin embargo, en el mismo momento en el que el PC era excluido del juego político en Brasil y Chile por considerársele títere de la URSS, promotor de una doctrina totalitaria y un actor con una preocupante capacidad para movilizar al movimiento obrero, la derecha liberal argentina seguía caracterizándolo como un partido democrático y respetuoso de las tradiciones políticas nacionales. Es que la irrupción del peronismo, la dirección que éste ejerció sobre el Estado y la naturaleza de su vínculo con el movimiento obrero, alteraron profundamente las perspectivas de comprensión y de intervención en la política. En buena medida esta serie de consideraciones fueron revisadas después de 1959, cuando la experiencia de la revolución cubana permitió otras lecturas sobre la cercanía y la viabilidad del socialismo en tierra americana. Pero esa es una historia que escapa a los propósitos de este artículo.

THE RIGHTS IN ARGENTINA, BRAZIL AND CHILE (1945-1959): A COMPARATIVE APPROACH

Abstract: *This article compares Argentinean, Brazilian and Chilean rightist groups between the end of WWII and Cuban revolution. Special attention is paid to these parties' ideological positions and negations (such as anti-communism and anti-populism). The main hypothesis is that liberal right wing tried to assimilate populism to fascism during the first years after the war, but that such idea moved enthusiastically to Cold War anti-communism in Chile and Brazil. Opposite to this, in Argentina, anti-populism (expressed as anti-peronism) ruled during a longer time Liberal right wing's fears and imaginaries.*

Keywords: *Rightist Parties; Cold War; Liberalism.*

Referências Bibliográficas:

ANÓNIMO, **Gazeta Judiciária**, n. 311, ano XX, 31 de maio, 1947.

ALBERTI, Verena. 'Ideias' y 'fatos' na entrevista de Afonso Arinos de Mello Franco. *In:* FERREIRA, M. d. M. (Ed.). **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 1998, p.33-65.

ALVEZ DE ABREU, A.; RAPOSO, E. **Juracy Magalhaes I, II e III**. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, dactilografado, 1981.

ANGELL, Alan. La izquierda en América Latina desde c. 1920. *In:* BETHELL, L. (Ed.). **Historia de América Latina** Vol. XII. Barcelona: Crítica-Grijalbo, 1997.

BARROS, José D'Assunção. História comparada. Um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História comparada**. Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2007.

BENEVIDES, M. V. d. M. **A UDN e o udenismo. Ambigüidades do liberalismo brasileiro, 1945-1965**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. União Democrática Nacional (UDN). *In:* **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV, 2001 (CD-Rom).

BERTONHA, João F. Os integralistas pós-1945. A busca pelo poder no regime democrático e na ditadura (1945-1985). *In:* **Congress of the Latin American Studies Association**, Rio de Janeiro, 2009.

BISSO, Andrés. **Acción Argentina: un antifascismo nacional en tiempos de guerra mundial**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Derecha e izquierda. Razones y significados de una distinción política.** Madrid: Taurus, 1995.

BOHOSLAVSKY, Ernesto. Contra el hombre de la calle. Ideas y proyectos del corporativismo católico chileno (1932-1954). **Si somos americanos. Revista de Estudios Transfronterizos.** Santiago de Chile. v.VIII, p.105-25, 2006.

_____. ¿Partido de la democracia o agente del totalitarismo? Las derechas argentinas y brasileñas frente al comunismo en los orígenes de la guerra fría, *In: XII Jornadas Interescuelas-Departamentos de Historia.* Bariloche, 2009.

BRAVO RÍOS, Leonardo. **Lo que supo un auditor de guerra.** Santiago: Editorial del Pacífico, 1955.

BUCHRUCKER, Christian. Los nostálgicos del 'Nuevo Orden' europeo y sus vinculaciones con la cultura política argentina. *In: KLICH, I. (Ed.). Sobre nazis y nazismo en la cultura argentina.* Maryland: Hispamerica/University of Maryland, 2002.

CAIMARI, Lila. **Perón y la Iglesia Católica. Religión, estado y sociedad en la Argentina, 1943-1955.** Buenos Aires: Ariel, 1995.

CÁMARA DE DIPUTADOS. **Diario de sesiones ordinarias.** Santiago de Chile, 1948.

CAMARGO, A., MARIANI, M. C.; TEIXEIRA, M. T. L. **O intelectual e o político: encontros com Afonso Arinos de Melo Franco.** Brasília: Senado Federal/CPDOC/FGV/ Editora Dom Quixote, 1983.

CORREA SUTIL, Sofía. **Con las riendas del poder: la derecha chilena en el siglo XX.** Santiago: Editorial Sudamericana, 2005.

CPDOC-FGV. **Manifiesto dos mineiros (depoimentos).** Rio de Janeiro: FGV, 1981.

CRISTI, Renato. **El pensamiento político de Jaime Guzmán: autoridad y libertad.** Santiago: LOM Ediciones, 2000.

EATWELL, Roger. The nature of the Right, 1. Is there an 'essentialist' philosophical core?. *In: EATWELL, R.; O'SULLIVAN, N. (Ed.). The Nature of the right. American and European politics and political thought since 1789.* Boston: Twayne Publishers, 1990, p.41-76.

FREDERIC, S.; SOPRANO, G. Construcción de escalas de análisis en el estudio de la política en sociedades nacionales. *In: ____ (Ed.). Política y variaciones de escalas en el*

análisis de la Argentina. Buenos Aires: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2009.

GALVÁN, María Valeria. **El Movimiento Nacionalista Tacuara y sus agrupaciones derivadas: una aproximación desde la historia cultural.** Tesis de maestría del Instituto de Altos Estudios Sociales de la Universidad Nacional de San Martín, Buenos Aires, 2008.

GONZÁLEZ CUEVAS, Pedro. **Historia de las derechas españolas: de la ilustración a nuestros días.** Madrid: Biblioteca Nueva, 2000.

GRASSI CALIL, Gilberto. **O integralismo no processo político brasileiro. O PRP entre 1945 e 1965: Cães de guarda da ordem burguesa.** Tesis doctoral en el Programa Interinstitucional de Pós-Graduação em História UFF / UNIOESTE. Niterói, 2005.

_____. **Integralismo e Hegemonia Burguesa: a intervenção do PRP na política brasileira (1945-1965).** Cascavel: Edunioeste, 2010.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. **Historia contemporánea de América Latina.** México: Alianza, 1987.

HALPERIN, Ernest. **Nationalism and Communism in Chile.** Massachussets: M.I.T. Press, 1965.

HIPPOLITO, Lúcia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964).** Río de Janeiro: Terra e Paz, 1985.

HIRSCHMAN, Albert. **La retórica de la intransigencia.** México: F.C.E, 1994.

KOCKA, Jürgen. Comparison and beyond. **History and Theory**, v.42 n 1, p.39-44, 2003.

LA PRENSA. **Caudillos americanos,** Buenos Aires, p.4, 1 de noviembre,1945.

LEWIS, Paul. La derecha y los gobiernos militares, 1955-1983. *In:* MCGEE DEUTSCH, S.; DOLKART, R. H. (Ed.). **La derecha argentina. Nacionalistas, neoliberales, militares y clericales.** Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2001.

LVOVICH, Daniel. **Nacionalismo y antisemitismo en Argentina.** Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2003.

_____. **El nacionalismo de derecha: desde sus orígenes a Tacuara.** Buenos Aires: Capital Intelectual, 2006.

MCGEE DEUTSCH, Sandra. **Las Derechas: the extreme right in Argentina, Brazil, and Chile, 1890-1939**. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MONCADA DURRUTI, Belén. **Jaime Guzmán: una democracia contrarrevolucionaria: el político de 1964 a 1980**. Santiago: UST RIL Editores, 2006.

MORRESI, Sergio. **La nueva derecha argentina: la democracia sin política**. Buenos Aires: Biblioteca Nacional y Universidad Nacional de General Sarmiento, 2008.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, 1917-1964**, São Paulo: Editora Perspectiva/ FAPESP, 2002.

PADRÓN, Juan Manuel. **Trabajadores, sindicatos y extrema derecha. El Movimiento Nacionalista Tacuara frente al movimiento obrero, Argentina (1955-1966)**. In: XI° Jornadas Interescuelas / Departamentos de Historia, Tucumán, 2007.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a história comparada da América latina. **Revista de História**, v.153, p.11-33, 2005.

POMAR, Pedro Estevam da Rocha. **A democracia intolerante. Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista, 1946-1950**. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

REMOND, René. **Les droites en France**. Paris: Aubier Montagne, 1982.

RODEGHERO, Carla Simone. **O diabo é vermelho. Imaginário anticomunista e igreja católica no Rio Grande do Sul, 1945-1964**. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

_____. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.22, n.44, p.463-88, 2002.

RUIZ, Carlos. El conservatismo como ideología. Corporativismo y neo-liberalismo en las revistas teóricas de la derecha. In: Cristi, R.; Ruiz, C. (Ed.). **El pensamiento conservador en Chile. Seis ensayos**. Santiago: Editorial Universitaria, 1992.

SENKMAN, Leonardo. La derecha y los gobiernos civiles, 1955-1976, en MCGEE DEUTSCH, S.; DOLKART, R. H. (Ed.). **La derecha argentina. Nacionalistas, neoliberales, militares y clericales**. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, p.275-320, 2001.

SPEKTOROWSKI, Alberto. Argentina 1930-1940: nacionalismo integral, justicia social y clase obrera. **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**. Tel Aviv, v.2, n.1, 1991.

SPEKTOROWSKI, Alberto. **The origins of Argentina's revolution of the right**. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2003.

THEML, N.; BUSTAMANTE, R. M. DA CUNHA. História comparada: olhares plurais. **Revista de História Comparada**. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2007.

VALDIVIA ORTIZ DE ZÁRATE, Verónica. **Nacionales y gremiales**. Santiago: Lom Ediciones, 2009.

_____. **El nacionalismo chileno en los años del Frente Popular (1938-1952)**. Santiago: Universidad Católica Blas Cañas, 1995a.

_____. **Nacionalismo e ibañismo**. Santiago: Universidad Católica Blas Cañas, 1995b.

WALTER, Richard. La derecha y los peronistas, 1943-1955. In MCGEE DEUTSCH, S.; DOLKART, R. H. (Ed.). **La derecha argentina. Nacionalistas, neoliberales, militares y clericales**. Buenos Aires, Javier Vergara Editor, 2001.

WEBER, Eugen. The Right. An introduction. In: WEBER, E.; ROGER, H. (Ed.). **The European Right. A historical profile**. Berkeley: University of California Press, 1965.

Notas

¹ El punto 9 de la II Convención de la UDN realizada el 18 mayo de 1946 en Rio de Janeiro, señala: "A UDN opõe-se decididamente ao comunismo, opondo-se ao mesmo tempo, as medidas governamentais que, a pretexto de combatê-lo, redundem na aplicação de métodos ou praticas fascistas, em detrimento da democracia". Archivo CPDOC-FGV, Carpeta VMF c 1946.05.18.

² Como expresaba en declaraciones públicas en 1947 el líder udenista Virgilio de Melo Franco, entre la elección presidencial de 1945 y la legislativa de 1947 el PC perdió cerca de 100.000 votos, a pesar de estar "organizado em bases de fanática obediência". Las razones de ese desgaste electoral eran la banalización de la causa comunista por la rutinaria labor parlamentaria y el desvanecimiento de la leyenda martiroológica de Prestes, quien había quedado "reduzido as suas verdadeiras proporções". Archivo FGV-CPDOC, Carpeta VMF, pi Franco, V. A. M. 1947.05.00

³ Diputados estaduais de Minas Gerais se manifestaron contrarios al cese de los mandatos de los diputados comunistas. Belo Horizonte, 15 de dezembro de 1947. Archivo CPDOC-FGV, Fondo Gabriel Passos, AP 1934.02.02. Militantes udenistas enviaron telegramas a sus diputados para que rechazaran una ley que "coloca democracia em perigo" y un grupo de militantes de Santa Catarina le pidió al diputado Passos que rechazara la ley y salvara la democracia, máxime "caso advenha ditadura nossa pátria, quando Deus já castigou nazistas desgraçaram mundo". Telegrama del 3 de Julio de 1947 de Danilo Andrade al diputado Gabriel Passos.

⁴ Archivo CPDOC-FGV, Carpeta VMF, pi Franco, V. A. M. 1947.05.00

CONDIÇÕES HISTÓRICAS PARA A FORMAÇÃO DA RÁDIO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

*Victor Nigro Fernandes Solis**

Resumo: *Este artigo trata das condições para que o Rio de Janeiro, então capital da República, se utilizasse de uma emissora de rádio -a PRE 8: Rádio Nacional- que desempenharia um papel aglutinador para a consolidação das ações políticas dos vencedores de 1930 e para a contraposição às forças centrífugas regionais e locais. Neste sentido serão abordadas as condições históricas de formação da cidade do Rio de Janeiro que a tornam um centro político, econômico, comercial e também síntese da nacionalidade brasileira, o que possibilita a promoção de uma política de abrangência nacional por meio de uma emissora de rádio pública.*

Palavras-chave: *Rádio Nacional; Poder central do Estado; Nacionalidade; Transformações urbanas; Rio de Janeiro.*

Introdução

A inauguração da Sociedade Rádio Nacional em 12 de setembro de 1936, assistida por um seletor público no ainda pequeno auditório da emissora, em nada se assemelhava com a sua grandeza e importância adquirida anos depois. Situada na Praça Mauá, no centro da então capital da República brasileira, a cidade do Rio de Janeiro, a Rádio Nacional PRE-8 (prefixo da emissora) pertencia ao grupo A Noite, dono de um jornal homônimo, além das revistas A Noite Ilustrada, Vamos Ler e Carioca. Em decorrência das dívidas oriundas da construção de sua nova sede – o edifício A Noite, considerado o primeiro arranha-céu do Rio de Janeiro e do Brasil, e inaugurado em 1929 –, a empresa acabou por ser absorvida pela Companhia Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, de posse estrangeira e conhecida como Brazil Railway Company, empresa norte-americana do capitalista Percival Farquhar.

A entrada do capitalista Percival Farquhar nos negócios brasileiros teve início em 1904, com a compra da Rio de Janeiro Light & Power Co., além das concessões da

* Mestre em História Comparada pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Société Anonyme du Gaz, que já participava da construção da infra-estrutura carioca desde o século anterior, conforme veremos mais adiante. O norte-americano teria ainda participação decisiva na modernização do perfil da cidade e do país, com a constituição da Companhia Telefônica Brasileira e, inclusive, investimentos de ordem diversa, tais como hotéis na capital da República e em São Paulo.

A mudança na direção do grupo A Noite gerou também uma nova orientação para a empresa no sentido de investir na criação de uma estação de rádio. O Rádio começava a apresentar melhores condições de funcionamento do que na época das iniciativas pioneiras de transmissão dos idos de 1922. Foram dadas, através dos primeiros decretos baixados por Vargas sobre radiodifusão, concessões de prefixos a empresas jornalísticas (Jornal do Brasil, A Noite e Diários Associados), e presenciava-se também o crescente interesse de empresários e ouvintes. No entanto, o endividamento de Farquhar em decorrência da alta necessidade de investimentos em suas empresas, como foi o caso da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, frente ao patrimônio nacional foi uma das razões que acarretaram no decreto-lei no. 2.073, de 8 de março de 1940, o qual incorporou todos os seus bens à União, estando aí incluída a Rádio Nacional e todo o Patrimônio de A Noite.

O presente artigo buscará compreender e identificar o porquê do local escolhido como o alvo de uma política de Estado que atue no sentido de instituir uma emissora de rádio com o papel de difundir para todo o país, o ideário do grupo vencedor do movimento de 1930 e, com isso, contribuir para o exercício da política deste grupo, ter sido a cidade do Rio de Janeiro, então capital da República. A resposta para essa pergunta, talvez pareça óbvia e extremamente simplista, se fosse restrita ao fato do Rio de Janeiro ser na época sede do poder político nacional. Nossa hipótese é a de que enquanto capital da República, a cidade do Rio de Janeiro pôde desenvolver as condições necessárias para tornar-se o local propício para a instalação de uma emissora de rádio que pudesse transmitir para todo o Brasil, desempenhando um papel aglutinador, possibilitando aos vencedores de 1930 a consolidação da sua ação política e eliminação das forças centrífugas regionais.

Dessa maneira, o trabalho em questão adota a perspectiva de um estudo de caso cujas derivações não são naturalmente observáveis, porém, estão inerentes ao estudo. A análise histórica, que perpassará os períodos de Brasil- colônia, Reino Unido a Portugal

e Algarves, Império e republicano até o fim do Estado Novo em 1945, não se dará de maneira linear, de modo a permitir a comparação entre os aspectos políticos, econômicos, culturais e sociais da temática proposta. Sendo assim, é importante determinar mais uma vez a sua não obviedade, ou seja, a relevância da especulação. Para essa hipótese levantada, há um número importante de premissas que permitirão a existência de uma originalidade no tema. Convém nesse momento, sintetizar tais premissas:

Primeiramente, o poder político central contrapôs-se às forças centrífugas regionais e locais, permitindo a constituição e integridade do território brasileiro e do Brasil enquanto nação possível;

Em segundo lugar, o Rio de Janeiro tornou-se o lócus privilegiado para executar o papel político, econômico e cultural de centralização da República;

Em terceiro, os interesses da oligarquia agro-exportadora fizeram com que a capital do Brasil lançasse mão de sua localização geográfica como um porto exportador-importador e como centro político- financeiro. Isso permitiria que seus interesses de classe se afirmassem na divisão internacional do trabalho e comércio capitalistas;

Em quarto lugar, esses interesses cosmopolitas das frações de classes no poder durante a primeira República produziram ao mesmo tempo, dialeticamente, condições para a fragmentação econômica, política e sócio-cultural do país e condições simbólico-políticas e sociais para a construção teórica e prática de valores aglutinadores e nacionais;

Uma quinta premissa consiste no fato de que a cidade do Rio de Janeiro seria a síntese desta nacionalidade e principal fiadora da inserção comercial do Brasil na divisão internacional do trabalho capitalista, requisito para a realização dos seus interesses político- econômicos e culturais em nível internacional.

O poder político da cidade como Distrito Federal propiciou o desenvolvimento de oportunidades econômicas, comerciais, industriais e de serviços que a colocaram como um grande mercado financeiro e de trabalho. Nesse sentido, produziu-se um adensamento populacional e demográfico, que em razão do amplo fluxo migratório interno e externo, gerou uma diversificada estrutura social e populacional, a qual, de certa forma, sintetizava a estrutura populacional brasileira;

A sexta e última premissa para análise é a de que apesar da parcial ruptura da estrutura e dominação política produzida pela revolução de 1930 e por seus acontecimentos decorrentes, o papel da cidade do Rio de Janeiro, enquanto Metrópole propiciou as condições e demandas sócio-políticas e culturais para produzir, pela primeira vez, a construção de um marco político baseado na concepção de nação e de nacionalismo enquanto ideologia.

É, portanto, nesse quadro que o poder político do Estado vai se utilizar da Rádio Nacional enquanto instrumento de construção e difusão de uma política cultural de recorte nacionalista, após sua incorporação ao Patrimônio da União, em 1940.

A Construção de um espaço metropolitano nacional: do burgo colonial à Metrópole nacional

Para começar a análise, é preciso salientar que as transformações na sociedade brasileira adquirem maiores significados a partir da vinda da Corte portuguesa para o Brasil. As primeiras medidas de abertura comercial e implantação de instituições que possibilitassem uma efetiva administração pública do Reino representaram o início da intervenção estatal no país. A transição será a partir daí, marcada por uma crescente atuação do Estado. Até aquele momento, o poder político encontrava-se disperso por toda a colônia, de modo que a vinda da Metrópole para o Brasil significou uma forma de ruptura, consolidada anos mais tarde com a independência política. O papel centralizador de uma capital colonial existia apenas nas questões de interesse ligadas ao pacto colonial e aos interesses políticos e econômicos da Metrópole.

Com o país independente, os primeiros movimentos contestatórios e separatistas, ocorridos e iniciados nos tempos de Brasil-colônia, não cessaram. Pelo contrário, as forças centrífugas regionais e de mandonismo local passaram a atuar buscando a obtenção de maior poder político- econômico, recusando sua subordinação ao governo central. Assim sendo, os movimentos de separação foram comuns durante o Império, sendo continuamente alvo das ações do Estado.

O poder central, localizado inicialmente na Corte, na capital do Império e posteriormente, na capital da República, permitiu a constituição do Brasil, garantindo a integridade de seu território e a possibilidade de tornar-se uma Nação. O papel realizado

nos campos político (garantindo o apoio das oligarquias), econômico (financiando) e militar (combatendo e garantindo a ordem e unidade territorial), contrapondo-se às forças e resistências locais ou regionais, tornaram o poder central estruturalmente imprescindível ao desenvolvimento econômico e ao próprio exercício da política no país. Essas medidas aproximaram as oligarquias regionais do poder central¹, visto que o capital comercial situava-se na cidade do Rio de Janeiro.

As cidades brasileiras cresceram originalmente em função do comércio com o exterior (liberalizado a partir de 1808 com a abertura dos portos), tendo em vista que o país era em quase sua totalidade, agrícola. Em comparação com as potências européias, onde os crescimentos das cidades aconteciam em função do seu crescimento industrial e do capital mercantil a ele subordinado, no Brasil, país onde prevalecia a supremacia política e econômica do latifúndio rural, o crescimento de suas cidades se fez como representante do Capital Comercial, face urbana dessa supremacia rural.

O Rio de Janeiro cresce ao se aproveitar do mercado interno já existente por meio da troca de mercadorias das atividades mercantilistas. A cidade apresentava o maior mercado nacional e, pelo fato de ter sido a Corte e capital do país, realizava transações com o Brasil inteiro. A função política original da cidade de garantir o domínio do mercantilismo permite a concentração na área urbana dos excedentes dessas atividades de tal forma que as atividades comerciais, de exportação e fiscalização se centralizam no Rio de Janeiro.

Outro fator para o crescimento da sede do poder político nacional foi a imigração dos excedentes do trabalho escravo no campo. Este processo que se iniciara com a vinda dos escravos das atividades de mineração de ouro, em decorrência do seu esgotamento, terá continuidade com a decadência de diversas regiões agrárias de produtos voltados para a exportação, tais como as fazendas produtoras da cana de açúcar, localizadas no nordeste brasileiro (Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia) e até mesmo as produções cafeicultoras do vale do Paraíba.

A mão de obra livre também era atraída para o Rio de Janeiro, que necessitava cada vez mais de trabalhadores para as diversas funções desempenhadas pela cidade. Por ser o maior mercado do país, a cidade do Rio de Janeiro desenvolveu a produção nela localizada, criando novos e diversificados produtos para consumo interno de forma ainda pré- industrial (em sua maioria oficinas, trabalhos domésticos e manufaturas).

Cabe lembrar que os impostos cobrados pela Corte no século XIX ficavam em sua maior parte na própria Corte, pois a máquina administrativa ali estava situada.

Entretanto, a capital do país não apresentava uma urbanização propriamente dita, mas sim um grande adensamento populacional. Juntamente com o crescimento da população do Rio de Janeiro, aumentavam os seus problemas urbanos, tais como a ausência de saneamento básico, o agravamento das condições de saúde dos habitantes, um déficit cada vez maior de moradia, a inadequação da infraestrutura da cidade para com as atividades nela realizadas e problemas de segurança, entre outros. Na segunda metade do século XIX, o Rio de Janeiro não possuía as condições de salubridade desejáveis para a realização de negócios e manutenção do mercado interno. Doenças e epidemias, como a febre amarela, varíola, peste bubônica, tuberculose, entre outras, dizimavam boa parte da mão de obra da cidade, sendo urgentemente necessárias medidas para sua solução.

Todavia, a Corte não estava preocupada ou não tinha soluções econômicas para resolver esses problemas. Nos países mais desenvolvidos, boa parte do financiamento da urbanização das cidades se dava pelo capital industrial ou com a participação ativa do Estado, que concentrava o capital da empresa industrial, o que não acontecia no Brasil, tendo em vista que o Estado brasileiro estava subordinado aos interesses das oligarquias agro- exportadoras ligadas ao capital comercial. O Rio de Janeiro, portanto, concentrava esse capital da empresa comercial que não possuía recursos suficientes para solucionar os problemas da cidade. A alternativa encontrada foi a busca por investimentos externos, oriundos de fora da economia mercantil, em outras palavras, oriundos do capital industrial estrangeiro.

Iniciativas como a do Barão de Mauá na iluminação da cidade, da casa Glenn and Mills na implantação da Rio de Janeiro City Improvements, a qual dotou a cidade da segunda rede mundial de esgotamento sanitário, a ação da empresa belga Société Anonyme Du Gaz, da implantação da rede de carris urbanos por iniciativas de capitais anglo- americanos, dão exemplo de algumas das soluções encontradas para resolver os problemas de urbanização e salubridade da cidade neste período (Solis; Ribeiro, 1985).

Mas para que fossem buscados esses recursos, era preciso que a capital do Brasil se apresentasse ao exterior como Metrópole, porto exportador- importador e como centro político- financeiro capaz de se afirmar na divisão internacional do trabalho e do

comércio mundial. Como já foi demonstrado anteriormente, as principais atividades políticas e econômicas brasileiras encontravam-se centralizadas na capital do país, símbolo do poder político da oligarquia agro- exportadora, especialmente a cafeeira. Essa classe dominante lança mão da localização geográfica da cidade para torná-la um importante porto de exportações e importações em nível mundial, permitindo que seus interesses, enquanto classe, se realizassem, aumentando o número de trocas comerciais e operações financeiras com o exterior.

Entretanto, a estrutura predominantemente agrária brasileira somente teve condições de realizar a inserção do país na divisão internacional do trabalho e do comércio, de forma subordinada. O Rio de Janeiro possuía o maior mercado do país, porém, seu capital comercial era forte apenas internamente, as economias baseadas em modelos mercantilistas há muito estavam em decadência e não faziam frente às do capitalismo industrial avançado.

Ainda assim, o país conseguiria sua inserção na economia mundial e as oligarquias atingiriam naquele momento seus objetivos de classe. Os capitais estrangeiros adentraram ao Brasil, principalmente os ingleses. Nesse sentido, em 1862, por exemplo, o governo imperial concedeu o monopólio da exploração da rede básica de esgotos do Rio de Janeiro a uma empresa inglesa (SOLIS; RIBEIRO, 1985, p.46-50).² O saneamento básico, que, mais do que uma simples questão de higiene, tornara-se uma questão econômica, levando-se em conta que dizimava parte da mão de obra da cidade, o que prejudicava a acumulação de capitais da mesma, acabou por ter um papel indutor na economia. A indústria da construção civil beneficiou-se, na medida em que executava essas obras, assim como foi aberto o caminho para a implantação dos serviços de gás, energia elétrica e de transportes, com os bondes (inicialmente puxados por burros e, posteriormente, os bondes elétricos). As estradas de ferro também se expandiram o que, em parte, induziu e contribuiu para a ocupação dos subúrbios.

Sendo assim, inicialmente, o capital predominantemente estrangeiro aproveitou-se do mercado já existente na cidade. No entanto, o capitalismo industrial, ainda nascente no país necessitava que a cidade lhe proporcionasse alguma estrutura para a realização de seus negócios. Daí surge o ideário modernizante, no qual o governo impunha-se decisivamente como elemento disciplinador do espaço urbano. Típico de um Estado liberal, o governo nacional entrará com investimentos onde as iniciativas

privadas não se interessavam ou não tinham condições para investir. Nesse sentido, ocorrem as reformas modernizantes da cidade do Rio de Janeiro, mudanças estas que acabaram por expulsar grande parte das camadas mais pobres da população das proximidades do centro, em direção às áreas suburbanas.

As necessidades de acumulação dos setores cafeeiro e industrial foram atendidas na medida em que se realizava o saneamento prioritário do Porto do Rio de Janeiro. A modernização da área visava “a ordenação do espaço portuário a fim de garantir não só a eficiência do movimento exportador e importador, sobretudo das máquinas, mas também disciplinar o trabalho executado na orla marítima, tornando-o mais produtivo” (ALBUQUERQUE, 1985, p.90). A ampliação de ruas e criação de avenidas, dessa forma, permitia uma mais rápida circulação pela cidade e, ao mesmo tempo, a instalação de empresas nas proximidades da sua área de atuação e circulação.

Através do discurso da insalubridade foram derrubados os morros da região central (Castelo e, posteriormente, Santo Antônio) e diversas casas que também se situavam na região para a criação de largas vias, tais como a Avenida Central, hoje Rio Branco e o alargamento de outras, como por exemplo, a Rua da Carioca e a Rua Sete de Setembro. Em termos gerais, isso representava a entrega do centro da cidade ao capital. A reforma Passos marca uma fundamental transformação na relação entre Estado e urbano, até então indireta. A intervenção crescente do Estado no espaço urbano “não só modificou definitivamente essa relação, como alterou substancialmente o padrão de evolução urbana que seria seguido pela cidade no século XX” (ABREU, 2006, p.73).

A cidade do Rio de Janeiro possuía necessidades de criação, concentração e acumulação do capital que passam a ser representadas nestas transformações da primeira década do século XX. É o momento histórico de “interesse cada vez maior do capital financeiro em comandar o processo de evolução da forma urbana carioca” (ABREU, 2006, p.79). No entanto, não é possível dissociar a estrutura espacial de uma cidade capitalista de suas práticas e conflitos sociais existentes entre as classes urbanas. A expansão urbana que viria a partir dos anos 1920 “caracterizou-se, ademais, pela extensão efetiva do tecido urbano para além das fronteiras do Distrito Federal, dando início, assim, ao processo de integração física da Baixada Fluminense ao espaço urbano carioca” (ABREU, 2006, p.81). Todavia, esse notável crescimento se efetuou de maneira bastante contraditória, com o Estado e suas concessionárias de serviços

públicos atuando basicamente nos locais de ocupação das camadas média e alta, enquanto ausentava-se das zonas de ocupação mais pobres.

A administração Pereira Passos (1903-1906) no governo Rodrigues Alves, e suas subseqüentes, consagram, portanto, a ideologia hegemônica das oligarquias agro-exportadoras cafeeiras. Sua atuação à frente da prefeitura da cidade se inspirou grandemente no plano do Barão de Haussmann, executado na França no século XIX. Este, por sua vez,

[...] tinha como uma de suas estratégias principais a neutralização do proletariado revolucionário de Paris, a destruição da estrutura material urbana que servira aos motins populares de rua. (...) As novas avenidas facilitariam o rápido acesso e movimentação das tropas pela cidade. Mas, além de servirem ao exercício da coação política e militar das classes dominantes, os bulevares atendiam a razões de ordem sanitária e às novas exigências de circulação urbana colocadas pelo desenvolvimento da grande indústria. (BENCHIMOL, 1990, p.193)

Ainda nas palavras deste autor, “as desapropriações constituíram um dos mecanismos básicos acionados pelo Estado para executar os melhoramentos urbanos em proveito do grande capital comercial e financeiro e de seus ‘sócios menores’” (BENCHIMOL, 1990, p.249). Ao mesmo tempo atendia-se aos interesses estratégicos do capital e às suas conveniências e necessidades de expansão, atingindo de maneira desigual o conjunto da população, tendo em vista que os pontos escolhidos para a realização das desapropriações e alargamentos das ruas e avenidas foram as áreas basicamente de concentração do proletariado urbano, mais degradadas e vulneráveis da cidade. As demolições tornaram a questão habitacional do Rio de Janeiro mais aguda, ampliando a escassez de alojamentos na região central.

A diminuição de moradias na região central gerou a ampliação da cidade para outras áreas. Nesse sentido, da mesma forma que os trens, os bondes foram decisivos, mas com outra perspectiva. Aproveitando-se inicialmente dos já existentes mercados, rapidamente ampliariam seus serviços pelas zonas sul e norte da cidade. Estas seriam as zonas mais nobres da cidade, enquanto as áreas suburbanas, servidas por trens (os bondes só viriam a se interessar em explorar as áreas algumas décadas depois), servirão para a habitação das camadas mais pobres da população e para uma expansão não muito ordenada da indústria e do comércio.

O poder metropolitano

Historicamente, os interesses das classes dominantes no Brasil eram altamente fragmentados. O poder local imperava, as relações políticas predominantes eram de mandonismo local ou regional, não havendo uma preocupação maior fora desses âmbitos. No período de predomínio das lavouras de cana de açúcar no país (séculos XVI e XVII), o interesse com a capital da Colônia (Salvador, depois Rio de Janeiro) era basicamente comercial, sendo a relação com o resto do território nacional, uma relação de disputa. Esse quadro não se altera significativamente no século XIX, auge da lavoura cafeeira, pois a classe dominante de sua época não possuía a preocupação em se relacionar com os setores decadentes da cana de açúcar, nem com seus concorrentes diretos, produtores de café. As demais formas de produção, como a do algodão, também não a atraíam. As camadas dominantes procuravam essencialmente assegurar seu domínio regional.

No entanto, dialeticamente, essa predominância regional era extremamente dependente do poder central, e isso em ambos os períodos acima mencionados.³ Essa dependência das oligarquias frente ao poder central se dava em diversos aspectos, dentre eles o político e o econômico. Em outros termos, as frações dominantes, para continuarem dominantes, necessitavam de uma aliança entre elas mesmas para poderem manter a capital e o país inteiro subordinados aos seus anseios. Isso significava que a ação das classes dominantes, por este fato de elas estarem no poder, se direcionava para um viés nacional, ou seja, os interesses defendidos eram claramente a favor do fortalecimento da nação, embora isoladamente não se preocupassem com nada além de seu domínio local.

O Rio de Janeiro se beneficiou disso, fortalecendo-se como centro político-financeiro tanto internamente, quanto externamente, ainda que nesse aspecto de forma subordinada, dada a condição do país. A importância da cidade pode ser medida no tamanho da população. Embora a economia de São Paulo já fosse a maior do país nos anos 1920, o que originou a conhecida e claramente exagerada frase de que o estado se assemelhava a uma “locomotiva que puxava vagões vazios”, nesse mesmo ano de 1920, a sua população equivalia a pouco mais da metade da população habitante no Distrito

Federal (respectivamente 579.033 e 1. 157. 873) (CARONE, 1974, p.9). As oligarquias agro- exportadoras necessitavam dessa força de agregação; mais do que apenas para se manterem regionalmente e nacionalmente como dominantes, as suas relações com outros países requeriam as condições apropriadas para a contínua realização das trocas e a conseqüente garantia de seus interesses de classe.

Todavia, convém ressaltar que a dominação de uma camada da sociedade sobre as demais não se dá de maneira efetivamente completa ou, ao menos, consolidada somente pelas suas eventuais condições políticas e econômicas majoritárias. No caso brasileiro das oligarquias em questão, era preciso que as contestações ao seu predomínio fossem baixas ou, quando se tornassem efetivas revoltas, pontualmente reprimidas e controladas, de forma a não se espalharem ou servirem de exemplo para novas revoltas no país. As frações de classe dominantes necessitavam de uma aceitação ideológica, consensual a fim de perpetuarem no poder, evitando, ao máximo, distúrbios. Simbolicamente, o poder das camadas dominantes liberais no Brasil da primeira República deveria ser reconhecido como não- arbitrário, deveria ser de aceitação, a qual permitisse à população brasileira o reconhecimento do benefício que a sua perpetuação como dominante traria ao país.

Sendo assim, a cidade do Rio de Janeiro se apresentaria para a oligarquia agro-exportadora como o local por excelência para o direcionamento dos seus esforços em busca dessa aceitação simbólico- ideológica. O Rio de Janeiro já se apresentava como este ambiente propício desde antes de se tornar o município neutro da Corte. O fato de ser a capital da Colônia desde 1763 tornava a cidade o espaço onde se centralizavam as relações com a Metrópole portuguesa. Porém, àquela época isto não representava muito, tendo em vista que uma capital de colônia era basicamente mais uma cidade subordinada à Coroa portuguesa e levando em conta o pequeno tamanho da cidade, que terminava nos arredores do que hoje é a Rua Uruguaiana.

Outro fator que limitava, no fim do período de Brasil- Colônia, o Rio de Janeiro como expressão do nacional, embora ainda assim, a população da cidade já fosse a que melhor representava o país como um todo, dada a sua heterogeneidade, foi o exclusivismo comercial com Portugal. O monopólio não permitia aos agro-exportadores grandes possibilidades de incremento nos seus negócios com o exterior. A chegada da Família Real portuguesa ao país é significativa, pois, ao desembarcarem primeiramente

em Salvador, decidem seguir ao Rio de Janeiro por considerarem a cidade mais estruturada e capaz de abrigar a Corte, tendo em vista que era a capital da Colônia. A partir daí, acelera-se a possibilidade da transformação da cidade em um local cosmopolita. A abertura dos portos viria a atender os anseios da elite agro-exportadora e a partir desse momento a cidade passa a se apresentar como um ponto de confluência para imigrantes vindos de outras regiões do país e do mundo.

Ao chegar à cidade, rapidamente percebeu-se a necessidade de se instalar as instituições necessárias para a administração do Império português. O Rio de Janeiro deixa de ser uma simples capital de colônia, tornando - se provisoriamente a sede de um Reino (Reino Unido a Portugal e Algarves) e, posteriormente, a capital imperial do país. A transformação da cidade num local que permitiria a construção da aceitação simbólica das oligarquias agro- exportadoras se dá pelo fato de que uma capital que se pretendia cosmopolita, não poderia apresentar os problemas que nela se encontravam de habitação, transporte, luz, segurança, água e esgoto, entre outros.

O caso do saneamento básico apresentava-se dramático para a inserção comercial do Brasil, assim como para sua inserção na divisão internacional do trabalho capitalista, devido ao fato de que os mosquitos e as doenças por eles transmitidas dizimavam principalmente os imigrantes europeus, menos resistentes do que os negros africanos e os nativos. Como a mão-de-obra das manufaturas, oficinas e indústrias nascentes no Brasil era em parte composta desses imigrantes europeus, isso acarretava um sério problema econômico para o país. As condições de vida e de saneamento precárias da força de trabalho também eram responsáveis pelos altos índices de mortalidade dos trabalhadores de origem escrava ou ex-escrava, intensamente presentes nesses meios (MATTOS, 2008).

Pelo fato do Rio de Janeiro tornar- se o símbolo do país justamente por ser a expressão do poder político local e regional, a necessidade mais imediata para as elites dirigentes, será a de tornar a cidade mais salubre e, conseqüentemente, mais bonita de se ver, com um mínimo de habitabilidade para os trabalhadores. Já por volta da década de 1910, cientes das belezas naturais da cidade, as oligarquias (especialmente a oligarquia paulista) criam para o Rio de Janeiro o famoso lema “Cidade Maravilhosa”.⁴ A capital do país teria importante papel na realização dos interesses político- econômicos e agora

também culturais das camadas dominantes em nível internacional, ao mesmo tempo em que se abriam as portas para imigrantes, mercadorias, capitais e turistas estrangeiros.

Nesse sentido, também visa-se assegurar aos trabalhadores o mínimo de condições para viver na cidade e nela trabalhar. Não era interessante economicamente para a elite no poder, a alta mortalidade de seus empregados. Ainda que as funções requeridas não demandassem um alto grau de especialização e não fosse tarefa difícil repor as perdas, dada a certa abundância do “exército de reserva”, as consecutivas mortes de trabalhadores atrapalhavam o andamento da produção. Até o início do século XX, a massa trabalhadora não tinha quaisquer garantias, sendo datadas do final da década de 1910 as primeiras leis sociais. No entanto, essas leis não atendiam bem e a insatisfação dos trabalhadores apresentava um crescimento considerável. Exemplo disso são as greves de 1917 em São Paulo e 1919 no Rio de Janeiro, as campanhas populares contra a carestia da vida e a constituição de algumas instituições de trabalhadores, como a Confederação Operária do Brasil (1912-1913), o fortalecimento dos Sindicatos anarco-sindicalistas e a constituição do Partido Comunista em 1922. Por muitos anos ainda, a questão social continuou a ser tratada como “um caso de polícia”.

A crise do liberalismo oligárquico, crise social urbana dos anos 1920 e revolução de 1930

A revolução de 1930 não representa uma ruptura completa na estrutura de dominação política, mas já expressa claramente o declínio de poder dos produtores de café. As modificações que se verificam decorrem de um processo que se configura por mais de trinta anos e deságua no movimento revolucionário. A oligarquia cafeeira foi se tornando cada vez mais dependente do capital financeiro e, conseqüentemente, vulnerável a crises internacionais. Nesse mesmo período, em virtude da urbanização de várias cidades brasileiras, juntamente com a formação de uma classe operária, cresceu a classe média urbana. A opinião pública vinculada a alguns setores dessa classe média se expandiu em relação à força e conteúdo, mas ainda assim, esses não tiveram capacidade de alcançar o poder com as transformações pós- 1930.

A crise mundial de 1929, embora só viesse a afetar a economia brasileira em 1931, teve um importante papel nas transformações que viriam a afetar o país. O

capitalismo liberal parecia ter se esgotado no mundo e no Brasil. Dessa forma, a democracia liberal do país, correspondente ao liberalismo oligárquico, parecia não mais ter vez. Nas palavras de Boris Fausto:

[...] não por acaso a marca dominante do sistema político vigente entre 1930- 1945 foi a ditadura autoritária, informal (governo provisório) ou formal (Estado Novo), cortada apenas pelos anos 1934- 1937, em que as liberdades democráticas foram sendo suprimidas, após a tentativa de golpe pelo PCB, em 1935. (FAUSTO, 1997, p.23).

Embora a autonomia regional, preponderante no Brasil até o fim da primeira República, não pressupusesse a fraqueza do poder central, conforme afirmamos anteriormente, após 1930 o grau de autonomia do Estado foi ampliado.

No imediato período pós- revolucionário de 1930, nenhum setor da sociedade possuía plenas condições de comandar o país. Parte da oligarquia agrária dominante, mais ligada à produção voltada para o mercado interno, havia se colocado à frente do movimento, mas não adquirira força suficiente para liderar politicamente o Brasil. Esse momento inicial foi, portanto, marcado por uma crise de hegemonia. No decorrer do processo histórico, a ordem industrial veio a prevalecer. As atividades industriais se ampliaram nessa conjuntura pós- 1930, principalmente a partir da década de 1940, devido às dificuldades enfrentadas no âmbito das importações, como reflexo da escassez de divisas, e também por causa da capacidade industrial ociosa, consequência das importações de bens de produção na década de 1920.

O Estado passa a ser dirigente do grupo social, substitui as classes sociais em sua função de protagonistas do processo de transformação da sociedade brasileira e assume a tarefa de ser dirigente politicamente inclusive das próprias classes economicamente dominantes. Dessa forma, a implantação da ordem urbano – industrial, tendo como agente principal o Estado no lugar das classes sociais, gerou grandes repercussões diretas no arranjo e no conflito de classes desse período histórico.

As oligarquias agro-exportadoras dominantes na primeira República estavam sendo forçadas a pensar na questão da inclusão dos trabalhadores, ainda que de forma eminentemente subordinada. As primeiras leis sociais nada mais foram do que um reflexo de seu projeto ideológico, de uma certa preocupação que colocava na ordem do dia, um projeto para as classes trabalhadoras. Estas cada vez mais estavam

concentradas nas cidades, embora seu caráter predominantemente rural permanecesse até o início da década de 1960, e começam a demandar melhores condições de trabalho.

O número de greves se amplia até 1917/19, quando a questão da intervenção do Estado no mercado de trabalho vem à tona e começam a tramitar no Congresso o Código de Trabalho e a Comissão de Legislação Social em 1918. Em 1919 aprova-se a Lei de Acidentes de Trabalho e em 1920 começa-se a debater a repressão aos movimentos anarquistas sob a forma de lei (ALBUQUERQUE, 1985, p.92). Assim, eram buscadas, contraditoriamente, as condições sociais para a formação da unidade nacional sob a égide da ideologia da classe oligárquica dominante e de forma evidentemente excludente, onde os trabalhadores, urbanos e rurais, eram o elo mais fraco.

Não apenas a classe operária não fazia parte do projeto político oligárquico, mas a maioria das classes urbanas também não se faziam representar nesse projeto. A classe média, que havia crescido significativamente com a urbanização das principais cidades brasileiras, também não encontrava lugar no projeto liberal oligárquico. Sem perspectiva de ascensão social de classe, havia encontrado na carreira militar seu quase único canal de emergência para subir socialmente. Mesmo esta carreira estava visivelmente prejudicada pelo papel que o Estado oligárquico conferia às Forças Armadas, posição claramente inferior àquela conferida às guardas estaduais sob o comando do coronelato regional.

Essa discriminação das carreiras militares manifestou-se durante todos os anos 1920 em levantes militares armados, nas principais cidades brasileiras e mesmo no campo. Houve levantes em 5 de julho de 1922, no Forte de Copacabana, Rio de Janeiro, novamente em 5 de julho, desta vez de 1924, em São Paulo, que evoluiu para o levante da guarnição de Santo Ângelo, Rio Grande do Sul, cujos destacamentos sob o comando de Luís Carlos Prestes uniram-se a tropas da Força Pública paulista, sob o comando de Miguel Costa, que havia se retirado da cidade, formando a coluna Prestes- Miguel Costa. Esses movimentos de rebeldia militar mostravam a incapacidade do projeto liberal- oligárquico de dar conta de importantes estratos da formação social por ele mesmo criado durante a Primeira República.

Na década de 1930, o capitalismo norte-americano vive seu momento de ascensão no Brasil, embora ainda houvesse predomínio dos capitais ingleses. A mão de

obra imigrante, por sua vez, começa a declinar, passando a haver um predomínio da força de trabalho nacional. No que tange à tensão social, a crise e o desemprego não representam diminuições nas lutas e rebeldias frente ao regime. Entre 1930 e 1935, a política operária se encontra em permanente conflito com o sistema. Por um lado, o sindicalismo chamado “reformista”, ao longo das décadas iniciais do século XX se fortaleceu bastante, especialmente na capital. Por outro, temos também o recrudescimento de novas esferas organizadas do sindicalismo revolucionário em diversas vertentes.

Temos, por exemplo, a liderança política proletária que, em virtude das idéias trazidas da Europa, e da própria constituição interna de uma identidade de classe entre os trabalhadores brasileiros, se mostrava adepta às ideologias anarquistas e anarcosindicalistas, pela primeira vez na história do país passam a adotar as filosofias e táticas comunistas. Essas lideranças se aproveitam de um momento em que a crise do sistema impedia a ação mais enérgica das classes dirigentes. O medo dessas frente ao comunismo teria seu ápice após o levante comunista de 1935, a partir do qual estavam dados os pretextos políticos para a formalização da ditadura e repressão no golpe do Estado Novo, em 1937.

No entanto, mais do que pretextos políticos para um regime ditatorial, o levante de 1935 tornou claro e evidente que a solução para a crise política e econômica do país não poderia passar pelos cânones liberais. A mudança de um país agro-exportador liberal de base eminentemente rural para uma nação de base urbano-industrial não poderia ser feita por um regime democrático com base no direito herdado ao liberalismo da primeira República. Far-se-ia necessária a construção de um regime forte com forte predominância do papel do Estado que construísse a base industrial da nova nação e que fosse capaz de incluir as reivindicações, cada vez mais agudas, das emergentes classes trabalhadoras de base urbana. Isso diferiria o projeto do Estado Novo de Vargas das ditaduras fascistas, em voga no mundo, e também dos regimes comunistas.

Após o movimento de 1930, Getúlio Vargas “recebe” a agenda política do que se deve fazer para governar o país. O Brasil já apresentava algumas condições sociais para que se consolidasse a unidade nacional. No caso do Rio de Janeiro, algumas das condições para o nacionalismo já estavam criadas, mas a população da cidade também cria as demandas para tal. Mesmo quando as condições não estão dadas, as demandas

sociais já existiam. Dessa forma, o governo Vargas, complementando algumas das leis pioneiras da década anterior - como foi o caso da lei Elói Chaves, que instituiu a primeira Caixa de Aposentadoria e Pensão dos ferroviários, em 1923 -, será o responsável por ampliar as primeiras leis sociais de previdência pública, além da concessão de direitos ao proletariado e aos trabalhadores do comércio, tais como: a jornada de trabalho de 8 horas, estabilidade no emprego, indenização por dispensa sem justa causa, férias remuneradas, regulamentação do trabalho e do voto feminino e regulamentação do trabalho de menores, acidentes de trabalho, entre outras leis com a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1940. Neste mesmo processo também visava-se complementar a regulamentação dos sindicatos, com sua vinculação ao Ministério do Trabalho, de modo a limitar a autonomia sindical, visto que passaram a ser órgãos de colaboração entre as classes e o Estado.

Esse apanhado de medidas representava a compreensão do governo do Estado brasileiro de que fazia-se necessária a incorporação da classe trabalhadora ao projeto político do país para a construção de um marco político baseado na concepção de Nação e da ideologia do Nacionalismo. Os discursos ideológicos de Vargas apontam para a realização dos interesses universais da Nação. As ações entre o governo central e os estados foram regulamentadas visando à eliminação dos últimos resquícios de federalismo e regionalismo característicos da primeira República. O Estado passa a intervir cada vez mais na economia, diversificando a produção agrícola e aproveitando o desenvolvimento de novos cultivos. A abolição, ocorrida em 1937, das taxas interestaduais de exportação permitirá a integração dos setores urbano e rural, e contribuirá “para o desenvolvimento de um mercado realmente nacional” (SOLA, 1987, p.270).

A incorporação dos trabalhadores ao projeto político da Nação significa que estes deixarão de ser tratados como simples excedentes. Outra necessidade que surge é a de mostrar ao proletariado que o governo também está ao seu lado e não o deixa esquecido. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que reprime, dá concessões. A mudança das relações entre o poder estatal e a classe trabalhadora será a condição para aquilo que algumas correntes de sociologia política denominam de populismo (SOLA, 1987, p.270). Em outras palavras, esse caráter em parte autoritário e em parte concessivo tornava as relações entre governo, identificado pela figura de Getúlio Vargas, e a massa

trabalhadora, bastante heterogênea em sua composição, tipicamente paternalistas. No início do Estado Novo, essas práticas políticas tinham a função política dominante de conquistar, controlar e disciplinar as organizações operárias. No fim do regime, por seu turno, o paternalismo seria utilizado para mobilizar as massas nas lutas políticas favoráveis a Vargas, portanto, contrárias aos grupos oposicionistas. O Estado brasileiro, dessa maneira, passa a ser nesse período o agente principal da sociedade, reivindicando todos os seus atos como nacionais e recrudescendo o nacionalismo enquanto ideologia.

A Rádio Nacional inserida nos contextos do país e da cidade

O Rádio brasileiro, embora apresentasse um crescimento do número de ouvintes considerável desde suas experiências primeiras em 1922, somente se consolidaria no cotidiano da vida social brasileira durante a década de 1940. A Rádio Nacional seria a emissora responsável por essa consolidação devido ao fato de ser a única com capacidade de criar nacionalmente um costume de se ouvir Rádio. É importante ressaltar o contexto histórico da época, tanto interna, quanto externamente. Havia a necessidade de o bloco político que se buscava hegemônico ditar um projeto de nação e de se pensar o Rádio como instrumento difusor da cultura brasileira. Seria concomitantemente o elemento integrador do país no âmbito cultural e definidor da posição nacional ao lado dos aliados na Segunda Guerra.

Nesse sentido, diversos investimentos foram realizados pela PRE-8 com o intuito de ampliar a emissora, trazendo-lhe melhores condições físicas, tecnológicas e de pessoal, com funcionários e artistas dos mais bem capacitados para trabalhar no meio radiofônico. A maior parte desses investimentos e melhorias tinha origem na arrecadação das receitas publicitárias, cada vez maiores à medida que a Rádio se expandia. Essa expansão,

[...] por um lado, confirma a prioridade conferida à missão do rádio no Estado Novo de Vargas; por outro reflete a urgência da ação governamental diante do agravamento das tensões internacionais da época, definidos os campos em conflito no mundo. (SAROLDI; MOREIRA, 2005, p.72).

Como parte das estratégias brasileiras de negociação política e econômica com os países conflitantes, o governo Vargas acabará, no tocante às técnicas radiofônicas, por incorporar alguns atributos do modelo alemão, de caráter diversionista, consolador e bastante “progressiva e compreensiva em relação aos interesses dos ouvintes” (BARROS, 1999-2000, p.98-9), especialmente no âmbito da propaganda política, mas viria a adotar um modelo de rádio comercial muito próximo do norte-americano.

A máquina propagandística do Estado Novo foi, portanto, bastante influenciada pelas propostas de Goebbels, na Alemanha de Hitler, e pelo uso dado por Roosevelt, nos Estados Unidos. Dessa forma,

[...] o rádio permitia uma encenação de caráter simbólico e envolvente, estratégias de ilusão participativa e de criação de um imaginário homogêneo de comunidade nacional. O importante do rádio não era exatamente o que era passado e sim como era passado, permitindo a exploração de sensações e emoções propícias para o envolvimento político dos ouvintes. (LENHARO, 1986, p.40-1).

Pelo rádio, a palavra falada, marcada pelas qualidades sensíveis da elocução da voz, tornava-se um importante agente das transformações históricas. Era ainda, o meio propício para a entrada do poder público nos locais mais distantes e de difícil acesso. Sendo assim, permitia a criação e difusão da imagem de onipresença do Estado no país, pessoalizando a relação política com cada cidadão, ao mesmo tempo em que condensava-os simbolicamente no coletivo da nação.

Os meios de comunicação, através da máquina de propaganda, insistiram na construção da imagem da comunidade brasileira em permanente harmonia, ainda que o contexto da época fosse de restrita participação política. No entanto, a atuação da Rádio Nacional não pode ser reduzida a esse aspecto meramente reprodutor da doutrina estatal, sua constituição como principal emissora do país envolve um processo não linear de autonomização, mediada por uma liberdade de investimentos somente possível a partir de sua incorporação ao patrimônio da União, mas que não permite que a vejamos como pura e simplesmente estando a serviço dos interesses ideológicos do Estado, embora de fato atuasse basicamente no mesmo sentido.

A necessidade de constante atualização e agilidade no meio radiofônico não permitiria uma emissora se submeter completamente aos interesses de Estado e atender

a esse dinamismo obrigatório para uma empresa que sempre buscava reinventar-se. Nesse sentido, face à necessidade de prestar suas contas à União e para não ter seus lucros recolhidos aos cofres públicos, a Rádio Nacional autonomamente os reinvestia todos em melhorias de seus níveis técnicos e artísticos, possibilitando o pagamento de salários diferenciados e comissões de adicionais para seus funcionários (CALABRE, 2006, p.101).

O incremento das verbas da emissora decorria, portanto, de sua visibilidade cada vez maior. A valorização do espaço comercial da PRE-8 proporcionava contratos publicitários generosos o suficiente para que sua receita tivesse condições de bancar a elaboração de uma programação de qualidade bastante acima da média e a deixasse em destaque na radiofonia brasileira.

O modelo radiofônico preconizado pela Nacional atenderia aos interesses do grupo hegemônico no país na medida em que sua programação de atrações variadas buscou criar no potencial público ouvinte o hábito de escutar ao rádio e, conseqüentemente, formar e transformar padrões nacionais de costumes. A “missão” do rádio no país, ao criar essa audiência consolidada, abrangia também um projeto de Estado e de nação.

Inicialmente, a radiofonia brasileira foi idealizada para possuir um caráter basicamente educativo, segundo os pioneiros preceitos de Roquette Pinto, todavia, este modelo inicial seria gradativamente abandonado dando lugar a um aspecto comercial a partir do momento em que o governo permite a veiculação de propagandas no meio. Dessa maneira, abre-se espaço para a radiodifusão brasileira (entendida como de interesse público e, portanto, tratada como um serviço protegido e regulado pelo Estado) tornar-se popular e voltada para o entretenimento dos ouvintes. Na Rádio Nacional, por sua vez, a opção por determinados conteúdos da programação tinha como força condicionante os interesses de seus patrocinadores, embora não definissem sua programação unicamente pelos anseios publicitários.

A programação da Rádio Nacional em pouco tempo se tornaria o melhor retrato da proposta de rádio-entretenimento. Porém, não tiveram como intuito a formação de uma sociedade de massa homogênea por todo o país. Pelo contrário, as diferenças e peculiaridades regionais eram realçadas buscando sempre reforçar os laços culturais entre a variada população brasileira, disposta em todo o território nacional. Nesse

sentido, é possível afirmar que os interesses internos da emissora caminhavam lado a lado com a proposta nacionalista que se desenvolvia no país. O rádio tornara-se um importante meio para a promoção de valores para a sociedade brasileira, dentre os quais: “uma ideologia nacionalista dedicada à construção de um capitalismo urbano-industrial, num país defendido contra influências estrangeiras, e voltado para sua própria cultura e valores tradicionais” (JAMBEIRO, 2004, p.14).

Ao inserirmos o rádio como importante instrumento difusor cultural devemos, ainda, levar em conta o processo de transformação que a sociedade brasileira presenciava naquele momento histórico. De acordo com Alcir Lenharo, “a presença marcante do rádio no dia-a-dia dos brasileiros pode ser mais bem avaliada se levarmos em conta as condições sócio-culturais que atingiam grande parte da população trabalhadora do país, submetida a um processo de desenraizamento” (LENHARO, 1986, p.41), perdendo seus vínculos com o território e grande parte de sua identidade enquanto povo.

Dessa forma, podemos afirmar que, cada vez mais, a população brasileira deixaria as zonas rurais rumo às cidades. Essa urbanização alteraria o perfil da mão-de-obra, que passaria, em boa parte, a se submeter às legislações trabalhistas. Estas, por não terem sido conquistadas pelos trabalhadores através de suas lutas, mas sim por outorga do Estado, exigiam divulgação e esclarecimentos. O rádio, por sua vez, foi o meio propício para tal, trazendo ainda a idéia de um diálogo entre o Estado e o povo e contribuindo para tornar a legislação social um patrimônio do trabalhador e da comunidade nacional. Nesse sentido, formava-se um pacto de obediência política por meio de reconhecimento de interesses e necessidade de retribuição, ainda que não significasse o fim da resistência política da classe trabalhadora (GOMES, 1994, p.164).

A radiofonia, portanto, atuaria em consonância com os ideais de Estado. Nas palavras de Orlando de Barros, “o rádio era estratégico para a diretriz econômica do governo: a instauração de um sistema industrial capaz de substituir os produtos importados pelos nacionais” (BARROS, 1999-2000, p.99). O modelo de rádio educativo, de cunho elitista, daria lugar a um aspecto comercial, assumindo feição moderna e dinâmica, tal como ficaria conhecido em seus anos de ouro. O músico, apresentador e produtor Almirante (Henrique Foréis Domingues) desempenharia papel

fundamental ao compatibilizar as propostas de rádio educativo e comercial. Ainda segundo Barros, Almirante

Imaginava uma 'pedagogia' radiofônica baseada na troca de conhecimentos com o próprio povo, utilizando-se principalmente da música como instrumento mediador, pondo em prática uma integração nacional transiente ensejada pelo rádio, em especial na Rádio Nacional, que proporcionava a formação de uma poderosa rede brasileira. (BARROS, 1999-2000, p.102).

Dessa forma, Almirante foi capaz de proporcionar uma ponte entre os interesses da elite e os da massa da população, contribuindo decisivamente com a construção de um modelo para a radiofonia brasileira, modelo este que ao mesmo tempo, era capaz de entreter e vender. A relação entre rádio e sociedade pode ser caracterizada como de mão-dupla, ou seja, é constante a influência de uma sobre a outra, o produto oferecido pelo rádio passa pelo crivo de aceitação do ouvinte, seu consumidor (CALABRE, 2006, p.15).

Dentro desses esforços, estaria sendo difundido o sentimento de unidade nacional, aproximando a moderna capital federal dos cantões tradicionais do país. O aproveitamento de temas folclóricos, populares e fragmentos regionais estimulava um diálogo com a nação, assim como dos estúdios da Nacional seriam transmitidas atrações inspiradas no clima patriótico e trabalhista que se buscava difundir. Outro tipo de programação que se tornaria famoso e reconhecido pelo público seriam os programas de auditório. Esses, ao aproximarem as massas de seus artistas favoritos, permitindo inclusive o julgamento dos aspirantes à “estrela” - caso dos programas de calouros -, somados à variada programação que a emissora produzia, traziam a ilusão de participação das camadas populares na vida social e política do país.

A cidade do Rio de Janeiro, capital da República, desempenharia um papel de suma importância devido aos seus atributos, os quais a tornavam a expressão de síntese da nacionalidade que se construía. O fato de a Rádio Nacional ser a maior emissora de rádio não só do país, como também da América latina, e estar situada nesta cidade certamente influía no conteúdo da programação transmitido por suas ondas. A heterogeneidade de sua população, por sua vez, propiciava a elaboração de diversificadas atrações, constituindo assim uma programação efetivamente nacional. Ao mesmo tempo em que boa parte das atrações era irradiada de seus estúdios e de seu

auditório, o próprio espaço físico da cidade serviria de cenário para as transmissões, como foram os casos dos programas “Divertimentos Lever”, que saía dos estúdios para as ruas e casas dos ouvintes, e do marcante “A Felicidade bate à sua porta”, que visitava os ouvintes sorteados nos diversos bairros do Rio de Janeiro com direito a uma série de comemorações, dentre elas o atrativo máximo da presença da cantora Emilinha Borba (SAROLDI; MOREIRA, 2005, p.119-20).

Outros programas levados ao ar pela emissora representariam as iniciativas nacionalistas de seus organizadores, buscando ressaltar o papel da capital da República como síntese desta nacionalidade, tais como os musicais “A História do Rio pela Música” e “Histórias das Orquestras e Músicos do Rio de Janeiro”. Dessa forma, a história pessoal, ou contada em versos por esses artistas que presenciavam a rotina e participavam das transformações da cidade, e conseqüentemente, do país, adquiria importância significativa na definição da unidade cultural da população brasileira pelo rádio, especialmente pela PRE- 8: Rádio Nacional do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, a cidade do Rio de Janeiro seria bastante utilizada e de vital influência no conteúdo da emissora, ao explorar a oportunidade propiciada pelos espaços físico e social da capital da República e por sua população, oriunda de diversos pontos do país e, portanto, representante sintética da nacionalidade brasileira manifestada em sua heterogeneidade. Estas características possibilitariam ao grupo dominante no Brasil sua manutenção e construção de um projeto de nação baseado em ideais modernos, embora conservadores quanto aos valores ético-morais, permitindo a formação de uma identidade nacional num país em vias de urbanização e industrialização.

Considerações Finais: a Rádio Nacional e a construção de um novo modelo de Estado Nacional

A Rádio Nacional, como foi dito anteriormente, é incorporada ao Patrimônio da União em 1940, em decorrência da alta dívida da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, propriedade do capitalista Percival Farquhar e controladora do grupo A Noite, do qual a emissora de rádio fazia parte. Esta empresa, cujo capital era de origem norte- americana já havia se aventurado por outras iniciativas empresariais, tais

como a construção da Estrada de Ferro Madeira Mamoré, no norte do país, e outras iniciativas na própria cidade do Rio de Janeiro, mas encontrava-se endividada frente à União, assim como grande parte da camada dominante ligada a interesses comerciais com o exterior. Nesse sentido, o Estado incorpora todo esse patrimônio em dívidas com o país, inclusive a recém criada emissora. A Rádio Nacional, portanto, aparece ao governo como um importante instrumento ideológico, num período de mudança da hegemonia no país.

As oligarquias agro-exportadoras cafeeiras, dependentes do liberalismo econômico, foram se tornando cada vez mais subordinadas ao Estado e, conseqüentemente, perdendo sua autonomia política. O Estado, por sua vez, se aproveita do momento de crise hegemônica para se sobrepor às classes e frações de classe existentes na sociedade brasileira. A Rádio Nacional se apresenta ao Estado como um aparelho ideológico, como um dos meios de assegurar o poder e a legitimação estatal como condutor na formação de uma nova hegemonia urbano- industrial.

Até então, o poder central havia se aproveitado da crise hegemônica para se consolidar, mas não possuía ainda um instrumento que permitisse transplantar o ideário nacionalista que convinha funcionalmente aos interesses do grupo vencedor de 1930 e 1932. A incorporação da Rádio Nacional e do Jornal A Noite, daria condições para a ampliação do alcance de sua mensagem por dois meios antes ausentes da mão do Estado. O fato de situarem-se na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, um dos mais importantes mercados do país e síntese desta nacionalidade, levando em consideração a variada origem de sua população, legitimava a sua ideologia e, conseqüentemente, a ação do Governo Federal. Esse papel simbólico da cidade, de sintetizar toda uma nação, aliado à imagem construída pela elite agro-exportadora cafeeira de “Cidade Maravilhosa”⁵ tornaria o Rio de Janeiro, em virtude de seu cosmopolitismo, o principal fiador da inserção comercial do país na divisão capitalista do trabalho internacional e, por conseguinte, criaria uma imagem positiva do Brasil no exterior (imagem esta que em muitos aspectos ainda subsiste).

O referido papel simbólico da cidade oferecia também, aos novos governantes oriundos da revolução de 1930, uma agenda de demandas sócio-econômicas que a estrutura dos interesses sociais e políticos existentes na capital da República, tornava absolutamente necessária como resposta ao novo governo central, o que jamais

aconteceu no governo liberal da Primeira República, e cuja solução marcaria, também, o limite de ruptura política entre o governo revolucionário e o governo liberal derrotado.

Devido à necessidade do governo Vargas de mostrar que estava ao lado do povo, especialmente o da capital, a Rádio Nacional aparece como um dos meios propícios para tal. É uma das peças-chave nesse mosaico de instituições inscritas no marco teórico do nacionalismo, tais como, as instituições de proteção e enquadramento do trabalho (Ministério do Trabalho e sindicalismo oficial), instituições de proteção da educação e saúde generalizada para toda a nação (Ministério da Educação e Saúde), as políticas de centralização do poder advindas com o Estado Novo, as instituições de proteção e salvaguarda do patrimônio histórico e cultural (SPHAN), a instituição do salário mínimo e a consolidação das leis do trabalho, entre outras. Esse mosaico adquiria lógica e unidade a partir desse projeto de nação, montado por um governo que ganhara força com a consolidação da vitória do movimento revolucionário de 1930. Fazia parte da agenda política de demandas que o Estado necessitava atender.

Na medida em que eram atingidas algumas das demandas das classes trabalhadoras, crescia a importância da divulgação das melhorias empreendidas pelo governo. Embora o crescimento da PRE- 8 não se devesse unicamente à atuação governamental, tendo em vista que seus funcionários faziam parte dos profissionais mais capacitados para trabalhar no Rádio, o apoio do Estado brasileiro à Rádio permitiu a chegada desta à liderança de audiência. Todavia, algumas medidas internas a diferenciavam das demais repartições públicas como, por exemplo, a eliminação da “presença de ‘pistolões’, paternalismos e nepotismos nas contratações da emissora” (AGUIAR, 2007, p.22) e a sua não burocratização, ou seja, a emissora disputaria na concorrência com as outras e não seria um órgão de divulgação do governo Vargas. A concorrência publicitária seria responsável pelos maiores investimentos no interior da emissora, uma vez que a liderança de audiência alcançada pela Nacional proporcionaria à mesma a arrecadação de altas receitas, as quais permitiriam sua auto-suficiência financeira durante seu período de auge. Ainda assim, a programação da emissora da Praça Mauá, número 7, atenderia a muitos dos anseios da elite que buscava se consolidar no poder através da elaboração de um novo projeto de nação.

A sua diversificada programação teve o intuito de transmitir para todo o país, visando à conformação de uma identidade nacional. A Rádio Nacional tornou-se um

importante elemento no interior da política de promoção da integração nacional, levada adiante pelo governo Vargas. Essa política de governo possibilitaria, através das ondas da Nacional, o acesso de toda a população às informações veiculadas pelo meio radiofônico. A própria música escolhida para ser o prefixo da Rádio se encaixava perfeitamente nesse ideário: Luar do Sertão (de João Pernambuco e Catulo da Paixão Cearense) representava a chegada da Rádio aos mais longínquos pontos do país, com o Rádio possuindo esse papel de “trazer uma luz na escuridão”, tal como a imagem da lua no céu à noite. Nesse sentido, seriam realizadas diversas ações de melhorias na qualidade e alcance da transmissão da Rádio Nacional, como por exemplo, a instalação de uma estação de ondas curtas com a potência de 50 Kilowatts, em 1941, e a inauguração de seu auditório com capacidade para 486 lugares sentados, em 1942. Assim, estariam dadas as condições para a integração completa do Rádio à população brasileira e, conseqüentemente, para a realização dos interesses do Estado no âmbito da divulgação e perpetuação da concepção de nação e do ideário nacionalista.

HISTORICAL CONDITIONS FOR THE FORMATION OF RADIO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

Abstract: *This article treats about the conditions so that Rio de Janeiro, at that time capital of the Republic, made use of a broadcasting station of radio - the PRE-8: Rádio Nacional - that would fulfill a unifying role for the consolidation of the political actions of the winners of 1930 and for the opposition to the centrifugal regional and local forces. In this sense there will be boarded the historical conditions of formation of the city of Rio de Janeiro that make it a political, economical, commercial centre and also synthesis of the Brazilian nationality, which makes possible the promotion of a politics of national range through a public broadcasting radio station.*

Keywords: *Rádio Nacional; Central State power; Nationality; Urban transformations; Rio de Janeiro.*

Referências Bibliográficas:

ABREU, Maurício A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2006.

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Almanaque da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

- ALBUQUERQUE, Marli Brito Moreira de. Porto do Rio de Janeiro: estigma e história. **Revista do Rio de Janeiro**, Niterói, v.1, n. 1, p. 87-93, Agosto, 1985.
- BARROS, Orlando de. Um debate sobre a índole do rádio nos tempos de Vargas: a ‘Pedagogia do ar’ de Almirante. **Revista Maracanan**. Rio de Janeiro, ano 1, n.1, 1999-2000.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990.
- CALABRE, Lia. **O Rádio na sintonia do tempo: radionovelas e cotidiano (1940/1946)**. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2006.
- CARONE, Edgard. **A República Nova**. São Paulo: Difusão Européia do livro, 1974.
- FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930. Historiografia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- JAMBEIRO, Othon *et alli*. **Tempos de Vargas: o rádio e o controle da informação**. Salvador: EDUFBA, 2004.
- LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. São Paulo: Papyrus, 1986.
- MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravidados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- SAROLDI, Luiz Carlos; MOREIRA, Sonia Virgínia. **Rádio Nacional: O Brasil em Sintonia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- SOLIS, Sydney Sérgio F. e RIBEIRO. Marcus Venício T. O Rio onde o sol não brilha. **Revista do Rio de Janeiro**. Niterói, v.1, n. 1, p.45-59, Agosto, 1985.
- SOLA, Lourdes. O Golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em Perspectiva**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- YIN, Robert. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Notas

¹ Foi o caso, por exemplo, da solução ocorrida na revolução Farroupilha no Rio Grande do Sul, inicialmente de caráter separatista, e concluída com acordos políticos e econômicos entre a oligarquia gaúcha e o governo imperial.

² Esta foi a já mencionada Casa bancária Glenn and Mills and Co. , que deixaria a construção nas mãos da The Rio de Janeiro City Improvements Company Ltda.

³ No Brasil-colônia, a capital era o principal canal de acesso à Metrópole portuguesa. Já no Império, apresentava-se como mais importante mercado e porto do país, conforme já foi dito.

⁴ Já em 1908, o escritor Coelho Netto, ligado ao comércio importador- exportador da capital da República apresentava pela primeira vez, em artigo, a expressão “Cidade Maravilhosa”, que se tornaria marca da cidade do Rio de Janeiro, coincidindo com as amplas reformas urbanas promovidas por Pereira Passos e Lauro Müller durante o primeiro governo de Rodrigues Alves. Diversos intelectuais, jornalistas, historiadores e acadêmicos também contribuíram, à época, neste esforço de celebração da transformação da cidade.

⁵ Imagem consolidada em 1935, pela marcha carnavalesca de André Filho “Cidade Maravilhosa”, que caracterizava a cidade como o “Coração do Brasil”.

ARTIGOS

**CORPOS QUE FALAM, CORPOS QUE CALAM: UM ESTUDO
COMPARATIVO DAS PERSONAGENS RYMENHILD, DE *KING HORN*, E A
DONZELA, DE *ARMER HEINRICH*, DE HARTMANN VON AUE**

*Gabriela da Costa Cavalheiro**

*Daniele Gallindo Gonçalves Silva***

Resumo: *Nas últimas décadas o meio acadêmico tem assistido uma inflação de contribuições no que tange à temática do corpo. São trabalhos vários que versam sobre toda e qualquer manifestação corporal. Pretendemos, desse modo, revisitarmos as discussões acerca do corpo nas teorias pós-modernas e em alguns discursos medievais e a posteriori apresentar uma análise comparada da figuração do corpo de duas personagens femininas da literatura cortês dos séculos XII e XIII. Como eixos temáticos para tais análises estão a sedução e a rebelião.*

Palavras-chave: *História do Corpo; Estudos de Gênero; Estudo Comparativo; Estudos Medievais.*

I. (Re)pensando o corpo como categoria de análise

*Meu corpo não é meu corpo,
é ilusão de outro ser.
Sabe a arte de esconder-me
e é de tal modo sagaz
que a mim de mim ele oculta.*
Carlos Drummond de Andrade

Nas últimas décadas, houve um crescente aumento de estudos envolvendo a temática do corpo. Em uma perspectiva culturalista, surgem trabalhos acerca do corpo relacionados a numerosas outras categorias como o gênero e o espaço, por exemplo. Na medievística, entendendo-se, aqui, toda e qualquer área do conhecimento que tenha como foco de pesquisa o medievo, as discussões centram-se no corpo como texto,

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Comparada (PPGHC) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), bolsista CAPES.

** Doutoranda do *Lehrstuhl für Deutsche Philologie des Mittelalters*, bolsista DAAD.

aquele descrito e pensado por trovadores, teólogos, cronistas e outros. O corpo-texto abre espaço para se pensar a ação do discurso no imaginário medieval.

Desde o início da década de 1990, a discussão acerca do que vem a ser cultural tomou o meio acadêmico de tal forma que um Centro de Estudos Culturais foi fundado na Inglaterra, e, na Alemanha, foi proposta a substituição da nomenclatura *Geisteswissenschaft*, que em ambiente acadêmico brasileiro é compreendida como Ciências Humanas, por *Kulturwissenschaft* [Ciências Culturais]. Embora baseados na premissa de que a cultura seria uma categoria de análise, ambos os movimentos possuem diferenças básicas e nuances discursivas por vezes díspares. Pensar o corpo como uma categoria construída sócio-culturalmente prevê lê-lo em espaços de saberes construídos historicamente em redes de poderes.

Uma primeira discussão acerca do corpo fora do cientificismo médico-biológico foi proposta pelo antropólogo Marcel Mauss, que interpreta o corpo como “o primeiro e mais natural objeto técnico e, ao mesmo tempo, o meio técnico do ser humano” (MAUSS, 1936, p.10).¹ Segundo o autor, o corpo seria moldado socialmente através de técnicas que são definidas como “uma ação tradicional e eficaz” (MAUSS, 1936, p.9).² Dentro da perspectiva sociológica, não centrada na questão do corpo, mas sim na leitura de um processo civilizador, Norbert Elias assevera que o corpo está intimamente envolvido neste processo (ELIAS, 1997, p.157-394). Por não ser o seu objeto de estudo, a definição de corpo, para Elias, se delineia nas entrelinhas de seu discurso. Desta forma, subentende-se a noção de corpo como sendo “uma entidade biológica e social inacabada que requer um longo processo de educação antes de ser totalmente aceita na sociedade”,³ o que, nas palavras de Chris Shilling, delimitaria o conceito de “corpo civilizado” (SHILLING, 1994, p.150).

Em meados dos anos de 1970, o acadêmico francês Michel Foucault esboçou em seus escritos uma leitura do corpo, já como categoria de análise, dentro das dinâmicas das relações de poder e dos processos históricos, colocando-o como objeto manipulado por uma “maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe” (FOUCAULT, 2009, p.133). Assim sendo, o corpo foi (é) alvo de “limitações, proibições ou obrigações” (FOUCAULT, 2009, p.132) de controle e disciplina, não apenas de sua materialidade biológica, mas também de seus movimentos, gestos e significações, estando, ainda, todos estes elementos articulados aos momentos históricos

de sua produção. O autor prevê, portanto, a materialidade dos corpos, sua substância pré-discursiva, aquela à qual comumente denominamos biológica.

Assimilando as assertivas de Foucault, a teórica feminista Judith Butler problematiza, porém, a “universalidade” daquele corpo, atribuindo-lhe seu caráter sexual, e, por conseguinte, compreendendo-o dentro das dinâmicas do gênero. Em suas palavras, “gênero não denota um ser substantivo, mas um ponto relativo de convergência entre conjuntos específicos de relações, cultural e historicamente convergentes” (BUTLER, 2008, p.29). Desse modo, Butler desarticula a materialidade do corpo, deslocando sua existência pré-discursiva para o universo da interpretação cultural, de maneira que propõe uma nova formulação da matéria corpórea como efeito de dinâmicas de poder, o que indissocia sua materialidade das normas regulatórias que a governam e a significam (BUTLER, 1993, p.27-55).

Tendo em vista esta pequena apresentação teórica acerca dos conceitos de corpo no paradigma pós-moderno, como poderíamos, então, pensar o corpo em relação ao período medieval? Através de uma tentativa de escrever uma história do corpo no medievo ocidental, Jacques Le Goff, em parceria com o jornalista Nicolas Truong, apresenta um corpo envolvido pela dinâmica do carnaval e da quaresma. Os autores asseveram que a compreensão de um corpo no medievo varia entre a difamação e a glorificação (LE GOFF; TRUONG, 2005, p.26), antítese que já havia sido proposta por Vito Fumagalli em seu estudo sobre o corpo na Idade Média (FUMAGALLI, 1995). Contudo, condensar mil anos de diversificadas construções discursivas dentro dessa dicotomia – leia-se aqui o discurso como forma de comunicação, sendo as imagens também entendidas como discurso – é negligenciar uma gama de variações que não se articulam a nenhum dos conceitos, como constatado por Caroline Walker Bynum, ao afirmar que os “escritos medievais sobre *corpus* ou *caros* – ou mesmo sobre *materia* ou *tellus* – eram tão múltiplos e multivalentes quanto os vários discursos encontrados em escritos modernos sobre o corpo” (BYNUM, 1995, p.33).⁴

No universo dos estudos medievais, o corpo é revisitado e analisado através de diferentes perspectivas teórico-metodológicas,⁵ das quais algumas serão enumeradas, seguindo os objetivos analíticos do presente trabalho, isto é, a (re)leitura dos saberes sobre o corpo em romances cortesões dos séculos XII e XIII. Ressalta-se, contudo, que nem sempre há a possibilidade de se delimitar fronteiras explícitas entre as abordagens,

visto que elas se interpenetram e, por vezes, dialogam entre si. Entre os estudos mais tradicionais, isto é, que vem sendo desenvolvidos há alguns anos e que possuem grande aceitação acadêmica, estão aqueles que relacionam o corpo à alteridade e identidade. Nesse campo, este é interpretado dentro da dinâmica da observação do outro e do estranho, sendo analisado à luz de categorias como feiúra, beleza, doença, e conforme a percepção delimitada pelas encenações referentes às visões desse corpo contidas nos textos.⁶ Outra abordagem também constantemente revisitada analisa os discursos sobre o corpo referentes à temática da sexualidade, da obscenidade e da comicidade. Nessa perspectiva, também é considerada a encenação de emoções e da própria corporeidade.⁷ Alinhando-se a essas leituras, encontram-se os Estudos de Gênero e os *Queer Studies*, que tem como discussão central a representação e a encenação das diferenças “genderizadas” marcadas nos/pelos corpos em textos e contextos medievais.⁸ Novamente a premissa norteadora de tais estudos centra-se no conceito de encenação, ou seja, o caráter performático do gênero. Assim sendo, o corpo acaba por materializar-se na sua construção social, percebida textualmente, através da interpretação da descrição de vestuários, hábitos alimentares, gestos e outros atos não verbais de comunicação, que acabam por constituir uma identidade.⁹ O corpo é, então, compreendido como um portador/comunicador de sinais.¹⁰

Todas as referidas abordagens aproximam-se teoricamente na medida em que nelas o corpo é analisado dentro de uma cadeia discursiva, que se consolida através do ato performático dos corpos apresentados nos textos. Dentro dos Estudos Culturais, na perspectiva alemã, é previsto que toda e qualquer categoria de análise seja abordada a partir de uma metodologia interdisciplinar, na qual o diálogo entre diversas áreas do conhecimento possibilita resultados mais eficientes na análise do objeto a ser estudado. Destarte, particularidades literárias, históricas, antropológicas, sociológicas, ritualísticas¹¹ se unem para (re)definir espaços até então já delimitados. O corpo, nesse sentido, deixa de ser apenas um tema da sociologia ou da antropologia e passa a figurar em análises histórico-literárias, que primam por um estudo metodologicamente orientado pelo diálogo interdisciplinar e comparativista. Portanto, o corpo é compreendido como um processo, “que é tanto uma discussão com os significados transferidos no conceito de corpo, quanto com as possibilidades físicas da incorporação” (MÜLLER, 2001, p.104).¹²

Todavia, as preocupações em se estudar/pensar o corpo também podem ser percebidas em escritos medievais, porém não nos moldes teórico-metodológicos previamente discutidos, mas sob diferentes prismas, tal qual o médico e o eclesiástico, por exemplo. Estes colocam em pauta principalmente questões relacionadas à anatomia e ao funcionamento fisiológico das partes do corpo, fundamentadas em diferentes tradições filosóficas, como a grega, a latina e a árabe. No entanto, o corpo também recebe a atenção de discursos de outras naturezas como os romances cortesês, a lírica trovadoresca, os *fabliaux*, a hagiografia, e manuais como o *Ornatus mulierum*, que (re)elaboram interpretações sobre diferentes aspectos corpóreos, especialmente pensados dentro do universo social, das relações de poder e das percepções de gênero, por exemplo.

As tradições médica e eclesiástica medieval podem ser observadas nos escritos de diferentes autores em períodos distintos, tais como Isidoro de Sevilha (560-636), Guilherme de Conches (cerca de 1090-1150), Hildegarda de Bingen (1098-1179), Alberto Magno (cerca de 1200-1280), Bartolomeu, o Inglês (cerca de 1200-1270), Bernardo de Gordon (cerca de 1260-1310), entre outros (CADDEN, 1995, p.169-227). Ao referirmo-nos distintamente ao discurso médico e eclesiástico, não estamos separando-os de maneira indissociável, pois não há um isolamento de ambos na escrita dos referidos autores. Ou seja, por vezes aquele cuja pena descreve as funcionalidades fisiológicas do corpo é também aquele que institui, ideologicamente, as interpretações pertinentes à esfera religiosa na compreensão daquelas funções corporais e em sua inscrição no meio social. Assim, havia discursos de natureza eclesiástica e médica no contexto medieval que não estavam necessariamente separados por escolas de pensamento diferentes. Hildegarda de Bingen, abadessa do mosteiro de Rupertsberg, em Bingen am Rhein, ao escrever o *Scivias*, alude às diferenças entre o pênis e o útero para esclarecer o porquê da circuncisão dos homens nas leis antigas e suas explicações abarcam ainda questões relativas à passividade/atividade e suas implicações no convívio social de homens e mulheres, isto é, suas pré-disposições para determinados tipos de tarefa e que estão, por conseguinte, associadas à concepção cristã da autora sobre o universo natural (CADDEN, 1995, p.177-8).

Ao passo que empregavam subseqüentes interpretações aos funcionamentos do corpo, os referidos autores recorriam às “autoridades”¹³ para reforçar suas leituras,

utilizando-se, para tanto, principalmente, dos escritos de Aristóteles e Galeno. Segundo Joan Cadden “o poder exercido por autores antigos sobre as visões medievais acerca das diferenças sexuais e da reprodução não era, de forma alguma, trivial, mas também não era absoluto” (CADDEN, 1995, p.12),¹⁴ de modo que os escritos aristotélicos e galenianos não se constituíram de forma imperativa sobre os discursos das Escrituras e da patrística, houve empréstimos e fusões de diversas visões.

Nossa proposta de análise comparativa do corpo¹⁵ parte do pressuposto de que estaremos diante de corpos “genderizados”, isto é, teremos como objeto de estudo duas figuras femininas referentes a dois romances dos séculos XII e XIII, no medievo europeu, a saber, respectivamente, a donzela do romance *Armer Heinrich* (“Pobre Henrique”), de Hartmann von Aue, e a dama Rymenhild, de *King Horn*, cuja autoria é anônima.¹⁶ Desse modo, evidenciaremos, adiante, apenas alguns dos aspectos referentes aos discursos sobre o corpo dispersados no período medieval, isto é, aqueles relacionados aos saberes sobre a diferença sexual, ou seja, ao gênero.¹⁷

Thomas Laqueur afirma que as implicações da percepção das diferenças sexuais entre homens e mulheres, da observação por aqueles autores medievais – e os antigos – residem nas leituras do gênero e não primariamente nos fatores fisiológicos. Segundo o autor, “ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, e não *ser* organicamente um ou outro de dois sexos incomensuráveis” (LAQUEUR, 2001, p.8). Para lançar tal hipótese, o autor pauta-se na idéia do sexo único, isto é, embora a diferença sexual entre homens e mulheres fosse percebida pelos diferentes autores – vide Galeno e Aristóteles, ambos abordados nas análises de Laqueur e Joan Cadden – essas diferenças estavam marcadas de fato no âmbito discursivo, isto é, “a linguagem marca essa diferença sexual”.

Seguindo uma linha de argumentação diferente, a historiadora Joan Cadden, no que tange às leituras do corpo em seu aspecto “genderizado”, afirma que os escritos medievais de natureza médica evidenciam percepções distintas na fisiologia feminina e masculina, o que implicará também na atribuição de funções diferentes para os corpos em sua inscrição no universo social e na constituição de uma visão binária dos sexos (CADDEN, 1995, p.1-10). Elementos como passividade e atividade estão, segundo os estudos da autora, diretamente associados aos aspectos fisiológicos do corpo, de modo que a passividade feminina está relacionada ao caráter mais úmido e frio de sua

anatomia, ao passo que a atividade masculina está ligada ao calor e à secura de seu corpo. Destarte, afirma Cadden, “os esforços empreendidos pelos autores medievais, tanto dentro quanto fora da disciplina médica e da filosofia natural, para explicar e rotular as coisas em termos de uma linguagem binária, confirmam que os dois sexos [masculino e feminino] marcam de fato uma profunda e significativa divisão do mundo” (CADDEN, 1995, p.281).¹⁸

II. Por uma leitura do corpo feminino como forma de poder

II. 1. Corpo e sedução

Compilado em inglês médio,¹⁹ em 1225, *King Horn* narra as aventuras e desventuras do jovem príncipe Horn, enquanto parte de seu processo de amadurecimento e inserção num universo caval(h)eiresco-cortês idealizado, assimilado à maneira insular.²⁰ A presença de diálogos constantes, de pouca preocupação descritiva, seja da psique das protagonistas ou das ações das demais personagens, bem como dos rituais cortesês, são aspectos que empregam ao romance um caráter cênico, que se deve, também, à dinamicidade dos episódios narrativos. Contudo, será nas figuras específicas de Horn e Rymenhild, a dama que por ele se apaixona, que o autor²¹ esboçará maior preocupação em demarcar seus corpos e atuações.

Tão logo surge na trama do romance, à jovem princesa do reino de Westernesse, local do primeiro exílio de Horn, é atribuído o maior amor pelo príncipe e protagonista da narrativa, mas não um sentimento qualquer, e sim o maior de todos “dentro e fora da corte e em todos os cantos ao redor”.²² As implicações desse amor tomarão formas diversas durante o romance, a saber, os meios pelos quais os personagens de Horn e Rymenhild poderão dar vazão aos seus desejos e também as formas de controle e regulação de uma ordem social intimamente relacionada ao universo cortês. Nesse sentido, serão seus corpos os palcos e/ou atores das manifestações dos desejos e das ações de ambos os personagens, manifestações estas que tomarão duas formas discursivas, a da voz e a dos gestos.

O amor não assume uma forma substantiva no decorrer do romance, como um sentimento cuja autonomia pudesse ser colocada através de um vocábulo único, denominador, mas, ao contrário, tal sentimento somente torna-se viável através das falas

das personagens, como um verbo, tal qual nas linhas em que Rymenhild se declara ao príncipe, “Horn, ela disse, por um longo tempo eu tenho te amado imensamente”.²³ A dinamicidade do sentimento expande-se gradativamente à movimentação do corpo de Rymenhild, que o sente de forma orgânica e quase patológica, uma vez que seus anseios e impulsos figuram de forma violenta e intensa, levando-a ao delírio e à loucura, conforme nos mostram os versos: “ela o amava tão intensamente que quase enlouqueceu”,²⁴ “pois ela começara a apresentar uma tristeza profunda, e a mensagem dizia que a dama padecia de uma doença”,²⁵ “ela ergueu os braços e caiu inconsciente”²⁶ e “agora tens tua própria vontade, liberta-me de minha dor”.²⁷

Carícias, abraços, beijos, corpos em contato são elementos constantes durante toda a narrativa. O toque marca a continuidade dos desejos de Horn e Rymenhild, e, como ilustram os referidos versos, quando a voz cala, o corpo fala. Todavia, a movimentação do corpo da princesa não permeia a narrativa de maneira deliberada, atrás de seus passos, ou à frente deles, estão os olhos atentos e vigilantes de Athelbrus, o senescal do castelo. A essa figura são confiadas a educação dos jovens cortesãos, de ambos os sexos, e a administração de eventos relacionados ao universo cortês como os banquetes, as cerimônias de investidura e os casamentos. Athelbrus é o agente através do qual Rymenhild, que tem seu corpo sempre envolto pelos cuidados de suas seis aias, consegue se aproximar de Horn, pois “não deveria, à mesa, dirigir uma só palavra a ele, nem no salão em meio a todos os cavaleiros ou em qualquer outro lugar”.²⁸

O senescal incorpora alguns elementos fundamentais para compreendermos a dinâmica das relações de poder em seu aspecto “genderizado”, que envolvem, também, as dinâmicas corporais dentro da narrativa. Não há impedimento quanto ao contato entre os corpos, o corpo de Rymenhild torna-se acessível aos seus anseios e desejos desde que esses impulsos não prejudiquem sua posição em um determinado contexto de atuação narrativa, isto é, sua figuração como dama, nobre e casta. Para tanto, o senescal e a princesa estão em constante processo de negociação, pois, para conseguir que Horn vá até seu quarto – espaço reservado apenas para o convívio feminino – Rymenhild presenteia Athelbrus com anéis e ouro. Em troca, o senescal leva o jovem nobre ao quarto da princesa, não sem antes verificar as reais intenções da dama, que, em suas palavras, tinha um propósito duvidoso.²⁹ Temeroso, ele envia o companheiro e melhor amigo de Horn, disfarçado como o tal, em seu lugar, mas, tão logo a princesa percebe

estar sendo engana, esbraveja e ameaça mandar matá-lo, mas Athelbrus implora o perdão da bela dama, caindo sobre o chão.³⁰ É nesse momento que ele revela seu papel como tutor e representante dos interesses de Aylmar, o “bom rei”,³¹ pai de Rymenhild, que cerceia, através da figura do senescal, o comportamento de sua filha, a qual deve ser guardada para intenções posteriores, sejam elas o casamento com algum nobre de alta linhagem. Desse modo, Athelbrus coloca-se como gerenciador das dinâmicas de sociabilidade no universo cortês dos romances, devendo, portanto, transitar por todos os ambientes e gerir, mesmo que indiretamente, as ações – e a disposição dos corpos – da princesa, do rei e de Horn.

Dentro das dinâmicas de gênero, Rymenhild assume uma função então compreendida como masculina ao cortejar Horn (WEISS, 1991, p.149-61), revelando a ele seus desejos e pedindo que ele corresponda, sem demora, como podemos observar nos versos, “Horn (...) sem dúvida debes me tomar como tua esposa. Horn tem pena de mim e prometa-me isso”.³² No entanto, o discurso de sua fala não é o mesmo de seu corpo, ao passo que, enquanto suas palavras são de súplica, seu corpo se impõe sobre o do príncipe, que, ao vê-la desmaiada diante de sua recusa, “encheu-se de pesar e (...) a pegou com seus dois braços e começou, de fato, a beijá-la bem e constantemente”.³³ Assim, o comportamento da princesa possui significações flutuantes no tocante aos saberes relacionados ao gênero, pois, se, por um lado, sua atuação verbal possui caracterização discursiva feminina segundo os ideais de cortesia, por outro, seu corpo se impõe, ativamente, numa postura imperativa, masculina.

Embora os mecanismos de controle estivessem presentes, especialmente para a manutenção do corpo da princesa – o instrumento através do qual sua linhagem nobre se perpetuaria – a concretização dos impulsos dos amantes não é vetada até um determinado limite, no qual as carícias e os toques não implicassem na corrupção do corpo de Rymenhild. Os elementos de sedução, dos quais ela lança mão, permeiam a violência dos desmaios, sua fala convidativa, sua beleza e seus beijos, uma prova de continência para Horn. Uma vez ultrapassado aquele limite, através da passagem em que o rei encontra o príncipe “abraçado ao seio de Rymenhild”,³⁴ o jovem nobre é expulso do reino e enviado ao exílio novamente, como castigo, sendo chamado, pelo monarca, de “ladrão tolo”.³⁵ Assim, o corpo de Rymenhild atua, seduz e é seduzido,

sofrendo, também, as intempéries das governanças relativas ao universo social no qual está inscrito.

II. 2. Corpo e rebelião

A obra em versos de Hartmann von Aue, *Armer Heinrich*, traz em suas rimas pareadas a história de um *herr* (senhor), Heinrich, que, ao contrair lepra,³⁶ se isola socialmente na casa dos *vri̇er bûman* (camponeses livres – v.269) e lá receberá os cuidados de uma *maget* (donzela – v.302).³⁷ O narrador nos apresenta uma criança de oito anos de idade (v.303),³⁸ cuja beleza poderia ser a da filha de alguém de alta posição social (v.313). Todas as suas qualidades, na condição de filha de um camponês, apontam, por um lado, para o conceito cristão de *caritas*, uma vez que a dedicação da donzela ao seu senhor beira a total abnegação. Por outro lado, aquela beleza não seria comum a alguém de *status* inferior, e sim de origem nobre. Esse corpo pode ser visto, portanto, como um corpo dócil que se doa ao outro e cuja beleza interior reflete diretamente no físico, no exterior.³⁹

Após três anos vivendo em função de seu senhor, com plena dedicação e docilidade, a jovem ouve uma conversa entre Heinrich e seus pais, na qual o senhor explica que tentara de todas as formas a cura. Contudo, um médico lhe havia alertado para o fato de que somente Deus ou uma donzela em idade para se casar, e que de livre vontade quisesse morrer por ele e assim dar-lhe o sangue de seu coração, poderiam curá-lo (v.444-452).

Em um primeiro momento, a donzela afirma ser ela própria um bom remédio para seu senhor, que poderá livrá-lo da dor (v.558-564), ao passo que seu pai atenta para o fato de sua inexperiência diante da morte, ameaçando castigá-la corporalmente se a mesma insistisse nesta decisão (v.573-588). Ao responder aos pais que a morte seria a entrada para a vida eterna, a filha se coloca em conformidade com o discurso das escrituras, o que *a priori* leva a entender sua decisão de morrer como religiosamente motivada. Ela pretende, com sua morte, promover algum bem para si e para os pais, pois estes estariam arruinados caso o senhor morresse (v.593-628). Numa primeira interpretação, a motivação da donzela parece unicamente religiosa, ou seja, salvar o senhor do sofrimento e os pais da ruína, mas uma análise mais cuidadosa de outras passagens do texto permite-nos aferir que seu corpo se transforma num *locus* de revolta

contra o sistema social em que se inscreve, ao mesmo tempo em que se configura como uma espécie de fuga do mesmo.

A mãe da jovem lança mão, em suas falas, do quarto mandamento “honrar pai e mãe” (v.640-646) como pretexto para dissuadir a filha de sua intenção. No entanto, a donzela se dispõe a ir adiante em sua decisão. Para isso, ela discursa sobre as diferenças entre a vida terrena e a vida celestial, na eternidade, afirmando, ainda, ser a morte uma anuladora de todas as diferenças (v.708-721). Neste momento, a donzela profere uma das falas que mais suscita discussão e que possibilitará a análise posterior acerca de sua revolta: “o mundo não me agrada tanto assim”.⁴⁰ Mais uma vez seu discurso poderia ser lido estritamente em conformidade com os discursos religiosos vigentes no contexto medieval, especialmente aqueles acerca da perda da alma, em conseqüência do enaltecimento da vida mundana, porém as próximas argumentações conduzem a outra interpretação.

*belîbe ich âne man bî iu
zwei jâr ode driu,
sô ist mîn herre lîhte tôt,
und komen in sô grôze nô
vil lîhte von armuot,
daz ir mir selhez guot
zeinem man niht muget geben,
ich enmüeze alsô swache leben,
daz ich iu lieber wære tôt.
nû geswîge wir aber der nô,
daz uns niht enwerre
und uns mîn lieber herre
wer und alsô lange lebe,
unz man mich zeinem manne gebe,
der riche sî unde wert:
sô ist geschehen, des ir dâ gert,
und wænet, mir sî wol geschehen.
anders hât mir mîn muot verjehen.
wirt er mir lieb, daz ist ein nô;
wirt er mir leit, daz ist der tôt,
sô hân ich iemer leit
und bin mit ganzer arbeit
gescheiden von gemache
mit maneger hande sache,
diu den wîben wirret
und sî ze vreuden irret.
Nû setzet mich in den vollen rât,*

*Fique eu sem marido convosco
por dois ou três anos,
meu senhor estará provavelmente morto,
e nós talvez cheguemos a uma tal miséria
por causa da pobreza,
que vós nao poderíeis me dar
em casamento nenhum dote correspondente
ou teria que viver então pobremente,
que para vós seria melhor, que eu estivesse
morta.
Porém, nao falemos da miséria,
de que algo nos aconteça
e meu querido senhor permaneça conosco
e viverá por muito tempo,
até que me entreguem a um homem,
que seja rico e valoroso:
assim se passaria o que vós desejais,
e pensais, que teria sido bom para mim.
Meu coração me conta de outro modo
Se ele gostar de mim, isso traz aflição.
Se ele me fizer sofrer, é a morte.
Assim eu sempre sofrerei,
e com tanta tribulação
estarei separada das comodidades
com tantas coisas,
que afligem as mulheres
e perturbam sua alegria.*

*der dâ niemêr zergât.
 mîn gert ein vrîer bûman,
 dem ich wol mînes lîbes gan.
 zewâre, dem sult ir mich geben,
 sô ist geschaffen wol mîn leben.
 im gât sîn phluoc harte wol,
 sîn hof ist alles râtes vol.
 da enstirbet ros noch daz rint,
 da enmüent diu weinenden kint,
 da enist ze heiz noch ze kalt,
 da enwirt von jâren niemen alt
 (der alte wirt junger),
 da enist vrost noch hunger,
 da enist deheiner slahte leit,
 da ist ganziu vreude âne arbeit.
 ze dem wil ich mich ziehen
 und selhen bû vliehen,
 den der schûr und der hagel sleht
 und der wâc abe tweht,
 mit dem man ringet unde ie ranc.
 swaz man daz jâr alsô lanc
 dar ûf gearbeiten mac,
 daz verliuset schiere ein halber tac.
 den bû den wil ich lâzen:
 er sî von mir verwâzen. (v.747-
 798)*

*Agora dai-me o completo sustento,
 que nunca passa.
 Pede-me a mão um camponês livre,
 ao qual eu queira muito me dar.
 Conscientemente vós me deveis dar a ele,
 pois assim minha vida estará assegurada.
 Seu arado lavra muito bem,
 seu celeiro está repleto de provisões.
 Lá não morrem nem garanhões nem gado,
 lá não há dissabores com crianças a
 chorar,
 lá não é nem demasiadamente quente nem
 frio,
 lá ninguém envelhece em anos
 (o mais velho rejuvenesce)
 lá não há geadas nem fome,
 lá não há nenhuma espécie de sofrimento,
 lá existe alegria total sem trabalho.
 Para lá eu quero me dirigir
 E evitar qualquer propriedade,
 sobre a qual a borrasca e o granizo se
 abatem,
 e a inundação continua a agitar,
 contra o que se luta e sempre se lutou.
 O que se pôde conseguir nela
 por um ano inteiro,
 uma metade de dia põe rapidamente a
 perder.
 Quero deixar tal propriedade;
 Ela é amaldiçoada por mim.*

Em sua fala, a donzela deixa transparecer uma forma de rebelião contra a situação feminina dentro dessa ordem social,⁴¹ fato que, com sua morte, pretende evitar. Sendo assim, ela se opõe às implicações, condições e obrigações da vida matrimonial (convivência com o marido, o problema para pagar o dote feminino, o casamento arranjado, a possibilidade de ascensão social pelo casamento), da maternagem e da maternidade, bem como da sua condição sócio-econômica campesina. Fato esse que se ratifica através de uma ironia textual,⁴² pois há dificuldades em se acreditar que uma propriedade rural esteja totalmente resguardada das calamidades naturais, como a donzela mais adiante revela, e, posteriormente, nega, dizendo não querer fazer parte desse mundo, amaldiçoando-o. A mesma ironia repete-se quando a personagem revela não haver morte, mas sim o contrário, o rejuvenescimento. Tal propriedade e tais

condições remetem a uma utopia que logo será desfeita com a posterior imagem da destruição.

Numa tentativa quase desesperada de fugir de seu inevitável fim, da sua condição feminina, a donzela lança mão novamente de um discurso religiosamente fundamentado: ela deve ser obediente aos pais, mas sua fidelidade deve ser prioritariamente consigo, pois aquele que é fiel a si, é fiel a Deus, ninguém pode dissuadi-la de ser fiel ao seu senhor e a si mesma (v.820-843). A morte é, para a donzela, a única forma de fugir dessa ordem social, à qual ela não quer pertencer: “seremos curados pela morte e eu mais do que vós”.⁴³ Seu corpo é, dessa forma, a única maneira de poder exercer o controle, pois, através dele e com ele, ela pode ousar fugir de sua vida, de sua condição feminina. Ela cria para si uma imagem virtual de um corpo salvo das mazelas femininas numa sociedade em que não há um lugar dentro do cânon para um corpo desfavorecido, salvo a marginalidade. Um corpo puro que permanece puro através da morte. Um corpo que se rebela contra a ordem social e cria uma anti-ordem, na qual pode haver um lugar para o feminino, pois, segundo a própria donzela, a morte iguala a todos. Esse corpo deixa de ser um corpo sexuado, marcado pelas intemperanças, para existir na igualdade do celestial. O corpo virgem possibilita à donzela “adquirir” um espaço virtual de paridade, que só existe no âmbito discursivo.

Na seqüência ambos, donzela e senhor, seguem para Salerno, para que o sacrifício seja realizado. O som da faca sendo afiada atiça a curiosidade de Heinrich, que resolve procurar uma fresta para poder observar. Ao visualizar o belo corpo da donzela (v.1233), ele retrocede em sua decisão e pede que o sacrifício seja interrompido. A donzela reage com total insatisfação, pois sua tentativa de controle de seu corpo foi frustrada, ela grita, insulta e bate contra o próprio corpo (v.1284-1288). O próprio narrador ironiza sua situação:

*Swie vil sî vliëche unde bete
unde ouch scheltens getete,
daz enmohte ir niht vrum wesen:
sî muose iedoch genesen.
(v.1333-1336)*

*Tanto ela suplicava e pedia
e também esconjurava,
isso nada lhe pode trazer de útil:
Ela teria de permanecer viva.*

Em sua penúltima fala, a donzela culpa Heinrich pela perda que sofrerá, pois a vida eterna lhe fora arrebatada pela atitude “covarde” do senhor (v.1290-1304). Já na

última fala que lhe é atribuída no texto, ela se coloca de forma destemida como um homem,⁴⁴ comparando-se, assim, a Heinrich, que seria um covarde,⁴⁵ culpando-o pela perdição de ambos (v.1310-1330d). Sua tentativa de autocontrole através da utilização de seu corpo como ponto de fuga para a ordem social pré-estabelecida fracassara. Nesse momento, a donzela se cala. À personagem não é atribuída mais nenhuma palavra. Sabe-se que a mesma casa-se com Heinrich a pedido desse, contudo, seus gestos, suas reações, sua fala, manifestam-se através de um vazio, do não espaço. Como esposa de um senhor, não há mais rebelião, sua voz calou-se nas lacunas textuais, o domínio de seu corpo virgem, passa a ser operado pelo outro. Sua voz de rebelião silenciou-se no momento em que seu *status* social modifica-se. Ela não é mais a virgem que pode exercer poder através de seu corpo, mas é a esposa dócil de seu senhor, que possibilita aos pais a ascensão social e a manutenção de uma ordem pré-estabelecida. Todavia, ressaltamos que o manuscrito B encerra-se de forma diferente, no qual a rebelião da donzela ainda pode, de certa maneira, ecoar, pois o casamento de ambos não é consumado, permanecendo seu corpo imaculado, e, por fim, ambos vão para um convento. Desta forma, o corpo virgem ainda pode servir-lhe como forma de exercer o controle, mas uma análise mais detalhada desse corpo feminino só nos será permitido pelos discursos propagados pelas hagiografias ou legendas. O romance encerra-se com um final que nos remete muito mais aos contos de fadas: “após uma aventurada e longa vida, ambos possuíram igualmente o reino dos céus”.⁴⁶

III. Considerações finais

Longe dos ideais propagados pela lírica cortês de um corpo feminino domesticado, as duas análises aqui esboçadas demonstram que o controle corporal é uma característica intrínseca dessas duas personagens femininas. À primeira delas, a dama Rymenhild, são atribuídos, através de discursos verbais e gestuais, contornos corporais díspares se comparados às damas de romances cortesês em antigo francês, por exemplo. A figuração da jovem princesa não corresponde a um ideal cortês unicamente de passividade, pois ela atua. Seu corpo torna-se o *locus* das ações e o possibilitador de um controle sobre o masculino, seja através de sua relação com o senescal ou com o próprio Horn. Todavia, essas formas de controle sofrem nuances e gradações dispostas

pelos processos de negociação. Lembremo-nos dos presentes oferecidos ao senescal em troca de seus favores – de modo que, mesmo sob constante vigilância, os impedimentos pertinentes à concretização dos impulsos sensuais, tão bem incorporados pelo corpo de Rymenhild, devem-se mais às preocupações de caráter nobiliárquico de seu pai do que aos temores de resolução religiosa, de mácula ou pecado de uma alma que, em toda a narrativa, sequer é mencionada. O gênero que em/pelo corpo da personagem em questão se inscreve não assume uma interpretação única, como *o* masculino ou *o* feminino, congregando, desse modo, a dinamicidade que também figura naquele corpo e, por conseguinte, as nuances de um saber sobre a diferença sexual que, no universo cortês idealizado, representado, (re)criado pelo romance, se inscreve de maneira plural.

Nesse mesmo sentido, o corpo da donzela, de *Armer Heinrich*, figura como expressão de uma forma de controle, possibilitando a esta uma tentativa de rebelião dentro da ordem social da qual é parte. Sua identidade feminina se constrói em contraponto a uma identidade masculina, nesse caso, a de Heinrich, ao passo que o gênero assume uma proporção muito mais fixada, como *o* feminino – *a* donzela – diferentemente da construção discursiva a cercar a figuração de Rymenhild. Sua voz, que pode ser ouvida através de algumas de suas próprias falas, perde força no momento em que seu corpo deixa de ser um objeto de negociação, seja de seus anseios e desejos, ou das demandas de uma ordem social condicionante. Na posição de esposa, a donzela perde o controle de seu corpo e assume um papel feminino pré-determinado pela referida órbita social, o que impossibilita a inscrição de seu corpo – material, biológica e discursivamente construído – como forma de controle, uma vez que este passa, então, a ser controlado. Sob a tutela de Heinrich não lhe cabe mais qualquer tentativa de rebelião.

É através do controle de seus corpos que essas duas personagens femininas exercem o poder. Um poder que muitas vezes burla, ou tenta corromper, ordens sociais pré-estabelecidas. Através da sedução ou da rebelião, os corpos se mostram, assim, como portadores de um discurso próprio que, muitas vezes, distam de todo e qualquer outro anteriormente pré-determinado, ou seja, mais do que corpos disciplinados pelas esferas de poder cortesões, que se deixam visualizar através da propagação dos discursos, esses corpos “genderizados” indiciam estratégias de controle próprias, sem se colocarem, no entanto, à margem do universo social ao qual pertencem, isto é, eles não

se tornam corpos dissidentes. Se, por um lado, através do corpo são possibilitadas as ações de sedução, por outro lado, é através deste que toda e qualquer tentativa de negação pode se concretizar. A construção discursiva da personagem da narrativa de Horn, Rymenhild, configura-se bastante próxima da perspectiva exposta por Thomas Laqueur a respeito das visões medievais sobre o corpo, ou seja, a materialidade biológica do corpo da dama não se impõe como pré-condição para a configuração de seu(s) gênero(s), visto que este(s) assume(m) uma ambigüidade que não se fixa num único pólo de uma pré-disposição binária das interpretações do sexo. O mesmo, contudo, se constrói de maneira diferente no romance de Hartmann von Aue, no qual a materialidade corpórea da donzela surge como um pré-determinante das interpretações discursivas impostas sobre suas falas e sua atuação narrativa. Dessa forma, a inscrição de seu gênero fixa-se no âmbito das leituras *do* feminino, reiterando, como argumenta Joan Cadden, uma perspectiva medieval pautada na leitura binária das interpretações das diferenças sexuais e de sua repercussão no corpo social.

As diferenças de perspectivas que podemos observar a partir da comparação e análise de ambas as personagens, e da construção de seus corpos nas narrativas, não apontam para a reafirmação de uma ou de outra posição teórica de interpretação das visões sobre corpos “genderizados” no contexto medieval. Ao contrário, tais análises permitem-nos observar uma pluralidade de significações relativas à observação do corpo, em romances cortesês, em sua figuração dentro de relações de poder específicas e de múltiplas compreensões de gênero. A (re)leitura de perspectivas pós-modernas a respeito do estudo do corpo, permite-nos, assim, ampliar o instrumental teórico para a abordagem dessa temática, seja nos textos medievais, ou em documentos de qualquer período e em discursos de procedências diversas. Compreendemos, por fim, que, embora as percepções do gênero sejam fluidas e assumam diferentes nuances em ambos os romances, as personagens por nós selecionadas assumem, em/através de seus corpos, uma posição ativa na negociação para a concretização de seus anseios, sejam eles de qualquer natureza, uma vez que ambas encontram, em caminhos diversos, mecanismos que as permitem acionar o controle de seus próprios corpos, sem desestabilizar, no entanto, uma ordem social pré-estabelecida.

**TALKING BODIES, SILENT BODIES: A COMPARATIVE STUDY OF THE
CHARACTERS RYMENHILD, FROM *KING HORN*, AND THE DAMSEL,
FROM HARTMANN VON AUE'S *ARMER HEINRICH***

Abstract: *In the last decades the academic field has witnessed an increase of contributions related to the thematic of the body. The works vary both on methodological and theoretical perspectives of the analysis of body representations. This article, therefore, revisits a range of discussions concerning the body as a category of analysis in postmodern theories and medieval writings, and, a posteriori it presents a comparative study of the body figuration of two feminine characters from courtly romances of the 12th and 13th centuries. As thematic guide lines for the analysis are the theme of seduction and rebellion.*

Keywords: *Body History; Gender Studies; Comparative Studies; Medieval Studies.*

Referências Bibliográficas:

ANDRADE, Carlos Drummond de. As contradições do corpo. *In: Corpo. Novos poemas.* Rio de Janeiro: Record, 1999.

BARROS, José. D'Assunção. História Comparada – um novo modo de ver e fazer História. *In: Revista de História Comparada.* v.1, n.1, p.1-30, junho de 2007.

BUMKE, Joachim. **Höfische Kultur. Literatur und Gesellschaft im hohen Mittelalter.** München: DTV, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade.** Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Cuerpos que importan. Sobre los límites materiales y discursivos del 'sexo'.** Buenos Aires: Paidós, 2008.

BURROW, J. A. **Medieval writers and their work – Middle English Literature 1100-1500.** London: Oxford University Press, 2008.

BYNUM, Caroline Walker. **Metamorphosis and Identity.** New York: Zone Books, 2005.

_____. Why all the fuss about the body? A medievalist's perspective. **Critical Inquiry.** v.22, p.1-33, 1995.

CADDEN, Joan. **Meanings of sex difference in the Middle Ages. Medicine, Science and Culture.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

- CAVALHEIRO, G. C. *King Horn*: um romance inglês ducentista. **Mirabilia – revista eletrônica de História Antiga e Medieval**, v.7, p.128-204, dezembro de 2007, <http://www.revistamirabilia.com/Numeros/Num7/numero7_12.html>.
- CRANE, Susan. Social aspects of bilingualism in the Thirteenth century. *In*: BRITELL, R. H.; FRAME, Robin; PRESTWICH, Michael (Ed.). **Thirteenth century England IV. Proceedings of the Durham Conference, 1995**. Woodbridge: The Boydell Press, 1997, p.103-16.
- ELIAS, Norbert. **Über den Prozess der Zivilisation**. 1. Wandlungen des Verhaltens in den weltlichen Oberschichten des Abendlandes. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997.
- _____. **Über den Prozess der Zivilisation**. 2. Wandlungen der Gesellschaft Entwurf zu einer Theorie der Zivilisation. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir. História da violência nas prisões**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- _____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.
- FUMAGALLI, Vito. **Solitudo Carnis. El cuerpo en la Edad Media**. Madrid: Nerea, 1995.
- GREEN, Dennis Howard. **Irony in the medieval romance**. London, New York: Cambridge University Press, 1980.
- GREEN, Nancy L. Forms of comparison. *In*: COHEN, Deborah e O'CONNOR, Maura. **Comparison and History. Europe in Cross-National perspective**. Nova York: Routledge, 2004, p.41-56.
- HARTMANN VON AUE. **Der arme Heinrich**. Tübingen: Max Niemeyer, 2001.
- HERZMAN, Ronald B.; DRAKE, Graham; SALISBURY, Eve. **Four Romances of England – King Horn, Havelok the Dane, Bevis of Hampton, Athelston**. Michigan: Medieval Institute Publications (TEAMS), 1999.
- KAELBLE, Hartmut. Die Debatte über Vergleich und Transfer und was jetzt? **History.Transnational**. p.1-10, fevereiro de 2005. Disponível em <<http://geschichte-transnational.clio-online.net/forum/type=artikel&id=574>>. Acessado em 22 de outubro de 2008.
- KOCKA, Jürgen. Comparison and beyond. **History and Theory**. v.42, n.1, p.39-44, 2003.
- KÖNIG, Werner. **Dtv-Atlas. Deutsche Sprache**. München: DTV, 2007.

- LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo. Corpo e gênero dos gregos a Freud.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicholas. **Uma história do corpo na Idade Média.** Lisboa: Teorema, 2005.
- LUHMANN, Niklas. Identitätsgebrauch in selbstsubstitutiven Ordnungen, besonders Gesellschaften. *In:* MARQUART, Odo; STIERLE, Karl-Heinz (Org.). **Identität.** München: Fink, 1979, p.315-45.
- MAUSS, Marcel. Les techniques du corps. **Journal de Psychologie.** v.XXXII, 15 março - 15 avril, 1936.
<http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/6_Techniques_corps/techniques_corps.pdf> Acessado em 09 de setembro de 2010.
- MOOS, Peter (Org.). **Unverwechselbarkeit. Persönliche Identität und Identifikation in der vormodernen Gesellschaft.** Weimar, Wien: Böhlau, 2004.
- MÜLLER, Birgit. **Körper (De)Konstruktionen Praxen. Überlegungen zu neueren Diskursen.** Berlin: Logos, 2001.
- MÜLLER: Jan-Dirk. **Höfische Kompromisse. Acht Kapitel zur höfischen Epik.** Tübingen: Max Niemeyer, 2007.
- SCOTT, Joan W. Prefácio a *Gender and the politics of History.* **Cadernos Pagu.** v.3, p.11-27, 1994.
- SHILLING, Chris. **The body and social theory.** London, Newbury Park, New Delhi: Sage, 1994.
- VELASCO, Jesús D. Rodríguez. **Castigos para celosos, consejos para juglares.** Madrid: Editorial Gredos, 1999.
- WEISS, Judith. The wooing woman in Anglo-Norman romance. *In:* FELLOWS, Jennifer; MEALE, Carol; MILLS, Maldwyn. **Romance in Medieval England.** Cambridge: D.S. Brewer, 1991, p.149-61.

Notas

¹ “le premier et le plus naturel objet technique, et en même temps moyen technique, de l’homme”.

² “un acte traditionnel efficace”.

³ “an unfinished biological and social entity which requires a lengthy process of education before it is accepted fully into society”.

⁴ “Medieval writings about corpus or caro – or even materia or tellus – were as multiple and multivalent as the varying discourses found in modern writing about the body”.

⁵ Como prova disso consta-se a existência de volumes inteiros organizados sobre a temática do corpo na Idade Média, a saber, KAY, Sarah; RUBIN, Miri (Org.). **Framing medieval bodies**. New York: Manchester University Press, 1996; BENNEWITZ, Ingrid; KASTEN, Ingrid (Org.). **Genderdiskurse und Körperbilder im Mittelalter. Eine Bilanzierung nach Butler und Laqueur**. Münster: Lit, 2002; RIDDER, Klaus; LANGER, Otto (Org.). **Körperinszenierungen in mittelalterlicher Literatur**. Berlin: Weidler, 2002; entre outros.

⁶ Como demonstram as obras de BYNUM, Caroline Walker. **Jesus as a Mother. Studies in the spirituality of the High Middle Ages**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1984; KRAUSE, Burkhardt (Org.). **Fremdkörper – Fremde Körper – Körperfremde. Kultur- und literaturgeschichtliche Studien zum Körperthema**. Stuttgart: Helfant, 1992; BYNUM, Caroline Walker. **Metamorphosis and identity**. New York: Zone Books, 2001, dentre outros.

⁷ Conforme os trabalhos de BEUTIN, Wolfgang. **Sexualität und Obszönität. Eine literaturpsychologische Studie über epische Dichtungen des Mittelalters und der Renaissance**. Würzburg: Königshausen & Neumann, 1990; SHAW, Teresa M. **The burden of the flesh. Fasting and sexuality in early Christianity**. Minneapolis: Fortress, 1998; BULLOUGHT, Vern. L.; BRANDAGE, James A. (Org.). **Handbook of medieval sexuality**. New York: Garland, 2000; KARRAS, Ruth Mazo. **Sexuality in Medieval Europe. Doing Unto Others**. New York, London: Routledge, 2005.

⁸ A saber nas obras de CADDEN, Joan. **Meanings of sex difference in the middle ages. Medicine, science, and culture**. New York: Cambridge University Press, 1995; GAUNT, Simon. **Gender and Genre in Medieval French Literature**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995; STERLLINGHELLENBRAND, Alexandra. **Topographies of Gender in Middle High German Arthurian Romance**. New York: Garland, 2001; BENNEWITZ, Ingrid (Org.). **Lektüre der Differenz. Studien zur Mediävistik und Geschlechtsgeschichte**. Frankfurt am Main: Peter Lang, 2002.

⁹ De acordo com Niklas Luhmann, dentro da sociedade medieval, a identidade social e pessoal estão intimamente relacionadas, pois a ascensão ou a mudança de *status* é limitada e o pertencimento a determinada categoria se torna assim imutável (LUHMANN, 1979, p.315-45). Se, por um lado, a sociologia de Niklas Luhmann trabalha com a perspectiva de uma sociedade medieval estratificada e sem mobilidade, por outro lado, a literatura cria um conceito mais aberto. Nesse contexto, identidade é compreendida como pertencimento a determinado grupo social, que é reconhecido através de sinais materiais como roupas, gestos, armas dentre outros (MÜLLER, 2007, p.226-27). Todavia, como afirma Bynum, “identidade é instável, problemática, ameaçadora e ameaçada” (BYNUM, 2005, p.182) (“identity is labile, problematic, threatening, and threatened”), o que corrobora com as palavras de Joan Scott, segundo as quais “identidades e experiências são (...) fenômenos variáveis, organizados discursivamente em contextos ou configurações particulares” (SCOTT, 1994, p.18).

¹⁰ Conforme em BYNUM, Caroline Walker. **Holy feast and holy fast. The religious significance of food to medieval women**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1987; SCHMITT, Jean-Claude. **Die Logik der Gesten im europäischen Mittelalter**. Stuttgart: Klett-Cotta, 1992; MONATANARI, Massimo. **The culture of food**. Oxford, Cambridge, Massachusetts: Wiley-Blackwell, 1996; entre outros.

¹¹ Ressaltamos a existência de discussões fundamentadas acerca da existência de uma *Ritualwissenschaft* (“Ciência do Ritual”), que foi introduzida pelo Centro de Estudo do Ritual da Universidade de Heidelberg, fomentada pela DFG (Sociedade Alemã de Pesquisa), e denominada SFB 619 - “*Ritualdynamik*”, *Soziokulturelle Prozesse in historischer und kulturvergleichender Perspektive* (“Dinâmica do Ritual”, Processos sócio-culturais em perspectiva histórica e cultural comparada) Cf: <<http://www.ritualdynamik.de/>> Acessado em 22 de agosto de 2010.

¹² “der sowohl eine Auseinandersetzung mit den im Begriff des Körpers transportierten Bedeutungen ist, als auch mit den psychischen Möglichkeiten der Verkörperung”.

¹³ Sobre o uso retórico da autoridade nos escritos medievais, ver MURPHY, James J. **Rhetoric in the Middle Ages: a history of rhetorical theory from Saint Augustine to the Renaissance**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California, 1974.

¹⁴ “The power exerted by ancient authors upon medieval views of sex difference and reproduction was by no means trivial, but it was far from absolute”.

¹⁵ Conforme disserta Hartmut Kaelble, entende-se por comparação histórica “a procura sistemática por diferenças e semelhanças, por divergências e convergências entre vários casos de comparação. À comparação pertencem a explicação ou o desenvolvimento de tipologias de tais diferenças e semelhanças,

[e], com isto, sua contextualização” (KAELBLE, 2005, p.1) (“*die systematische Suche nach Unterschieden und Ähnlichkeiten, nach Divergenzen und Konvergenzen zwischen mehreren Vergleichsfällen. Zu dem Vergleich gehört die Erklärung oder die Entwicklung von Typologien solcher Unterschiede und Ähnlichkeiten, dabei auch ihre Kontextualisierung*“). Assim, a historiadora Nancy L. Green pontua um dos elementos que considera mais importantes dentro do método comparativo ao afirmar que este “ajuda a transformar o invisível em visível; nos auxilia a questionar nossas próprias generalizações” (GREEN, 2004, p.42) (“*helps render the invisible visible; it aids us to questioning our own generalizations*”). Ademais, conforme assevera José D’Assunção Barros, “a História Comparada consiste, grosso modo, na possibilidade de se examinar sistematicamente como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas, duas estruturas situadas no espaço e no tempo, dois repertórios de representações, duas práticas sociais, duas histórias de vida, duas mentalidades, e assim por diante. Faz-se por mútua iluminação de dois focos distintos de luz, e não por mera superposição de peças” (BARROS, 2007, p.24). Segundo Jürgen Kocka, a abordagem comparativista permite a identificação de questões e problemas que poderiam ter sido negligenciados anteriormente (KOCKA, 2003, p.40). Nesse sentido, Kocka conclui que “o ato da comparação pressupõe a separação analítica de casos a serem comparados. Contudo, isso não significaria ignorar ou negligenciar as inter-relações entre estes casos (se e na extensão de que estas existam). Pelo contrário, tais inter-relações devem se tornar parte do esquema comparativo através de sua análise como fatores que levaram a similaridades ou diferenças, convergência ou divergência entre os casos que se compara” (KOCKA, 2003, p.44) (“the act of comparison presupposes the analytical separation of the cases to be compared. But that does not mean ignoring or neglecting the interrelations between these cases (if and to the extent that they existed). Rather, such interrelations should become part of the comparative framework by analyzing them as factors that have led to similarities or differences, convergence or divergence between the cases one compares”).

¹⁶ Adotamos edições críticas dos textos, para *Armer Heinrich* utilizamos HARTMANN VON AUE. **Der arme Heinrich**. Tübingen: Max Niemeyer, 2001 (=ATB 3), apoiando-nos, ainda, na tradução em língua portuguesa publicada pelo Prof. Dr. Álvaro Alfredo Bragança Júnior, disponível em <http://www.brathair.com/revista/numeros/03.01.2003/arme_heinrich.pdf>. Deve-se, contudo, atentar para o fato de que, devido à configuração, a partir de um determinado ponto, os versos não estão mais correlatos ao original, portanto, foram feitas algumas modificações na tradução dos versos de Hartmann. Para *King Horn*, lançamos mão da edição de HERZMAN, Ronald B.; DRAKE, Graham; SALISBURY, Eve. **Four Romances of England – King Horn, Havelok the Dane, Bevis of Hampton, Athelston**. Michigan: Medieval Institute Publications (TEAMS), 1999. Ressaltamos que contaremos, ainda, com a tradução do romance para o português disponível em CAVALHEIRO, G. C. *King Horn: um romance inglês ducentista*. In: **Mirabilia – revista eletrônica de História Antiga e Medieval**, Volume 7, dezembro de 2007, p.182-204, <http://www.revistamirabilia.com/Numeros/Num7/numero7_12.html>.

¹⁷ Se por um lado Joan Scott compreende o gênero “como o saber que estabelece significados para as diferenças corporais”, (SCOTT, 1994, p.13), que se insere dentro de contextos discursivos, sendo, ainda, um primeiro modo de significar as relações de poder (SCOTT, 1994, p.20), associando as leituras sócio-culturais do gênero à materialidade biológica do sexo, por outro, Judith Butler assevera que “não faz sentido definir gênero como a interpretação cultural do sexo” (BUTLER, 2003, p.25). Assim sendo, Butler afirma ser o sexo uma normativa delimitada a partir de leituras próprias de uma dada cultura e de relações de poder específicas (BUTLER, 2008, p.18). Dessa forma, embora ambas as autoras apresentem diferenças marcantes no que tange às interpretações do sexo e da materialidade do corpo, suas concepções de gênero possuem, contudo, similaridades, especialmente na leitura daquela categoria como materialização discursiva, elemento constituinte de disputas de poder possuindo, ainda, um caráter flexível, mutável e contextual.

¹⁸ “the efforts made by medieval authors both within and outside the disciplines of natural philosophy and medicine to explain and label things in the terms of a binary language confirm that the two sexes did mark a profound and significant division of the world”.

¹⁹ Em meados do século XIII, em detrimento do uso cada vez mais reduzido do anglo-normando, dialeto francês a circular no território insular entre os séculos XI e XIII, o inglês começa a dar sinais de vigor, aparecendo em documentos testamentários, notariais e em romances seculares, como o *King Horn*. Esse inglês, convencionalmente denominado inglês médio [*Middle English*], perpetua-se em manuscritos durante todo o século XIII ao passo que o anglo-normando decai gradativamente. Adiante, no século XIV, o inglês médio já estará estabelecido como língua de prestígio naquele território (CRANE, 1997, p.103-16).

²⁰ Sabemos que o universo cortês e os ideais de cortesia surgem em meados do século XII, no medievo francês, sendo gradativamente dispersados através de redes de sociabilidade entre as diferentes cortes nas diversas regiões do ocidente medieval, bem como através das trocas culturais, especialmente na forma literária, seja ela em vias de oralidade ou escritura. Atingindo seu apogeu na segunda metade do século XII, a cortesia assume um *status* de “vida marcada muitas vezes como utópica (...) y que, evidentemente, se tradujo, de modo implícito, em varias formas literarias e culturales” (VELASCO, 1999, p.14). Destarte, a cortesia assumirá aspectos referentes às variações culturais e regionais de cada ambiente por onde circulará e, no caso do medievo inglês e também de outros, servirá como *locus* para inúmeras narrativas gestadas sob a forma de romance, gênero que, objeto cultural por excelência nascido no seio da cortesia, representa de forma ímpar os saberes dispersados por ela.

²¹ Cientes das problemáticas relacionadas à questão da autoria no contexto medieval e da ausência da figura autoral referente ao romance de Horn, não tomamos, desse modo, o significado do termo autor como “o indivíduo falante que pronunciou ou escreveu um texto, mas o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (FOUCAULT, 2009, p.26).

²² “in the curt and ute, and elles al abute”, v.250.

²³ “Horn, quath heo, wel longe / ich habbe thee luvud strong” v.307-8.

²⁴ “heo luvede so Horn child / that negh heo gan wexe wild”, v.255-5.

²⁵ “for heo gan to lure / and the sonde seide / that sik lai that maide”, v.274-76.

²⁶ “armes heo gan bughe / adun heo feol iswoghe”, v.431-2.

²⁷ “nu du hast wille thine / unbind me of my pine”, v.543-4.

²⁸ “for heo ne mighte at borde / with him speke no worde / ne noght in the halle / among the knightes alle / ne nowhar in non othere stede”, v.257-61.

²⁹ “hit nas for none gode”, v.286.

³⁰ “fel anon to grunde”, v.338.

³¹ “the gode Kyng”, v.345.

³² “Horn (...) withute strif / thu schalt have me to thi wif / Horn have of me rewthe / and plist me thi trewthe”, v.411-14

³³ “in herte was ful wo / and tok hire on his armes two / He gan hire for to kesse / wel ofte mid ywisse”, v.433-6

³⁴ “in arme / on Rymenhilde barme”, v.709-10

³⁵ “fule theof”, v.711

³⁶ As discussões acerca das implicações da lepra, e de sua significação simbólica, não cabem na análise aqui apresentada, uma vez que o interesse do presente estudo é o corpo feminino.

³⁷ Ressaltamos aqui que a nomenclatura *maget*, em médio-alto-alemão, está diretamente relacionada a questões biológico-funcionais, como aponta Werner König, e que, em língua portuguesa, está associada ao conceito de virgindade (KÖNIG, 2007, p.112).

³⁸ Ressaltamos que, no presente trabalho, utilizamos a edição referente ao manuscrito A, pois no manuscrito B, a menina teria doze anos.

³⁹ Em conformidade com o ideal da “*Kalokagathia*”, no qual a beleza externa é reflexo da(s) qualidade(s) interna(s).

⁴⁰ “mir behaget diu werlt niht sô wol”, v. 708.

⁴¹ Joachim Bumke, em sua obra sobre a *Cultura cortês (Höfische Kultur)*, aponta como conceitos básicos da ordem social o direito (*Recht*), o governo (*Herrschaft*) e a condição social (*Stand*). Neste contexto, a ordem social se concretiza através da harmonia dessas categorias (BUMKE, 2002, 34-43). O que, aqui, convencionamos chamar de ordem relaciona-se diretamente ao conceito de *Stand*, pois neste esta fundamentada a existência da personagem. Uma existência baseada em concepções do feminino marcadas por discursos diversos, por vezes díspares, e que criaram modelos calcados em valores construídos discursivamente.

⁴² Uma das principais referências acerca do tema da ironia no romance medieval é apresentado pelo germanista Dennis Howard Green. Em relação ao romance arturiano *Erec*, de Hartmann von Aue, o autor afirma que “até mesmo o estilo idealizador de Hartmann pode ser devotado para fins críticos e laudatórios, e ele pode encontrar justificativa para isso em prescrições retóricas.” (“even Hartmann’s idealising style can be devoted to critical as well as laudatory ends, and he can find justification for this in rhetorical prescriptions” (GREEN, 1980, p.34). O mesmo podemos dizer das personagens e dos comentários do narrador de *Armer Heinrich*.

⁴³ “Des tôdes genese wir / und ich verre baz dan ir”, v.853-854.

⁴⁴ “und hetet vesten mannes muot”, v.1316.

⁴⁵ “mînes herren zageheit”, v.1311.

⁴⁶ “nâch suezem lanclîbe / do besâzen sî gelîche / daz êwige rîche”, v.1514-1516.

APONTAMENTOS ACERCA DO DISCURSO AUTOBIOGRÁFICO NO DIÁRIO DE HERCULINE BARBIN

Sarug Dagir Ribeiro*

Resumo: *Este artigo propõe apresentar uma reflexão em torno do manuscrito de natureza autobiográfica, deixado como espólio, de Abel/Adelaide Herculine Barbin (1838 -1868), indivíduo de condição hermafrodita que se suicidou aos trinta anos de idade, no intuito de apontar nele características suficientes para se pensar em estudos comparados tanto na literatura como na história. Seguiremos a trilha do texto de Barbin considerando-o como um documento autobiográfico no qual se configuram e se preservam representações literárias e testemunhais de uma época e de uma condição humana que beira o extraordinário. O empreendimento aqui será no esforço de estabelecer características do manuscrito de Barbin suficientes para se pensar uma ficcionalização de si.*

Palavras-chaves: *Autobiografia; Herculine Barbin; hermafroditos.*

É no esteio da produção inacabada da coletânea *História da Sexualidade* que encontramos o interesse de Michel Foucault pelo “Diário” de Adelaide / Abel Herculine Barbin, e, em torno do tema do hermafrodito¹. Esse é um texto que testemunha a “vida dupla” de um hermafrodito que viveu no século XIX, de 1838 a 1868, e suicidou-se devido a sua dubla existência. Herculine Barbin fora criado durante vinte anos entre moças, chegando à qualidade de professora primária, e aos vinte e um anos de idade fora-lhe designada sua verdadeira identidade sexual (pertencente ao sexo masculino) e mudado seu nome (de Adelaide para Abel) mediante processo judiciário. Nesta nova condição, sucumbiu no abandono e desprezo da sociedade de sua época. Era de interesse de Foucault dedicar um volume da série sobre a sexualidade a esse tema. Portanto, esta comunicação será uma breve demonstração de meu estudo sobre esse relato, de característica completamente autobiográfica como o autor / a autora mesmo diz: “escrevo apenas a história de minha vida” (BARBIN, 1982, p.40), com o propósito de demonstrar que o texto de Herculine Barbin é um texto autobiográfico e, portanto, um texto literário. Para só então indagarmos se a literatura que ela produz é um diário, uma literatura de testemunho, ou mesmo uma autobiografia, como sugerimos.

* Mestre em Letras / UFMG.

O manuscrito de *Herculine Barbin* parte do questionamento e da sua relação e compromisso com a realidade. Portanto, a tensão entre a ficção e os fatos reais permanece constante em todo do seu texto. Mesmo que isso signifique apenas uma análise parcial, pois não temos acesso ao texto integral, já que o relato dos últimos anos foi destruído pelo médico que as recolheu na ocasião das acareações em torno do cadáver de *Herculine Barbin*, encontrado em fevereiro de 1868 num quarto do bairro de Odéon em Paris, totalmente carbonizado. Isso fora objeto de análise por Foucault no dossiê por ele elaborado e publicado juntamente com o que sobrou dessas memórias.

È frutífero indagarmos pelo sentido da palavra testemunho que vem do latim *testis*, que significa o depoimento de um terceiro em um processo, e, também de *supertes*, que indica a pessoa que atravessou uma provação, o sobrevivente. Em grego a palavra *martyros* significa testemunha. Então, é curioso como *Herculine Barbin* narra, como se estivesse passando por uma aprovação, e essa é em torno do seu “sexo verdadeiro”, que o põe ora do lado feminino, ora do lado masculino. Portanto, o texto autobiográfico de *Herculine Barbin* funciona como uma espécie de testemunho de sua condição sexual. Vejamos suas palavras: “Sofri muito, e sofri só! Abandonado por todos! Não havia lugar para mim nesse mundo que me evitava e considerava maldito” (BARBIN, 1982, p.13).

Outro aspecto relevante de ser pontuado é a respeito do limite entre a ficção e a “realidade”, que não pode ser claramente delimitado. A relação entre a literatura e a realidade é bastante complexa. Se, por um lado, o testemunho de *Herculine Barbin* resgata o que existiu de mais terrível na história de sua vida, por outro, ele busca fazer-se personagem de si mesma. Vejamos: “... escrevo apenas a história de minha vida, isto é, uma série de aventuras...” (BARBIN, 1982, p.40). Por isso, optaremos nesse artigo pela classificação que põe o memorialismo como um gênero de literatura que abrange a biografia, o ensaio, o diário, a autobiografia, e até mesmo a crítica literária.² Por conseguinte, as memórias de *Herculine Barbin* despertam uma modalidade de recepção nos seus leitores que mobiliza a “empatia” na mesma medida em que desarma a incredulidade; sua necessidade de testemunhar, de tentar dar forma aos sofrimentos que conheceu comove o leitor. Contudo, não é um registro puramente memorialista; há fortes elementos de ficcionalização como nos romances, contos e fábulas.

Trata-se oportuno clarificar o conceito de autobiografia, vejamos: “Narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz da sua própria existência, quando coloca a tônica na sua vida individual, em particular na história da sua própria personalidade” (LEJEUNE, 1975, p.14). As características desse tipo de texto são: 1- a relação de identidade entre autor, narrador e personagem. Narrador autodiegético; 2- a estrutura do tempo é de uma articulação retrospectiva, a narrativa é apresentada sob a forma de memórias (BUTOR, 1969, p.77); 3- o narrador tende a manifestar seu narcisismo, que emerge no seu relato, com atitudes ideológico-afetivas ligadas a história de sua vida; 4- a autobiografia é um gênero narrativo afim de outros gêneros de índole confessional como no diário. Já este último é muito marcado do ponto de vista temporal, isto significa que é um registro quotidiano de eventos e vivências, uma narração intercalada, enunciação intermitente; fragmentação diegética imposta pelo ritmo quotidiano dos atos e fatos narrados.

Do nosso ponto de vista, o texto de Herculine Barbin propicia questionar os difíceis limites entre o discurso memorialista e o discurso ficcional, entre o discurso ficcional e o discurso autobiográfico, além da complexa e sofrida condição da pessoa hermafrodita em sua época. Salientamos que seu texto consiste num testemunho lúcido de sua condição hermafrodita, um testemunho ético de um hermafrodito frente a uma realidade “inconcebível”. Vejamos: “Mas o que experimentei nenhuma palavra humana poderia exprimir” (BARBIN, 1982, p.32). Herculine Barbin inventa um modo todo seu de se fazer ser lida, de ler e de escrever a sua história própria, na qual as memórias têm esse caráter luminoso de resgate criador de uma experiência em meio às trevas, transformado o vivido. Utiliza os recursos estratégicos e estilísticos dos quais domina como menção aos textos clássicos da antiguidade, como, por exemplo *As Metamorfoses* de Ovídio, indo além do registro imediato dos fatos concretos, compondo um espaço de configuração literária mais amplo e complexo. Seu trato com a linguagem é fruto de sua formação, como ela bem coloca, vejamos:

Na leitura encontrava um alimento para aquela necessidade de conhecer que invadia todas as minhas aptidões. Essa ocupação que me era tão querida tinha também o poder de me distrair das tristezas confusas que então me dominavam por completo. Quantas vezes pedi para ser dispensada de passeios a fim de, com o livro nas mãos, passear sozinha³ pelas magníficas alamedas do nosso jardim! [...] Mais de uma vez me surpreendi

lendo em horas avançadas da noite. Era o meu divertimento, o meu lazer. Com isso, devo dizer, adquiri uma série de ensinamentos úteis. (BARBIN, 1982, p.18 e 26)

Seu texto atinge uma validade literária rara vezes atingida ou empreendida por seus congêneres. E quanto a ser escritora declara: “Se pudesse escrever um romance, seria mais dramático e comovente do que A. Duras ou um Paul Féval! Mas não posso me comparar aos gênios do drama” (BARBIN, 1982, p.40).

Northrop Frye na sua análise *Anatomia da crítica* contribui para nosso estudo na medida em que o texto de Herculine Barbin apresenta a mesma estrutura trágica sugerida por Frye. Vejamos: “Sei que as pessoas que me cercam me consideram muito estranho” (BARBIN, 1982, p.97). Isso faz parte da unidade da estrutura trágica de Frye na medida em que o caráter moral da motivação de escrever também caracteriza a tragédia. Herculine Babin diz: “O único objetivo de meu relato foi o de delatar uma questão de moralidade pública” (BARBIN, 1982, p.32). Outro aspecto é o tom heróico que dá a sua narração: “... sou capaz de julgar os homens e as coisas...” (BARBIN, 1982, p.21). É a mistura de heroísmo que dá a tragédia seu esplendor e animação característicos. O herói trágico teve normalmente um destino extraordinário no texto de Herculine Barbin, vejamos:

Minha natureza angelical, paira por sobre todas as vossas inomináveis misérias [...] A vós a terra, a mim o espaço sem limites. [...] Oh, quem poderia julgar os impulsos de pura embriaguez de uma alma que nada tem de terrestre e humano?! [...] Sim, lastimo por vós por que não sofrestes. Para sofrer é preciso ter um coração nobre, grande, e uma alma generosa. (BARBIN, 1982, p.93 e 94)

A *hybris* na tragédia é o agente precipitador da catástrofe, e, a queda do herói é por causa dessa *hybris*, e vemos dessa maneira Herculine Barbin cair na ruína. Seu texto combina os arquétipos clássicos da tragédia, romaneando sua narração contando a nós, seus leitores, suas histórias de amor:

1- Lea:

Eu a amei a primeira vista, e embora fisicamente ela não fosse deslumbrante, a graça e a simplicidade que todo o seu corpo vestia, tornavam-na irresistivelmente atraente [...] Eu a envolvia num culto ideal e apaixonado ao mesmo tempo. Eu era sua escrava, seu cão fiel e agradecido.

Eu a amava com aquele ardor que eu colocava em todas as coisas. [...] eu dizia: “Lea, eu te amo!””. [...] E assim se foi o primeiro amor da minha vida! (BARBIN, 1982, p.18,19 e 23)

2- Senhora Clotilde de R...

Assistia pela manhã a seu despertar, sempre matinal, tanto no verão quanto no inverno. Ajudava-a a vestir-se em seguida, e enquanto isso acontecia, nós discorriamos, cada uma mais do que a outra, sobre todos os assuntos possíveis. Quando o silêncio se impunha, eu a observava ingenuamente. Nada se comparava à brancura de sua pele. Era impossível admirar a graciosidade de suas formas sem que se ficasse deslumbrado. E isso era exatamente o que me acontecia. Muitas vezes não consegui deixar de dirigir-lhe um elogio... (BARBIN, 1982, p.24-5)

3- Thécla:

Tornei-me logo a amiga íntima de uma encantadora moça, chamada Thécla [...] No verão estudava-se no jardim, e lá estávamos nós, uma ao lado da outra, lendo com as mãos entrelaçadas. Vez em quando me inclinava em direção a ela para beijá-la, ... Beijava-a ora no rosto ora nos lábios, e isso se dava no mínimo vinte vezes a cada uma ora. (BARBIN, 1982, p.33-4)

4- Sara:

... eu e Sara nos amávamos como duas irmãs. [...] Eu a amava, eu a adorava! [...] Acalentamos o doce sonho de pertencermos uma à outra para sempre, diante do céu, isto é, pelo casamento. [...] Aquela doce menina que se tornara minha companheira e irmã, eu transformei em amante⁴!!! [...] Diante de mim, que era a amiga íntima⁵ de Sara, ninguém se sentia à vontade; naturalmente eu conhecia todos aqueles pequenos detalhes secretos trocados por pessoas do mesmo sexo!!! (BARBIN, 1982, p.46, 51, 54, 56, e 72)

Vemos, assim, Herculine nos narrar suas aventuras amorosas para com moças, ou seja, pessoas de seu mesmo sexo. Na condição ambígua em que se encontrava, pode nos crer que ela era ele e, portanto, era do amor de um homem para com mulheres que seu depoimento nos revela. Isso é tanto, que ela indigna-se com a idéia contrária a esse desejo. Vejamos:

As emoções da minha vida não são do tipo que se pode contar aos sete ventos. Há situações que poucas pessoas podem apreciar, e que certamente algumas mais grosseiras de nossa época usariam para dar uma interpretação tola dos fatos, interpretação que quase sempre é perigosa para mim, como eu mesmo tive oportunidade de constatar. Posso citar um

exemplo: Eu estava na estrada de ferro de... Um subchefe do escritório conversava comigo sobre a originalidade do meu passado. Ele acreditava de boa-fé que eu, tendo sido desejada por um jovem rapaz, me havia rendido a seus desejos, e com isso descoberto o meu verdadeiro sexo. Vê-se, portanto, até onde pode se estender a capacidade de me julgar, e que sérias conseqüências ela pode ter para mim, e para a minha tranqüilidade. (BARBIN, 1982, p.99-100)

Outra característica da autobiografia de Herculine é o caráter de confissão, vejamos: “Onde encontrar forças para dizer ao mundo que eu usurpara um lugar e um título interditados pelas Leis Divinas e humanas?” (BARBIN, 1982, p.54). Arte, vida e história estão conjugadas em seu relato, desempenha o papel efetivo de agente de transformação social ao denunciar e repugnar moralmente os atos sociais que ocorriam no exercício do Magistério e nas instituições a esse ligadas. Então, denuncia:

Certamente, todos sabem hoje da dependência vergonhosa em que são colocados os professores e professoras de internato. Além de serem alvo da calúnia e da maledicência de uma população que devem regenerar, têm também que se submeter à influência fatal e despótica de um padre orgulhoso de seu poder, que se não consegue fazer deles seus escravos os esmaga, sob o peso do ódio que espalhará em seus caminhos. O que eu vi permitirá citar a esse respeito vários exemplos. O momento, entretanto, não chegou ainda. Mas coro o risco inevitável com tais afirmações: o de ocasionar risos de incredulidade contra mim. Seja como for, creio estar cumprindo um dever, e afirmo que, à parte honrosas exceções, os funcionários que ousam atacar aqui são mais numerosos do que se imagina. Depois do padre, o mais terrível inimigo da educação é o inspetor primário. [...] Eu vi com meus próprios olhos cenas verdadeiramente inacreditáveis, de baixaza indigna, de abuso de poder, cenas por demais revoltantes para que eu possa contar aqui. (BARBIN, 1982, p.29-30)

Sua marca: testemunho individual. “Que destino o meu! Oh Deus! Que julgamento farão de mim os que conhecerem a trajetória da minha vida, essa que nenhum outro ser vivo antes de mim, percorreu?” (BARBIN, 1982, p.40). O eu retrospectivo da enunciação é uma marca do seu texto, diferenciando-o, portanto, do gênero diário, que tem a marcação do tempo precisa, diária. Observemos a marcação do tempo: “Eu tinha então sete anos ...” (BARBIN, 1982, p.14). “... pois eu não tinha ainda doze anos de idade quando a conheci, ...” (BARBIN, 1982, p.19). “Os anos se passaram. Eu ia fazer dezessete anos.” (Barbin, 1982:26). “Eu tinha dezenove...” (BARBIN, 1982, p.42). A única vez que Herculine Barbin refere-se a uma data precisa é: “No dia 20 de

agosto houve ...” (BARBIN, 1982, p.59). Dessa maneira, não justifica classificar seu relato como diário, ela mesmo intitula seu texto como: *Mes souvenirs*. E escreve: “Passo rapidamente por minhas recordações de infância, pois nenhum incidente veio entristecê-las” (BARBIN, 1982, p.15). Dessa maneira, seu texto será melhor classificado como sendo um memorialismo autobiográfico de caráter testemunhal.

A autobiografia tende a assimilar técnicas e procedimentos estilísticos próprios da ficção, e, Elizabeth Bruss em *Autobiographical acts. The changing situation of a literary genre (1979)* considera a autobiografia como um ato literário. O narrador é o próprio objeto da narração. Relações entre aquele que escreve, seu próprio passado e a maneira de dar-se a conhecer ao outro no risco permanente do deslizamento da autobiografia para o campo ficcional. O autor é objeto de sua própria narração. Autor, narrador e personagem (principal) são o mesmo. O tema é a sua existência pretérita.

A autobiografia apropriou-se, ao longo do seu desenvolvimento, de diversos procedimentos formais de outros tipos de discurso. Segundo o *Dicionário de Narratologia (1996)* de Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes, a autobiografia se define por: a- autor, narrador e personagem são o mesmo. b- as informações e os eventos narrados são verdadeiros, sendo passíveis de verificação pública. c- os processos narrativos que emprega são motivo de interesse para o leitor. O ato então de escrever sobre si mesmo, onde pela narração constrói sua imagem, podemos colocar em dúvida de seu ato escriturístico é ou não é uma manifestação do seu narcisismo. Visto que:

Justamente na idade em que se desenvolvem todas as graças femininas, meu andar e minhas formas não eram harmoniosas. Minha pele, doentiamente pálida, denotava um estado de sofrimento habitual. Meus traços visivelmente duros não passavam despercebidos. [...] meu corpo era literalmente coberto de pêlos, o que me obrigava, mesmo durante o verão, a manter os braços escondidos. Quanto ao meu talhe, era ridicularmente magro. Tudo em mim chamava a atenção, e eu me apercebia disso todos os dias. [...] Os corpos seminus, estendidos lado a lado sobre colchonetes improvisados eram tão belos que poderiam atrair a imaginação de um pintor. Não falo de mim (é óbvio). (BARBIN, 1982, p.33 e 40)

Essa questão é muito complexa e não cabe no bojo desta discussão nos prolongarmos nesse ponto de investigação.

O manuscrito de Herculine Barbin se diferencia do modelo diarista, diário, por esse último datar com precisão os diversos momentos da vida narrada, pois a

característica fundamental é o de respeitar o calendário e submeter-se a ele. O diário é um texto enraizado no cotidiano. Por sua vez, o que é mais difícil de ser atingido pela autobiografia, em razão do caráter seletivo da memória, que modifica, filtra e hierarquiza a lembrança, é a menor possibilidade maior de exatidão, de precisão e fidelidade à experiência real, justamente pela menor separação temporal entre o evento e o seu registro. Por outro lado, o ponto vantajoso da autobiografia reside, contudo, no fato de o retrocesso permitir que o caos e o contingente da experiência responsável pela fragmentação que acontece no diário, possam ser domados pela reflexão que reordena o passado e busca dar-lhe um sentido.

A autobiografia de Herculine Barbin é um auto-retrato que está profundamente ligado à proximidade da morte, como se fosse uma fotografia final antes da hora de morrer, um anúncio. Uma escrita lapidar que resume a essência de sua vida, numa operação confessional efetuada num momento em que o indivíduo sente-se já muito próximo da morte. Nas memórias a narratividade da vida do autor é contaminada pela dos acontecimentos testemunhados que passam a ser privilegiados; a narrativa do que foi visto e escutado, feito e dito. A autobiografia é o relato do que o indivíduo foi. As memórias de Herculine Barbin dentre muitas coisas nos leva a compreensão do sentido trágico do exílio, como aquele lugar suspenso entre uma origem (identidade) que se apagou na areia, e um fim que se deixa entrever já no início de seu relato: a morte. Ele diz: “Essa luta incessante da natureza contra a razão me consome cada vez mais e me arrasta a largos passos para o túmulo” (BARBIN, 1982, p.96). Uma morte bastante próxima desde a mais tenra idade: “Não havia um só ser humano que compartilhasse dessa imensa dor que se apoderou de mim no final da infância, idade em que tudo é belo porque toda perspectiva é nova e brilhante” (BARBIN, 1982, p.13). Visto que na história bíblica do nascimento de Jesus Cristo, esse último nasceu no exílio, pois seus pais, José e Maria, fugiram quando Heródoto ordenou matar todos os recém-nascidos. Portanto, a expressão “Deus nasceu no exílio!”, é sábia. É o nome de um romance conhecido, que coincidentemente conta sobre a vida e sobre a morte de um famoso escritor latino, que Herculine Barbin muito bem conhecia, pois:

Confesso que fiquei particularmente transtornada⁶ com a leitura das metamorfoses de Ovídio. Quem as conhece pode ter uma idéia do que significam. Esse achado tinha para mim uma singularidade que a

continuação de minha história provará. [...] O verdadeiro por mais exorbitante que seja não ultrapassa às vezes todas as concepções do ideal? As metamorfoses de Ovídio não estariam próximas disso? (BARBIN, 1982, p.26 e 83)

O texto mesmo que carregado de afetividade, possui certo controle estético, mesmo dizendo: “Para descrever o magnífico espetáculo que se oferecia aos nossos olhos seria necessário uma pena mais sábia do que a minha” (BARBIN, 1982, p.42). E, na certeza de ser lida na posteridade diz: “Pois, bem submeto-me aqui ao julgamento da posteridade que me lerá...” (BARBIN, 1982, p.56). O modo como existência, memória, tempo e narrativa se relacionam no texto de Herculine é peculiar. As memórias escritas em vida têm sempre como limite temporal o momento em que são produzidas. O tempo e as vivências que se desenrolam após o gesto narrativo inevitavelmente escapam ao olhar memorialista, no qual podemos observar passagens aparentemente contraditórias, como: “as emoções que me torturam não são do tipo que aumentam as forças” (BARBIN, 1982, p.43). E em outra passagem: “Diante do perigo, entretanto, sinto-me forte. A infelicidade me enche de coragem” (BARBIN, 1982, p.74).

Finalmente, concluímos que o texto de Herculine Barbin é uma fonte riquíssima em estudos comparados tanto para a literatura como para a história. É um texto marcado por um forte apelo emocional e estético.

HIGHLIGHTS IN THE AUTOBIOGRAPHICAL SPEECH IN THE DIARY OF HERCULINE BARBIN

Abstract: *I have proposed to present the partial results of my research into the study of the diary, made up by Abel / Adelaide Herculine Barbin`s memories (1838-1868), published by Michel Foucault in 1978 by Gallimard publishers. It`s about the personal report of Herculine Barbin on her own life experience as a hermafrodite. In this I focus on the writing style of the piece which escapes the common characteristics of the gender Diary as it is a text which doesn`t exclude the receiver and it opens itself in a constant dialogue with the reader rather than close in a monologue with no listener. Thus, based in the peculiarities of Herculine Barbin`s text I intend to contribute to the discussions of new approaches to the autobiography.*

Keywords: *Autobiography; Herculine Barbin; hermaphrodite.*

Referências Bibliográficas:

- ALBERTI, Verena. **Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, v.4, n. 7, p.66-81, 1991.
- ANDRÓGINO, HERMAFRODITO. *In*: BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia Grega**. Petrópolis: Vozes, 1993. v.1, p. 64-68, 544-548.
- ARIÉS, Philippe; BÉJIN, André. (Org.). **Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ARIÉS, Philippe. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, v.1, p.313; v. 2, p.326-670.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. São Paulo: DIFEL, 1982.
- _____. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 1977.
- _____. **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. **Novos ensaios críticos e o grau zero da escritura**. São Paulo: Cultrix, 1993.
- BETTELHEIM, Bruno. O conto de Fadas versus o mito: otimismo versus pessimismo. **A psicanálise dos contos de Fadas**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1980, p.45-52.
- BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BOOTH, Wayne C. **The rhetoric of fiction**. Chicago: University of Chicago Press, 1983.
- BRANDÃO, Junito de Souza. Hermafrodito. *In*: _____. **Mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 2000, v.2, p. 204-7.
- _____. Andrógino. *In*: _____. **Mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 2000, v. 2, p.75-7.
- _____. Andrógino. *In*: _____. **Mitologia grega**. Petrópolis: Vozes, 1987, v.3, p.33-41.
- CANDIDO, Antônio. Poesia e ficção na autobiografia. **A educação pela noite e outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1987, p.51-69.
- CARVALHO, Ana Cecília. **Escrita com fim, escrita sem fim: a poética do suicídio em Sylvia Plath**. 1998. 401 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada). Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.

- COLAPINTO, John. **Sexo trocado, a história real do menino criado como menina**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.
- DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- ERIBON, Didier. Precisamos de um Verdadeiro Sexo? (Foucault, o hermafroditismo e a identidade). *In*: _____. **Michel Foucault e seus contemporâneos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p.156-168.
- FOUCAULT, Michel. **Herculine Barbin dite Alexina B**. Présenté par Michel Foucault. Paris: Gallimard, 1978.
- _____. **Herculine Barbin: O Diário de um Hermafrodita**. Prefácio Michel Foucault; Novela Oscar Panizza. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- _____. **Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- _____. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____. **História da sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. **História da sexualidade 3: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- LEJEUNE, Phillipe. **Le pacte autobiographique**. Paris: Editions du Senil, 1975.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a filosofia e a literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- MAUSS, Marcel. Efeito físico no indivíduo da idéia de morte sugerida pela coletividade. *In*: _____. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: Edusp, 1974, v. 2, p.188-208.
- MONTAIGNE, Michel de. XXXI – A propósito de uma criança monstruosa. *In*: _____. **Ensaio**. São Paulo: Martins Fontes, 2000, v. 2, p.387-8.
- OVÍDIO. Salmácida, Hermafrodita. *In*: _____. **As metamorfoses**. Tradução de David Gomes Jardim Júnior. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1983, p.74-7.
- PLATÃO. **O Banquete ou Do amor**. Tradução, Introdução e notas de J. Cavalcante de Souza. Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.
- TEOFRASTO. **Os caracteres**. Texto estabelecido por Daisi Malhadas e Haiganuch Sarian. São Paulo: E.P.U., 1978, p.89-96.

Notas

¹Prefiro utilizar neste trabalho científico a palavra *hemafroditos* (transliterado diretamente do grego), pois assim mantém o sentido originário que essa apresenta. Portanto, substantivo do gênero masculino.

² Ver: SOUTO, José Correia do. *Dicionário de Literatura Portuguesa*.

³ Grifos de Herculine Barbin.

⁴ Grifos do tradutor.

⁵ Grifos do tradutor.

⁶ Grifos do tradutor.

EXPERIMENTAÇÃO CIENTÍFICA COM ANIMAIS: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS COMITÊS DE ÉTICA

Selson Garutti*

Bibiana Palma**

Resumo: *Em teoria, um Comitê de Ética para Animais é similar a um comitê de ética para humanos: ambos precisam de rigorosas regulamentações, código de ética para guiar a pesquisa, pessoas engajadas para entrar em um consenso que seja benéfico a todos os sujeitos da pesquisa, sem discriminar as características que levariam a diferentes patamares. De fato, isto parece possível, mas não é a realidade da pesquisa científica. Este estudo pretende avaliar as teorias dos principais especialistas, com destaque a Tom Regan, que analisam as discrepâncias morais entre humanos e animais para compreender se suas particularidades são realmente relevantes de modo a justificar a enorme disparidade existente no tratamento de cobaias animais e humanos.*
Palavras-chave: *Bioética; Comitês de Ética; Experimentação Animal.*

1. Introdução

O termo “bioética” foi criado pelo oncologista Van Rensselaer Potter e difundido por meio de sua obra *Bioethics: Bridge to the Future*, publicada em 1971. Inicialmente a intenção consistia em reformular a relação entre o homem e o meio ambiente, evidenciando a necessidade de calcular as atitudes humanas para se alcançar uma melhor qualidade de vida. Entretanto, no mesmo ano, fundou-se o Kennedy Institute for Study of Human Reproduction and Bioethics, na Georgetown University de Washington, cujos pesquisadores passaram a utilizar o desígnio para tratar das questões médicas e biológicas que exigem uma reflexão moral. De fato, a bioética em seu conceito, deve unir as ciências humanas e de saúde (POTTER, 1971).

Advindo da ética filosófica, tal neologismo também deve ser separado do que se entende por moral, já que esta é imposta baseando-se em um conjunto de normas de uma sociedade e sujeita a punição em caso de infração. Por outro lado, a ética consiste

* Professor do Departamento de Ciências Biológicas do Centro Universitário de Maringá (CESUMAR), Licenciado em História (UEM) e Mestre em Ciências da Religião (PUCSP). selsongarutti@hotmail.com

** Graduada em Ciências Biológicas pelo Centro Universitário de Maringá (CESUMAR). bibianapalma@hotmail.com.

em ponderar ações diversas, considerando a pluralidade moral e justificação racional, para orientar a tomada de decisões de maneira justa (NACONECY, 2006).

Relatos de abusos em pesquisas, tais como a prática médica nazista nos campos de concentração na época da Segunda Guerra Mundial (em que eram realizados testes de resistência física até observação de morte em câmaras de pressão, aplicação de venenos e agentes infecciosos, entre outros) e pesquisas conduzidas por japoneses em território Chinês no período de 1930 a 1945 (cirurgias experimentais, congelamento de partes do corpo e exposição a raio-x) resultaram na publicação de documentos para orientar a realização de pesquisas, vide o Código de Nuremberg (1947), a Declaração de Helsinque (1964) e o Relatório de Belmont (1978) . (MARTIN, 2006).

A bioética não veio exclusivamente para impor limites a estas práticas - mesmo porque é de cunho moral a imposição de dogmas – mas para reavivar valores perdidos pela sociedade. Para tanto, criou-se nos Estados Unidos da América (1968) as Comissões de Ética em Pesquisa, a fim de atender aos requisitos iniciados com o Código de Nuremberg por uma conduta científica coerente. Também, por efeito dos documentos anteriores e o conhecimento de escândalos com pesquisas em animais, implementou-se em 1985 (EUA) a revisão dos protocolos de pesquisas em animais pelas comissões institucionais.

No Brasil, foi constituída a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa e os Comitês de Ética em Pesquisa, contidos na Resolução nº196 de 1996 do Conselho Nacional de Saúde, em busca da regulamentação das pesquisas com seres humanos. A criação dos Comitês de Ética, para uso de animais, deu-se no país por interesse próprio das instituições de pesquisa e universidades. Possivelmente, vieram também para atender ao reflexo do debate internacional e das exigências editoriais para publicação de artigos científicos (PAIXÃO, 2004).

Tais comissões para animais permanecem, até então, desfavorecidas pela falta de legislação suficiente para experimentação. Desta forma, faz-se necessária a discussão sobre as possíveis causas do abismo que há entre a conduta dos comitês acima citados, bem como as soluções para se fazer Ciência de maneira justa para todas as partes envolvidas. O presente trabalho tem como objetivo pesquisar o que os filósofos e especialistas em bioética argumentam na defesa dos animais e suas reflexões sobre o que a sociedade deve exigir dos pesquisadores.

2. Fundamentos e finalidades dos Comitês de Ética para Animais

A criação de comissões de pesquisa voltadas para os cuidados animais está vinculada a diversos fatores. Conforme Rezende et al (2008),

O Código de Nuremberg determinou que os resultados da experimentação com animais fossem utilizados como base para os experimentos com seres humanos. Nesse aspecto, a Declaração de Helsinque reafirma a posição do Código de Nuremberg e vai além, quando reconhece que devem ser tomados cuidados na condução de experimentos que possam afetar o meio ambiente e o bem-estar dos animais utilizados para a pesquisa.

Um fato crucial e determinante para orientar tais comissões é a doutrina dos três “R’s”, proposta em 1959 na Inglaterra. Esta teve repercussão mundial e foi idealizada por Charles Hume (fundador da Federação de Universidades para o Bem-Estar Animal), o imunologista (ganhador do prêmio Nobel) Peter Medawar e William Lane Petter (secretário da Sociedade de Defesa da Pesquisa na Grã-Bretanha) em parceria com o zoologista William Russel e o microbiologista Rex Burch. Os “R’s” consistem em Reduction (Redução) – e pondera o uso e sofrimento infligido aos animais em relação aos objetivos e benefícios almejados, visando no mínimo limitar o número de cobaias; Refinement (Refinamento) – cuja preocupação é com o bem-estar geral dos animais, em nível de instalações adequadas e supressão da dor; e, por último, Replacement (Substituição) – que estimula a procura por métodos alternativos ao uso do modelo animal (LEVAI 2001).

Os movimentos de proteção aos animais sofreram grande pressão das instituições, principalmente a partir de 1970, quando passaram a pressionar universidades e indústrias após descobrirem maus-tratos decorrentes das pesquisas científicas que envolvesse animais.

Na década de 80, a política editorial exerce (mesmo que indiretamente) sua influência sobre os comitês acerca da publicação de artigos científicos, principalmente em 1988, ano em que o Comitê Internacional dos Editores de Revistas Médicas passou a exigir dos autores a identificação das técnicas utilizadas no estudo referentes ao manuseio do animal (AZEVEDO, 2006), tornando o artigo passível de rejeição caso não

fossem eticamente compatíveis com a legislação do país destinatário ou diretrizes seguidas pela revista (FEIJÓ, 2004).

No Brasil o tema é ainda mais recente, uma vez que muitas instituições de ensino ainda não possuem seu próprio comitê. Nestes casos, a responsabilidade de analisar os projetos envolvendo animais cabe aos Comitês de Ética em Pesquisa com Humanos – através das normas propostas pelo Colégio Brasileiro de Experimentação (COBEA) e da Resolução 196/96 que direciona as pesquisas com seres humanos (HOSSNE, 2008) - ou mesmo à parceria feita com outras instituições que o possuam.

Dentre as responsabilidades mínimas atribuídas aos comitês de ética em pesquisa com animais, destaca-se:

[...] revisar os programas das instituições de cuidado e uso humanitário dos animais; revisar e aprovar ou reprovar protocolos de investigação que irão iniciar ou já iniciados, avaliando os itens referentes ao bem-estar animal; aprovar o uso de animais com patologia experimental por longo tempo; avaliar métodos adequados de eutanásia, trauma excessivo, dor e sofrimento (OSÓRIO; ROSENKRANZ, 1990 apud FEIJÓ, 2004).

Além destas, recomenda-se considerar as indicações dos três “R’s”; proporcionar atendimento veterinário aos animais, quando necessário e fazer inspeções nos laboratórios de manipulação e biotérios (STEWART, 1987 apud MORAES, 2005). Em poucas palavras, os comitês devem “assegurar que os animais sob a sua supervisão sejam mantidos e utilizados de uma forma humanitária” (PODOLSKY, 1999 apud MORAES, 2005).

Os comitês de ética para animais são órgãos que deveriam ser compostos por membros multidisciplinares, porém observa-se que entre estes predominam pesquisadores que fazem uso de animais em aulas práticas e experimentos. Paixão (2008) afirma que “a própria existência de uma comissão de ética composta em sua maioria por cientistas torna-se questionável e pode ser criticada por apoiar-se em um consenso prévio a favor do uso de animais como modelos de pesquisa”. Desta forma sua finalidade inicial pode acabar sendo prejudicada, também porque se torna mais importante ajudar a autorizar as pesquisas dos colegas (evitando embates) do que questionar a moralidade da cobaia.

Paixão (2004) sugere ainda que devessem participar dos comitês, além dos próprios pesquisadores, outros representantes comprometidos com o bem-estar (teoricamente, como médicos veterinários) e a proteção animal (como ativistas protetores, especialistas em ética e direitos).

Para Organização Mundial de Saúde (2002), “é essencial que os Comitês de Ética para humanos estejam constituídos e atuem de acordo com quatro princípios para a revisão ética: independência, competência, pluralismo e transparência”. Paixão (2008) reitera que estes devem ser considerados também em relação aos comitês para animais.

3. Legislação Brasileira sobre a experimentação em animais

A legislação brasileira referente à experimentação animal, a nível federal e específico para esta natureza, foi regulamentada apenas em oito de Outubro de 2008, 13 anos após ser elaborada pelo falecido deputado Sérgio Arouca (recebendo, portanto, a alcunha de “Lei Arouca”, de nº 11.794), e assinada pelo Presidente da República em 4 de Agosto de 2009.

Sua aprovação levou à revogação da Lei nº 6.638, de 8 de Maio de 1979, que segundo Paulino (2008) nunca foi regulamentada completamente. A lei revogada estabelecia “normas para a prática didático-científica da vivisseção de animais”, tais como:

Art 1º - Fica permitida, em todo o território nacional, a vivisseção de animais, nos termos desta Lei.

Art 2º - Os biotérios e os centros de experiências e demonstrações com animais vivos deverão ser registrados em órgão competente e por ele autorizados a funcionar.

Art 3º - A vivisseção não será permitida:

I - sem o emprego de anestesia;

II - em centro de pesquisas os estudos não registrados em órgão competente;

III - sem a supervisão de técnico especializado;

IV - com animais que não tenham permanecido mais de quinze dias em biotérios legalmente autorizados;

V - em estabelecimentos de ensino de primeiro e segundo graus e em quaisquer locais freqüentados por menores de idade.

Art 4º - O animal só poderá ser submetido às intervenções recomendadas nos protocolos das experiências que constituem a pesquisa ou os programas de aprendizado cirúrgico, quando, durante ou após a vivisseccção, receber cuidados especiais.

§ 1º - Quando houver indicação, o animal poderá ser sacrificado sob estrita obediência às prescrições científicas.

§ 2º - Caso não sejam sacrificados, os animais utilizados em experiências ou demonstrações somente poderão sair do biotério trinta dias após a intervenção, desde que destinados a pessoas ou entidades idôneas que por eles queiram responsabilizar-se (BRASIL, 1979).

Há ainda a Lei nº 9.605, de 12 de Fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, dentre elas:

Art. 32. Praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos:

Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa.

§ 1º Incorre nas mesmas penas quem realiza experiência dolorosa ou cruel em animal vivo, ainda que para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço, se ocorre morte do animal (BRASIL, 1998).

Esta lei contempla a substituição proposta pela doutrina dos três “R’s” e ainda, tem o diferencial de considerar seu não cumprimento um ato criminoso. Por esse motivo não é muito bem vista pela comunidade científica.

Por esta discordância em relação à lei acima citada, a validação da Lei Arouca foi muito esperada pelos pesquisadores. Por meio dela é oficializada a criação do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA) que será responsável por controlar as normas e delimitações acerca das comissões para animais (agora obrigatórios nas instituições que fazem uso destes), biotérios e afins, buscar métodos substitutivos ao uso de animais, entre outras atribuições.

Os comitês, por sua vez, devem ser integrados por médicos veterinários, biólogos, docentes e pesquisadores na área específica e apenas um representante das sociedades protetoras dos animais. Desta forma, não difere muito do padrão observado atualmente. Já a implementação requer autorização do CONCEA.

Alguns pontos merecem destaque na nova Lei, dentre eles a abordagem a respeito de procedimentos que possam infligir dor e sofrimento:

§ 4º O número de animais a serem utilizados para a execução de um projeto e o tempo de duração de cada experimento será o mínimo indispensável para produzir o resultado conclusivo, poupando-se, ao máximo, o animal de sofrimento.

§ 5º Experimentos que possam causar dor ou angústia desenvolver-se-ão sob sedação, analgesia ou anestesia adequadas.

§ 6º Experimentos cujo objetivo seja o estudo dos processos relacionados à dor e à angústia exigem autorização específica da comissão (CEUA), em obediência a normas estabelecidas pelo CONCEA.

§ 7º É vedado o uso de bloqueadores neuromusculares ou de relaxantes musculares em substituição a substâncias sedativas, analgésicas ou anestésicas.

§ 9º Em programa de ensino, sempre que forem empregados procedimentos traumáticos, vários procedimentos poderão ser realizados num mesmo animal, desde que todos sejam executados durante a vigência de um único anestésico e que o animal seja sacrificado antes de recobrar a consciência.

§ 10. Para a realização de trabalhos de criação e experimentação de animais em sistemas fechados, serão consideradas as condições e normas de segurança recomendadas pelos organismos internacionais aos quais o Brasil se vincula.

Art. 15. O CONCEA, levando em conta a relação entre o nível de sofrimento para o animal e os resultados práticos que se esperam obter, poderá restringir ou proibir experimentos que importem em elevado grau de agressão (BRASIL, 2008).

As considerações acima pronunciadas remetem à falta de preocupação com o sujeito da pesquisa em questão, pois sugere uma obrigação ao uso de supressores da dor, exceto quando esta for o foco da pesquisa. Os cientistas costumam se defender das associações de proteção animal com o argumento de que não são indivíduos tomados pelo sadismo, em referência ao fato de que não há intenção alguma em causar sofrimento aos animais. Por outro lado, sabe-se que a beneficência não significa não-maleficência. Enquanto a primeira corresponde a uma obrigação moral de atuar em benefício de outrem, esta última diz sobre “reduzir” os riscos da experimentação (BEAUCHAMP, 1994 apud BRASIL, 2006).

Ainda sobre a mais recente lei em vigor, nota-se a clara mudança de penalização para possíveis infrações cometidas na área:

Art. 17. As instituições que executem atividades reguladas por esta Lei estão sujeitas em caso de transgressão às suas disposições e ao seu regulamento, às penalidades administrativas de:

I – advertência;

II – multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais);

III – interdição temporária;

IV – suspensão de financiamentos provenientes de fontes oficiais de crédito e fomento científico;

V – interdição definitiva.

Parágrafo único. A interdição por prazo superior a 30 (trinta) dias somente poderá ser determinada em ato do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, ouvido o CONCEA.

Art. 18. Qualquer pessoa que execute de forma indevida atividades reguladas por esta Lei ou participe de procedimentos não autorizados pelo CONCEA será passível das seguintes penalidades administrativas:

I – advertência;

II – multa de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

III – suspensão temporária;

IV – interdição definitiva para o exercício da atividade regulada nesta Lei (BRASIL, 2008).

Sendo assim, além de permitir experiência dolorosa, perde-se a rigorosidade implementada na Lei nº 9.605 sob pena de detenção em seu descumprimento. Há uma notória liberação burocrática das pesquisas com animais, mesmo que isto signifique uma oposição à tendência mundial de redução destas práticas (LEVAI 2001).

4. O animal como sujeito moral

A intensa utilização de animais na Ciência deve-se ao pensamento racionalista de René Descartes (1596-1650), filósofo francês que criou a teoria do animal-máquina, em que os animais seriam desprovidos de sentimentos e sensações como dor e prazer, sendo seus gritos equivalentes ao ranger de uma máquina. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) contraria tal teoria em várias de suas obras, afirmando que embora o ser humano se sinta superior a outros seres, deve considerar sua fragilidade e ainda por estes motivos tem dever sobre a proteção dos mesmos.

Dessa maneira, não se é obrigado a fazer do homem um filósofo, em lugar de fazer dele um homem; seus deveres para com outrem não lhe são ditados unicamente pelas tardias lições da sabedoria; e, enquanto não resistir ao impulso interior da comiseração, jamais fará mal a outro homem, nem mesmo a nenhum ser sensível, exceto no caso legítimo em que, achando-se

a conservação interessada, é obrigado a dar preferência a si mesmo. Por esse meio, terminam também as antigas disputas sobre a participação dos animais na lei natural; porque é claro que, desprovidos de luz e de liberdade, não podem reconhecer essa lei; mas, unidos de algum modo à nossa natureza pela sensibilidade de que são dotados, julgar-se-á que devem também participar do direito natural e que o homem está obrigado, para com eles, a certa espécie de deveres. Parece, com efeito, que, se sou obrigado a não fazer nenhum mal a meu semelhante, é menos porque ele é um ser racional do que porque é um ser sensível [...] (ROUSSEAU, 2005).

O filósofo iluminista Voltaire também desferiu críticas em relação ao pensamento mecanicista de Descartes, alegando ser ilógico um animal possuir os mesmos órgãos de sensações que o ser humano sem ser capaz de sentir dor e desenvolver sentimentos similares,

Que ingenuidade, que pobreza de espírito, dizer que os animais são máquinas privadas de conhecimento e sentimento, que procedem sempre da mesma maneira, que nada aprendem, nada aperfeiçoam! Será porque falo que julgas que tenho sentimento, memória, idéias? Pois bem, calo-me. Vês-me entrar em casa aflito, procurar um papel com inquietude, abrir a escrivaninha, onde me lembra tê-lo guardado, encontrá-lo, lê-lo com alegria. Percebes que experimentei os sentimentos de aflição e prazer, que tenho memória e conhecimento. Vê com os mesmos olhos esse cão que perdeu o amo e procura-o por toda parte com ganidos dolorosos, entra em casa agitado, inquieto, desce e sobe e vai de aposento em aposento e enfim encontra no gabinete o ente amado, a quem manifesta sua alegria pela ternura dos ladridos, com saltos e carícias. Bárbaros agarram esse cão, que tão prodigiosamente vence o homem em amizade, pregam-no em cima de uma mesa e dissecam-no vivo para mostrarem-te suas veias mesentéricas. Descobres nele todos os mesmos órgãos de sentimentos de que te gabas. Responde-me maquinista, teria a natureza entrosado nesse animal todos os órgãos do sentimento sem objetivo algum? Terá nervos para ser insensível? Não inquires à natureza tão impertinente contradição (VOLTAIRE, 2002)

De acordo com o filósofo inglês Jeremy Bentham (1749-1832), um dos fundadores do utilitarismo,

(...) chegará o dia em que o restante da criação animal possa readquirir aqueles direitos que jamais poderiam ter sido retirados deles a não ser pelas mãos da tirania. Os franceses já descobriram que a pele escura não é razão para que um ser humano seja abandonado sem alívio aos caprichos de um torturador. Um dia poderá ser reconhecido que o número pernas, as

vilosidades da pele ou o de término da coluna vertebral são razões igualmente insuficientes para se abandonar um ser senciente ao mesmo destino. Que fator então deveria traçar a linha insuperável? A capacidade de raciocinar, ou talvez a capacidade de se comunicar? Mas um cavalo ou um cão adulto é um ser muito mais racional e comunicativo que um bebê de um dia, uma semana ou um mês de vida. Mas suponhamos que fosse diferente, e daí? A questão não é Os animais podem raciocinar? nem Os animais podem falar? mas sim Podem os animais sofrer? (BENTHAM, 1789 apud MOLENTO, 2005)

Assim, aumentou-se a discussão sobre designar direitos aos animais, justificando que não é a capacidade de raciocínio ou expressão por uma linguagem, mas a de sofrer que deve ser considerada para incluí-los no âmbito moral, mesmo porque bebês e pessoas acometidas de deficiências mentais severas não se enquadram nestas exigências e ainda assim devem ser igualmente respeitados.

Em 1970 surge o termo “especismo”, denominado pelo psicólogo dorista Richard Ryder como o preconceito do ser humano em relação às outras espécies, já que os interesses destas são diminuídos em favor daquele.

A união do utilitarismo de Jeremy Bentham com os termos de Richard Ryder deu base para um dos filósofos de maior destaque no movimento moderno quando o assunto é ética para com os animais: o professor de Bioética australiano Peter Singer. Em 1975, publicou o livro “Libertação Animal”, tido até recentemente como principal referência para os movimentos que buscam incluir os animais em nossa escala moral, porém há algum tempo vem sendo criticado por seu utilitarismo. Peter Singer não encontra razões para se opor à exploração de animais caso seja considerado seu bem-estar, embora esclareça que hoje não encontra bons exemplos desta exploração onde haja respeito, sendo mais indicado não consumir qualquer produto de origem animal. Reitera que, desde que seja permitida uma vida plena e agradável, seria justificável uma morte indolor e acredita que os animais não têm qualquer interesse em suas vidas. Portanto, desde que haja benefícios à cabaia, Singer (2004) admite que ocorra vivissecção.

O utilitarismo de Singer começa a encontrar forte oposição com um dos maiores especialistas em Bioética do mundo, o escritor e filósofo norte-americano, de corrente deontologista, Tom Regan, com destaque para as publicações “The Case for Animal Rights” (no ano de 1983) e “Empty Cages: Facing the Challenge of Animal Rights”

(2004), esta última publicada em português como “Jaulas Vazias” (2006). Regan (2006) cria o termo “sujeitos-de-uma-vida” para definir os seres que se importam com sua vida, liberdade e integridade física, têm consciência de sua existência e possuem determinadas habilidades cognitivas, características que são compartilhadas entre alguns animais e o homem, portanto todos estes deveriam ter direitos equivalentes. Embora este conceito não se estenda a todas as espécies, o filósofo enfatiza sua aplicação a mamíferos e aves, por possuírem valor intrínseco como indivíduos que não pode ser desrespeitado. Defende o direito do indivíduo e a obrigação moral de se tratar animais e humanos da mesma maneira, excluindo qualquer forma de exploração dos “sujeitos-de-uma-vida”.

Contemporâneo a Regan há o filósofo norte-americano Gary Francione, abolicionista que concede status moral a animais pelo simples fato de serem sencientes, independente de sua capacidade cognitiva. Sustenta a idéia de que não é possível garantir direitos aos animais enquanto permanecerem como propriedades dos homens, já que os direitos serão relativos aos anseios do proprietário. Francione ganha destaque pela forte oposição ao utilitarismo e a movimentos que buscam apenas o bem-estar dos animais, justificando que não garantem o fim da exploração animal, e sim sua continuidade.

No Brasil ainda há pouca publicação sobre esta atribuição de direitos morais a sujeitos não-humanos. João Epifânio Régis Lima, biólogo doutor em Filosofia pela USP, questiona “a postura científica dominante, na qual o capitalismo, o cientificismo e o tecnicismo constituem o tripé ideológico que sustenta as bases do sistema social vigente” (LEVAI, 2006). Sobre a vivissecção (uso de animais vivos em experiências), Leval afirma

[...] defender a vivissecção como técnica única (ou unicamente confiável) de exploração biológica a nível orgânico e médico é partir do princípio (positivista) de que apenas os fatos concretos e diretamente observáveis são fontes seguras de conhecimento. [...] Além de considerarem a ciência como a forma por excelência de adquirir conhecimento sobre o mundo, adota-se uma maneira particular de resolver problemas específicos a uma determinada área do conhecimento como sendo única, caracterizando a imersão em um paradigma, o qual, estando acima de qualquer suspeita, não é questionado. [...] A vivissecção, ou os pressupostos e princípios de que ela parte, acabaria desempenhando papel importante como afirmadora de uma ordem cultural de uma hegemonia, na medida em que define quem mata e

quem morre, quem é sacrificável e quem não o é. [...] Mal necessário significando “não gosto, mas não há saída, não tenho saída” revela um acuidade, um constrangimento de possibilidades de ação (LIMA, 1995 apud LEVAI, 2006).

Compartilhando do pensamento abolicionista de Gary Francione, a filósofa e professora brasileira Sonia Felipe tem dado grandes contribuições ao movimento pelos direitos animais no Brasil, sendo inclusive reconhecida internacionalmente por seus trabalhos, estando entre os principais “Ética e experimentação animal: fundamentos abolicionistas” (2007) e “Por uma questão de princípios” (2003). Felipe defende a desapropriação sobre os animais em todos os setores, desde o consumo até o uso em pesquisas científicas.

5. O problema dos comitês de ética voltados aos animais

Quando se pretende fazer uma pesquisa utilizando seres humanos, alguns requisitos básicos determinam se ela é ética ou não. Tais requisitos são nada mais que justificativas de valores estabelecidas por Beauchamp e Childress em 1989, sendo elas o respeito à autonomia individual, a justiça, a beneficência e a não maleficência.

A atribuição da autonomia refere-se ao termo de consentimento livre e esclarecido, onde constam os benefícios, riscos e inclusive a liberdade ao sujeito de pesquisa de abandonar o estudo a qualquer momento, ou seja, o trabalho ocorrerá mediante autorização do indivíduo estudado. A justiça entra no princípio da equidade para a seleção de pessoas, em que se assegura o tratamento eticamente adequado. A beneficência engloba avaliar a relação entre os possíveis riscos e benefícios, visando o aumento destes em detrimento daqueles e a não-maleficência reitera que os prejuízos devem ser os mínimos possíveis (de preferência que não aconteçam). Os comitês de ética voltados aos seres humanos norteiam-se através destes princípios para validar os estudos que passam por sua avaliação (BRASIL, 2006).

Comparando tais comitês com os que cuidam das questões animais, observa-se uma discrepância colossal. Enquanto as leis e normas que regem as experiências em seres não-humanos permitem – quando não obrigam – a morte do sujeito da pesquisa, os comitês para pessoas exigem o mínimo risco, e ainda ‘se’ houver. Retomando a teoria de Tom Regan que, aliás, é amparada pela Ciência (mais precisamente da Etologia) se

pensarmos que a cada dia surge uma nova descoberta sobre a capacidade cognitiva dos bichos, pode-se considerar que há certa lógica em atribuir também os princípios de Beauchamp e Childress aos comitês para animais, já que ambos os sujeitos de pesquisa estariam enquadrados entre os sujeitos-de-uma-vida.

Analisando criteriosamente, muito iria mudar no funcionamento destes órgãos caso fossem designados direitos morais aos animais. A justiça e o tratamento seriam além do utilitarismo e bem-estar de Peter Singer, a beneficência buscaria resultados compatíveis aos interesses dos animais – embora seja difícil acreditar que algum deles gostaria de estar sendo manipulado por uma pessoa – e a não-maleficência garantiria riscos mínimos à sua integridade física. Entretanto, voltando à beneficência e focando o princípio da autonomia, seria impossível obter de um animal o consentimento livre, já que este tem anseios próprios em sua vida, e é muito menos esclarecido, pois estas pesquisas em sua maioria refletem unicamente os interesses dos seres humanos.

Portanto pode-se admitir que, segundo o raciocínio de Regan, os comitês de ética para pesquisa animal encontrados atualmente vão contra as vontades dos animais, pois além de infligir dor e até mesmo findar suas vidas, não consideram em momento algum a atribuição de direitos morais aos seus sujeitos de pesquisa. Para facilitar o entendimento, basta pensarmos em um comitê de ética vigente para pessoas que desconsidere os direitos humanos e seja oposto aos princípios de Beauchamp e Childress.

6. Considerações Finais

Como foi dito, a utilização de animais na experimentação científica deve muito, ainda hoje, ao pensamento cartesiano. Entretanto, novas teorias foram desenvolvidas para inserir os animais na esfera dos direitos morais. Embora os comitês de ética tenham sido criados para minimizar o surgimento de casos eticamente questionáveis na produção científica, sua base fundamental se perde em meio ao antropocentrismo instaurado entre seus membros quando o sujeito da pesquisa não teve a sorte de nascer “a sua imagem e semelhança”. Um professor chamado Charles Magel disse, certa vez:

Pergunte aos vivisseccionistas por que eles experimentam em animais e eles responderão “Porque os animais são como nós”. Pergunte aos

vivisseccionistas por que é moralmente correto experimentar em animais e eles responderão: “Porque animais não são como nós”. A Experimentação animal apóia-se em contradição de lógica.

Pedir pela revisão da conduta atual dos comitês de ética para pesquisa com animais está longe de ser uma limitação ao avanço das ciências médicas e biológicas, tal barreira não ocorreu quando foram redigidos documentos em proteção aos seres humanos cujos direitos eram violados, e nem há de acontecer agora. A questão central não deveria ser se a experimentação utilizando animais é produtiva, e sim se é ética, mesmo que não houvesse modelos substitutivos mais seguros que o modelo animal. Acontece que os cientistas que utilizam animais acomodaram-se com o caminho mais fácil de chegar a um fim, e hoje se sentem “nus” quando alguém ameaça tirar-lhes a ferramenta que os acompanha há tantos anos. Pesquisar sem modelos orgânicos é deveras trabalhoso, requer inventar novas ferramentas para finalmente poder utilizá-las. Desta forma a Ciência se perde em rituais metodológicos, perdendo também sua essência desafiadora e assim, friamente, justifica-se o mal de muitos pelo bem da Ciência.

ANIMAL SCIENTIFIC EXPERIMENTATION: CONSIDERATIONS ABOUT ANIMAL ETHICS COMMITTEE

Abstract: *In theory, a Committee of Ethics for Animals is similar to an ethics committee for humans: both need rigorous regulations, ethics code to guide the research, people engaged to enter in a consensus that is beneficial the all the subject of the research, without discriminating the characteristics that would take to different landings. In fact, this seems possible, but it is not the reality of the scientific research. This study intends to evaluate the main specialists' theories, with prominence to Tom Regan, that you/they analyze the moral discrepancies between humans and animals to understand if their particularities are really relevant in way to justify the enormous existent disparity in the treatment of animal guinea pigs and humans.*

Keywords: *Animal experimentation; Bioethics; Ethics Committee.*

Referências Bibliográficas:

AZEVÊDO, D. M. M. R. Experimentação Animal: aspectos bioéticos e normativos. In: Sérgio Costa; Malu Fontes; Flávia Squinca. (Org.). **Tópicos em Bioética**. Brasília: Letras Livres, 2006.

BENTHAM, Jeremy. **An Introduction to the Principles of Morals and Legislation**, 1789.

BRASIL. Lei nº 6.638. **Estabelece normas para a prática didático-científica da vivisseção de animais e determina outras providências**. Diário Oficial da União. 1979 10 maio.

BRASIL. Lei nº 9.605. **Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências**. Diário Oficial da União. 1998 13 fev.

BRASIL. Lei n 11.794. **Regulamenta o inciso VII do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelecendo procedimentos para o uso científico de animais; revoga a Lei nº 6.638, de 8 de maio de 1979; e dá outras providências**. Diário Oficial da União. 2008 8 out.

BRASIL. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos Departamento de Ciência e Tecnologia. **Capacitação para comitês de ética em pesquisa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CASTILHO, Euclides Ayres de; KALIL, Jorge. Ética e pesquisa médica: princípios, diretrizes e regulamentações. **Rev. Soc. Bras. Med. Trop.**, Uberaba, v. 38, n. 4, ago. 2005. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0037-86822005000400013&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 12 abr. 2009.

DINIZ, D; GUILHEM, D. **O que é Bioética?** São Paulo: Brasiliense, 2002.

ENGELHARDT JR., H. Tristam. **Fundamentos da bioética**. São Paulo: Loyola, 2004.

FEIJÓ, Anamaria. A função dos comitês de ética institucionais ao uso de animais na investigação científica e docência. **Bioética**. 2004

FELIPE, Sônia T. **Ética e experimentação animal: fundamentos abolicionistas**. Florianópolis: UFSC, 2007.

FERRARI, G. B. **Experimentação Animal: Aspectos históricos, éticos, legais e o direito à objeção de consciência**. Monografia de conclusão de curso apresentada à Instituição Toledo de Ensino. Faculdade de Direito de Bauru, 2003.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito; DALLARI, Sueli Gandolfi. The need for adequate ethical guidelines for qualitative health research. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, abr. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232008000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 12 abr. 2009.

HOSSNE, William Saad. Comissão de Ética Animal. **Ciência e Cultura** (SBPC). São Paulo, 2008.

KOERICH, Magda Santos; MACHADO, Rosani Ramos; COSTA, Eliani. Ética e bioética: para dar início à reflexão. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v.14, n.1, mar. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072005000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 12 abr. 2009.

LEVAI, Laerte Fernando. Crueldade consentida: Crítica à razão antropocêntrica. **Revista Brasileira de Direito Animal**, Salvador, v.1, n.1, jan. 2006.

LEVAI, Tamara Bauab. **Vítimas da Ciência: Limites Éticos da Experimentação Animal**. Campos do Jordão: Editora Mantiqueira, 2001.

LIMA, Wothan Tavares de. Entendimento humano da experimentação animal. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 60, n. 2, 2008. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000200013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Apr. 2009.

MARTIN, M. M. . Ética em Pesquisa: uma perspectiva brasileira, In: BRASIL. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos Departamento de Ciência e Tecnologia. **Capacitação para comitês de ética em pesquisa**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

MIRANDA, Luiz Carlos Duarte de. A produção científica e a ética em pesquisa. **Rev. Col. Bras. Cir.**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 6, dez. 2006 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-69912006000600015&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 12 abr. 2009.

MOLENTO, C. F. M. . Senciência Animal. **Revista do Conselho Regional de Medicina Veterinária**, Curitiba, v. 16, p. 18-18, 2005.

MORAES, C. G. **O Uso didático de animais vivos e os métodos substitutivos em Medicina Veterinária**. Monografia de conclusão de curso apresentada a

Universidade Anhembi Morumbi. São Paulo, 2005.

NACONECY, C. M. **Ética & Animais**: um guia de argumentação filosófica. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Surveying and Evaluating Ethical Review Practices**.TDR/PRD/ETHICS/2002.

PADILHA, Maria Itayra Coelho de Souza et al . A responsabilidade do pesquisador ou sobre o que dizemos acerca da ética em pesquisa. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis, v.14, n.1, mar. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072005000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em: 12 abr. 2009.

PAIXÃO, R. L. **Experimentação Animal**: razões e emoções para uma ética. Rio de Janeiro, 2001. Dissertação (Doutorado em Saúde Pública) – Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 2001.

_____. As Comissões de Ética no Uso de Animais. **Revista do Conselho Federal de Medicina Veterinária**. Brasília, 2004.

_____. Os Desafios das Comissões de Ética no Uso de Animais. **Ciência Veterinária nos Trópicos**, 2008.

PAULINO, A. A. C. **Conflitos e interesses acerca do controle da experimentação animal em São Paulo**. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

POTTER, V. R. **Bioethics**: Bridge to the Future. New Jersey, Prentice-Hall, 1971.

REGAN, Tom. **Jaulas Vazias**: encarando o desafio dos direitos animais. Porto Alegre: Lugano, 2006.

REZENDE, Angélica Heringer de; PELUZIO, Maria do Carmo Gouveia; SABARENSE, Céphora Maria. Animal experimentation: ethics and the Brazilian legislation. **Rev. Nutr.**, Campinas, v. 21, n. 2, Apr. 2008 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732008000200010&lng=en&nrm=iso>.

RODRIGUES, Danielle Tetu. **O direito & os animais**: uma abordagem ética, filosófica e normativa. Curitiba: Juruá, 2008.

ROUSSEAU, J-J. **Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. São Paulo: Martin Claret, 2005

- SHERIDAN, Patrick J. **Introduction to the History and Ethics of the use of Animals in Science**. University College Dublin: National University of Ireland, Dublin.
- SINGER, P. **Libertação Animal**. Ed.revista. Porto Alegre: Lugano, 2004.
- TAYLOR, C. **Argumentos filosóficos**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.
- TRÉZ, T.; GREIF, S. **A Verdadeira Face da Experimentação Animal**: sua saúde em risco. Rio de Janeiro: Sociedade Educacional Fala Bicho, 2000.
- VOLTAIRE, F. M. A. **Dicionário Filosófico**. Nacional: Martin Claret, 2002.

RESENHA

VALOBRA, Adriana María. **Del hogar a las urnas. Recorridos de la ciudadanía política femenina. Argentina, 1946-1955.** Rosario: Prohistoria, 2010. 192 p.

UMA GENEALOGIA DA CIDADANIA DAS MULHERES ARGENTINAS

María Laura Osta Vázquez*

Adriana María Valobra é doutora em História pela *Universidad Nacional de La Plata* e professora desta mesma universidade. Pesquisadora do CONICET (*Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas*), ela ganhou vários prêmios, dentre eles um da Academia Nacional de História, em 2000, e outro da Secretaria de Direitos Humanos Bonaerense, em 2005. Diferente da maioria dos/as doutoras/es, Adriana é de origem muito humilde; foi criada em uma casa de aluguel, onde moravam várias famílias que compartilhavam o mesmo banheiro e a mesma cozinha. Com certeza, foram as dificuldades que ela enfrentou desde criança que a influenciaram em sua forma de fazer história. Cheia de paixão na pesquisa, a autora reconhece, no início de sua obra que não compreende outra forma possível de escrever que não seja com essa “fugosidade efusiva”; seu livro é uma mostra dessa entrega total, não deixando detalhe sem analisar, nem questionar. Adriana é uma pesquisadora que, além de possuir uma rica formação, teve uma enriquecedora experiência de vida, que ela bem soube aproveitar. Seus alunos aprendem a cada dia que para ser bem-sucedido na profissão de historiador/a, não é preciso ter origem em uma família de classe média intelectual; é só querer muito, gostar de história e ter muita dedicação.

Sua obra “*Del hogar a las urnas. Recorridos de la ciudadanía política femenina. Argentina, 1946-1955*” é um importante aporte para a construção das genealogias das

* María Laura Osta Vázquez (lauraosta@hotmail.com) possui graduação em *Licenciatura en Humanidades* pela *Universidad de Montevideo* (2002) e mestrado em *Master en Historia del Mundo Hispano* pelo *Consejo Superior de Investigaciones Científicas* (2005), Madrid. Em 2008 publicou o livro *El Sufragio, una conquista femenina*, pela Editora Dobleclick de Montevideo, apoiado por OBSUR. Atualmente é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

mulheres argentinas, mas seu objetivo é ainda mais ambicioso: “restituir a história para as mulheres”, tentando “recuperar o passado da cidadania política feminina”.

O livro pretende estudar a sanção da lei de direitos políticos das mulheres em seu contexto de ampliação e restrição da cidadania, permeado por duas categorias analíticas: gênero (a partir da perspectiva apresentada por Joan Scott) e cidadania política (nos conceitos trabalhados por Thomas Marshall, como direitos civis, políticos e sociais). “Reconstruir e interpretar o modo em que foram pensadas, praticadas e vividas distintas dimensões da cidadania política a partir de uma visão de gênero”⁶². Utilizando a categoria gênero, a autora analisa as idéias de cidadania política (universalismo, igualitarismo e individualismo) praticadas pelos partidos políticos argentinos (Partido Radical, Partido Peronista e Partido Comunista) no período 1946-55.

As fontes utilizadas são muito diversas, desde jornais - trabalhando imagens, historinhas -, diários de sessão das câmaras, programas de rádio, censos, leis, discursos, curta metragens, fotografias, entrevistas. Com o uso do gênero como categoria, ela analisa desenhos, discursos, leis, projetos entrevistas, de uma forma muito didática, provocando deleite ao leitor. Adriana também trabalha com bibliografias da década dos 1940, 1970, 1980, 1990 e 2000.

A obra contém cinco deliciosos capítulos, começando pelo delineamento da trajetória das primeiras sufragistas (a italiana Julieta Lanteri e seu Partido Feminista Nacional), pela primeira vez que as mulheres votaram na província de *San Juan* (nos anos 1928 e 1934), pelos primeiros projetos de lei sobre os direitos políticos das mulheres e sobre como o peronismo se apropriou do discurso sufragista de uma forma ambígua e paternalista - “... voto feminino, a faculdade de escolher e de vigiar, a partir da trincheira do lar”⁶³ - sempre vinculando a mulher aos conceitos de lar e de mãe. Porém, a diferença que o peronismo apresentava em relação ao resto dos movimentos sufragistas, sobretudo Eva Duarte de Perón, foi a “politização do lar”, essa mistura do público com o privado, da família com a política. Naturalizando, como a maioria dos opositores ao voto das mulheres, a relação das mulheres com a família e o lar, Eva Perón propôs levar a política para o âmbito “natural” das mulheres: a família. Adriana faz uma análise de gênero da lei de aprovação dos direitos políticos das mulheres de setembro de 1947. Ao fazer isso, a autora interpreta que a lei é centrada no “padrão legal masculino que se erigia como referente geral”⁶⁴, porque iguala os direitos das

mulheres aos dos homens, mas não as considera como cidadãs. A “igualdade” remete a uma categoria masculinizada.

No segundo capítulo, a partir de 53 entrevistas de contemporâneos do período estudado (1946-1955), a autora pretende analisar, com base na perspectiva de gênero, a repercussão que a lei teve e as formas como se efetuaram as votações, as fraudes, o voto secreto e as primeiras representantes de mulheres no governo. Permeada pelas opiniões dos/as entrevistados/as, Valobra re-analisa o lugar que o peronismo deu às mulheres na prática, e as vivências dos entrevistados como cidadãos.

No capítulo III, analisa como as mulheres se estruturaram no partido da *Unión Cívica Radical*, quais foram seus aportes e lideranças. Mostra alguns paradoxos dentro do partido, como a flutuante presença de agrupações femininas na UCR, a trajetória da feminista Clotilde Sabattini e de outras mulheres que tentaram reviver o feminismo dentro do partido; a ausência de mulheres nas listas do radicalismo, e a numerosa votação delas no partido (31% do eleitorado feminino votou no Radicalismo). O radical Lebensohn incitou as mulheres a “politizarem os lares”: “Vocês têm que levar este sentido da luta a vossos lares”. Esta proposta é oposta à maioria dos parlamentares que argumentavam contra o voto das mulheres, uma vez que eles afirmavam que a mulher era feita para proporcionar paz e moralidade aos lares e por isso era incompatível com a vida política, vida de luta e violência próprias da esfera masculina⁶⁵, conforme concebida na época. Aqui se percebe uma intersecção, uma mistura dos mundos público e privado, fenômeno que também foi visto no peronismo.

O Partido Comunista, trabalhado no capítulo IV, efetuou dois tipos de estratégias para as mulheres, uma intra-partidária (através das células, ainda masculinizadas em sua organização e hierarquia) e outra fora do partido (com a formação da “*Unión de Mujeres de la Argentina*”, organização que tinha o objetivo de atrair mulheres de todos os partidos, e com a fundação da revista *Nuestras Mujeres*). Nas eleições de 1951, foi o partido que apresentou mais candidatas mulheres e, segundo a autora, “conseguiu instalar uma noção ampla de cidadania política, em especial a feminina, que transbordou os limites legais...”⁶⁶

No último capítulo, a autora centra sua análise nos lugares de poder que as peronistas assumiram depois da morte de Eva Duarte (1952-1955). As chamadas “delegadas censistas”, nomeadas por Eva para realizar o primeiro censo das cidadãs no

interior e, também, para fazerem propaganda política, estavam organizadas em estruturas hierárquicas de controle. Na ordem hierárquica de poder, acima de todos estava Perón, depois Eva, e logo as delegadas e suas assistentes. As “mulheres de Evita” deveriam ser exemplos de moralidade e boas virtudes, além de serem obrigadas a ter disponibilidade total de tempo, o que privilegiava mulheres solteiras ou casadas sem filhos. Estas mulheres foram deputadas e senadoras nos anos 1951-52 tanto no âmbito nacional como provincial.

Durante toda a obra, a autora revela os paradoxos que acompanharam o período de aprovação e aplicação da lei dos direitos políticos das mulheres, por parte dos governantes e partidos políticos, como, por exemplo, o fato de que nos comitês femininos dos partidos, muitas vezes os homens eram a maioria.

Percebemos que dificilmente a autora sai da estrutura tradicional da história oficial, tomando o peronismo como centro de seu relato. A referência cronológica é sempre o peronismo em suas distintas faces. Os demais partidos aparecem como complementares na visão oficial, hierárquica. O peronismo está gravado na linguagem e nas periodizações de toda a obra, como referente e eixo do corpo.

Para Valobra, a inclusão política das mulheres teve como efeito o desmantelamento da categoria de cidadãos como uma categoria homogênea. Adriana mostrou como as disputas peronismo-antiperonismo permearam todas as instâncias de debate sobre cidadania política feminina. “A identidade partidária primou sobre a identidade feminista”.⁶⁷

Evita apoderou-se das formas possíveis de cidadania feminina; a “evitização” da cidadania feminina uniu o público ao privado, convidando as mulheres a politizarem os lares e conquistarem poder dentro deles, construindo-se, assim, um feminismo diferente no interior do sufrágio feminino mundial.

Notas

⁶² VALOBRA, 2010, p.22. Tradução minha.

⁶³ Ibidem, p.45.

⁶⁴ Ibidem, p.53.

⁶⁵ Sobre a idéia de esferas separadas ver: KERBER, Linda. Separate spheres, female worlds, woman's place: the rhetoric of women history. **The Journal of American History**, n. 1, p.9-39, June, 1988.

⁶⁶ VALOBRA, 2010. p.136.

⁶⁷ *Ibidem*, p. 170.